



**UNIFACS**  
UNIVERSIDADE SALVADOR  
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES'

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL E URBANO  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

**CÁSSIO JÂNIO DOS SANTOS SILVA**

**AQUISIÇÃO DA COMPETÊNCIA COMUNICATIVA DA LÍNGUA  
INGLESA COMO FATOR DE INSERÇÃO NO MERCADO DE  
TRABALHO E NO TURISMO: EXAME DO PROBLEMA EM UMA  
ESCOLA SOTEROPOLITANA**

Salvador  
2010

**CÁSSIO JÂNIO DOS SANTOS SILVA**

**AQUISIÇÃO DA COMPETÊNCIA COMUNICATIVA DA LÍNGUA  
INGLESA COMO FATOR DE INSERÇÃO NO MERCADO DE  
TRABALHO E NO TURISMO: EXAME DO PROBLEMA EM UMA  
ESCOLA SOTEROPOLITANA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano, na Universidade Salvador – UNIFACS, Laureate International Universities - como pré-requisito para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Regina Celeste de A. Souza

Co-orientador: Prof. Dr. Edivaldo Machado Boaventura

Salvador  
2010

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador -  
UNIFACS

Silva, Cássio Jânio dos Santos

Aquisição da competência comunicativa da língua inglesa como fator de inserção no mercado de trabalho e no turismo: exame do problema em uma escola soteropolitana/ Cássio Jânio dos Santos Silva. – Salvador, 2010.

148 f.: il.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano – UNIFACS, Laureate International Universities como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Celeste de A. Souza.

Co-Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Edivaldo Machado Boaventura.

1. Língua inglesa – Estudo e ensino. 2. Língua inglesa para profissionais - Turismo. I. Souza, Regina Celeste de A., orient. II. Boaventura, Edivaldo Machado, co-orient. III. Título.

CDD: 428.07

## TERMO DE APROVAÇÃO

### AQUISIÇÃO DA COMPETÊNCIA COMUNICATIVA DA LÍNGUA INGLESA COMO FATOR DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E NO TURISMO: EXAME DO PROBLEMA EM UMA ESCOLA SOTEROPOLITANA

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador - UNIFACS, Laureate International Universities pela seguinte banca examinadora:

Regina Celeste de Almeida Souza (Orientadora)

---

Doutorado em Geografia, Université de Rouen, U R, França.  
Universidade Salvador – UNIFACS

Alcides dos Santos Caldas

---

Doutorado em Geografia, Universidade Santiago de Compostela, USC, Espanha.  
Universidade Salvador – UNIFACS

Edivaldo Machado Boaventura

---

Doutorado em Administração Educacional, Universidade da Pensilvânia, U P, Estados Unidos  
Universidade Salvador – UNIFACS

Lucia Maria Aquino de Queiroz

---

Doutorado em Planificação Territorial Desenvolvimento Regional, Universidade de Barcelona, U B, Espanha.  
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Salvador, 9 de dezembro de 2010.

Dedico este trabalho a todos os educadores que acreditam que, mediante a educação, podem refazer o mundo, como transformadores sociais, para um mundo mais democrático, especialmente os profissionais de língua inglesa.

## AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento, sem sombra de dúvidas, vai para Deus que nos criou para sermos felizes e que nos dá infinita sabedoria para que possamos usar o conhecimento que obtemos para ajudar o próximo e que de forma fantástica atua soberanamente em nossas vidas nos protegendo, guiando e nos dando seu amor infinito. Naturalmente, muitos contribuíram para a realização deste trabalho, portanto, quero aqui registrar os meus sinceros agradecimentos. Aos meus pais, razão da minha existência e por eles nutro um amor infinito;

Aos meus pais, razão da minha existência e por eles nutro um amor infinito;

A imensa satisfação de ter tido a Professora Doutora Regina Celeste de A. Souza como orientadora, por sua paciência, amorosidade, e extrema competência ao me guiar neste projeto de pesquisa;

Agradecer também ao Professor Doutor Edivaldo Machado Boaventura, pela relação maravilhosa da relação professor-aluno, que ele tanto prega e que nos motiva imensamente a persistir na vida acadêmica. Seu carinho, competência e a bondade em aceitar a co-orientação deste trabalho são provas do profissional respeitado e querido por todos;

A minha irmã, irmão, sobrinhos, cunhado e cunhada, os quais amo muito também. São eles que sempre me incentivam a crescer, como homem e profissional;

Aos colegas do curso, com os quais compartilhei não somente momentos de discussões acadêmicas mas também de amizade;

Agradecer também à diretora, coordenadora, professores e alunos da Escola Professora Maria de Lurdes Parada Franch, bem como a coordenadora de língua estrangeira das Escolas Públicas Estaduais da Secretaria de Educação; a professora de estágio de Língua Inglesa da Universidade do Estado da Bahia; o assessor da Secretaria de Turismo (SETUR) pela amabilidade e receptividade; a diretora da Direc por ter disponibilizado dados que viabilizaram a elaboração do estudo de caso proposto;

Ao amigo de todas as horas, irmão e colega de instituição Renato Ferreira de Carvalho, que me guiou e incentivou a realizar o mestrado na Universidade Salvador;

À minha segunda mãe, amiga de todas as horas e colega de instituição, Maria Celeste de Freitas Moreira pelo carinho, amor e que me incentivou a trilhar o caminho do mestrado e um futuro doutorado;

À amiga fiel e amorosa, amiga de todas as horas, colega de instituição e irmã Dra. Carla Liane do Nascimento;

Ao amigo e colega de instituição Professor Mestre Edson Miranda dos Santos, pelo carinho e apoio á minha carreira acadêmica.

À amiga e colega de instituição Dra. Leliana de Souza Carvalho, pelo incentivo a trilhar no caminho do mestrado e doutorado;

Os meus cordiais agradecimentos a todos e todas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

O ser humano só existe dentro do mundo e o mundo só existe dentro da linguagem. A linguagem tem uma função social e comunicativa, a partir da linguagem, o sujeito constrói sua própria identidade. (Orlandi)

## RESUMO

Nos dias atuais, a aquisição da competência comunicativa da língua inglesa se consolida como um elemento fundamental no mundo globalizado. Nesse contexto, saber ler, escrever, ouvir e falar a língua inglesa constitui-se direito humano, destinado a todos os cidadãos, particularmente aos alunos das Escolas Públicas Estaduais assim como indivíduos ligados diretamente ao turismo. Dessa forma, a aquisição da língua inglesa, pode ser transformada em elemento de inclusão social no mercado de trabalho e no turismo. O presente estudo procura responder ao significado dessa aquisição para a inserção no mercado de trabalho e no turismo soteropolitano. Demonstra também a importância da aquisição da língua inglesa no mundo atual e a difusão desse idioma em termos sociais, econômicos, políticos, culturais e ideológicos. Mais: busca abranger as implicações sociais, econômicas e culturais dessa aquisição com o uso do livro didático de abordagem comunicativa, do currículo adequado, da inclusão digital, de políticas públicas. Analisa a consonância que há do ensino dessa língua com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB-1996), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS-1998) e a Secretaria do Turismo do Estado da Bahia (SETUR). A estratégia metodológica foi norteada em duas etapas: abordagem teórica e estudo empírico. Por ser um estudo de caso, esse labor fez um recorte: o público alvo foram os alunos da Escola Estadual Professora Maria de Lurdes Parada Franch e a SETUR/BA na cidade do Salvador. Os questionários verificaram que todos os pesquisados consideraram que a aquisição da competência comunicativa da língua inglesa é um fator de inclusão e inserção no mercado de trabalho e no turismo, contudo, os alunos dessa escola pública não têm acesso à essa aquisição, mas estes acreditam que adquirindo-a é possível ascender humana e socialmente.

**Palavras - chave:** Língua Inglesa. Mercado de Trabalho. Turismo. Escola Pública.

## ABSTRACT

Nowadays the communicative competence acquisition of English language has been a fundamental element in the globalized world. In such a context, the dominance of reading, writing, listening and speaking of that language has been a human right which must be directed to all the people, specially, the students from Public Schools as well as those who deal with tourism by the fact that the English language acquisition might be transformed in a element of inclusion social at work field and tourism. Such a research aims to give an answer about the meaning of that acquisition in order for the inclusion in the work field and tourism in the city of Salvador. Such a study tries to comprehend the importance of that acquisition nowadays and its diffusion in terms of social, economical, political, cultural and ideological aspects, that is, it tries to encircle the cultural, economical and social implications of such an acquisition through textbooks of communicative proposals, an appropriated curriculum, digital inclusion and public policies. It also analyses the consonance between the teaching of that language with the Curriculum Guidelines for Foreign Language (LDB-1996 and PCNS-1998) and the Tourism Department of the State of Bahia (SETUR). Such a study adopts a methodological strategy which has been divided into two steps: a theoretical approach and an empirical study. By the fact that it uses the case study technique, such a research has chosen an outline: students from Escola Estadual Professora Maria de Lurdes Parada Franch and SETUR/BA as the principal ones to be investigated. The questionnaires have verified that all the people who have been investigated consider that the communicative competence acquisition of the English language has been an element in order for inclusion in the work field and tourism, nevertheless, the students from that school have not had chances in order to acquire such a language , however, they believe that if they get it, their lives may change in order for a better financial and human condition.

**Ke -.words:** English Language. Work Field. Tourism. Public School.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa das Diretorias Regionais das Escolas Estaduais do Estado da Bahia.  
(DIRECS) ..... 84

Figura 2- Mapa da rua onde está situada a Escola Professora Maria de Lurdes P. Franch  
.....91

Figura 3 - Foto da frente da Escola..... 92

Figura 4 - Foto da área interna da escola..... 92

Figura 5- Foto da área interna da Escola ..... 93

Figura 6- Foto da quadra de esporte ..... 93

## **LISTA DE QUADROS E TABELAS**

Quadro 1 - Relação das Escolas Estaduais do quadro da Direc 1A .....	86/87
Quadro 2 - Relação das Escolas Estaduais do quadro da Direc 1 B.....	88
Tabela 3 - Conhecimento teórico e prática metodológica do professor .....	107
Tabela 4 - Da metodologia do professor em sala de aula.....	108
Tabela 5 - Perfil dos Professores .....	110

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Relevância do inglês a partir do índice de reprovação .....	105
Gráfico 2- Número de professores formados e efetivos. ....	106
Gráfico 3 - Cor de pele dos alunos. ....	109
Gráfico 4 – Idade dos alunos .....	110

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

CALL - Aprendizagem de Língua Guiada pelo Computador

CIEMEN - Centro Internacional Para Minorias Étnicas e Nações

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EU - União Européia

IDEB - Índice de Desenvolvimento de Educação Básica

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC- Ministério da Educação e Cultura

MEC USAID - Ministério de Educação de Desenvolvimento Internacional

ONU - Organização das Nações Unidas

PCNS Parâmetros Curriculares Nacionais

PPP - Projeto Político Pedagógico

SEC- Secretaria de Educação do Estado da Bahia

SETUR- Secretaria do Turismo do Estado da Bahia

SUSET – Superintendência de Serviços Turísticos

SUIINVEST - Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos

UNEB - Universidade do Estado da Bahia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2 IMPORTÂNCIA DA AQUISIÇÃO DA COMPETÊNCIA COMUNICATIVA DA LÍNGUA INGLESA E SUA DIFUSÃO NO MUNDO</b> ...	25
2.1 A IMPORTÂNCIA DA AQUISIÇÃO DA LÍNGUA INGLESA NOS DIAS ATUAIS .....	25
2.2 DIFUSÃO DA LÍNGUA INGLESA NA CONTEMPORANEIDADE .....	30
<b>3 IMPLICAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS DO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA</b> .....	36
3.1 A RELAÇÃO DA LÍNGUA INGLESA COM A INCLUSÃO SOCIAL E A RENTABILIDADE FINANCEIRA.....	36
3.2 A RELAÇÃO DO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA E A INCLUSÃO DIGITAL.....	39
<b>4 IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS, CURRICULARES E POLÍTICAS PARA A AQUISIÇÃO DA COMPETÊNCIA COMUNICATIVA DA LÍNGUA INGLESA</b> .....	43
4.1 DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA METODOLOGIA DA ABORDAGEM COMUNICATIVA .....	43
4.2 O PROCESSOS METODOLÓGICOS PARA A AQUISIÇÃO DA LÍNGUA INGLESA MEDIANTE A ABORDAGEM COMUNICATIVA .....	46
4.3 A RELAÇÃO DA AQUISIÇÃO DA LÍNGUA INGLESA COM LIVROS DIDÁTICOS DE ABORDAGEM COMUNICATIVA .....	52
4.4 A RELAÇÃO ENTRE O CURRÍCULO E A AQUISIÇÃO DO INGLÊS NA ABORDAGEM COMUNICATIVA .....	54
4.5 A RELAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM A AQUISIÇÃO DA LÍNGUA INGLESA.....	57
<b>5 ANÁLISE DO DISCURSO DAS LEIS QUE REGEM A AQUISIÇÃO DA COMPETÊNCIA COMUNICATIVA DA LÍNGUA INGLESA E A RELAÇÃO COM O MERCADO DE TRABALHO E O TURISMO</b> .....	61
5.1 A RELAÇÃO DA AQUISIÇÃO DA LÍNGUA INGLESA COM AS LEIS DA LDB PARA O ENSINO NO BRASIL.....	61
5.2 A RELAÇÃO DA AQUISIÇÃO DA LÍNGUA INGLESA COM OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCNS) .....	63

5.3 IMPLICAÇÕES DA AQUISIÇÃO DO INGLÊS PARA O MERCADO DE TRABALHO E PARA O TURISMO .....	69
5.4 LEIS QUE REGEM A SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DA BAHIA .....	75
<b>6 AQUISIÇÃO DA COMPETÊNCIA COMUNICATIVA DA LÍNGUA INGLESA COMO FATOR DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E NO TURISMO .....</b>	<b>79</b>
6.1 AQUISIÇÃO DA LÍNGUA INGLESA E SUA DIFUSÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS.....	79
<b>6.1.2 Caracterização, regimento curricular e fotos da escola pública objeto do estudo .....</b>	<b>89</b>
<b>6.1.3 Análise da inserção no mercado de trabalho e no turismo .....</b>	<b>102</b>
<b>7 CONCLUSÃO.....</b>	<b>113</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>117</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>126</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>135</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Na cidade de Salvador, a escola pública configura-se como um espaço de confluência de diversas culturas e identidades. Em seus diversos níveis de ensino, circulam vendedores ambulantes, baianas de acarajé, motoristas de táxi, garçons, cobradores e motoristas de ônibus, recepcionistas de hotéis, seguranças, isto é, seres humanos que ali estão para assegurar um direito humano fundamental: ter acesso a escrita e comunicação oral, porque são cidadãos pertencentes a uma sociedade letrada, na qual os bens econômicos, culturais, políticos, sociais, científicos, circulam por meio da escrita e comunicação oral. Nesse raciocínio, compreender a aquisição da competência comunicativa da língua inglesa como função social da escola, é situá-lo como uma forma de possibilitar a inserção social dos sujeitos-alunos na sociedade letrada, na qual está inserida a língua inglesa como uma língua hegemônica universal, que necessita ser adquirida, de fato, também, pelo aluno da escola pública, sujeitos ligados ao turismo, os quais precisam estar incluídos em um mundo globalizado e, principalmente, para capacitá-los para o uso da mesma em Salvador, no mercado de trabalho e no turismo, já que esta cidade tem a presença marcante de turistas do mundo inteiro. Disso deriva a afirmação de identidades e a expressão da cultura desses sujeitos-alunos.

Na contemporaneidade, a escrita e fala da língua inglesa se consolidam como artefatos sócio-culturais que viabilizam o acesso e a construção de conhecimentos produzidos pela humanidade globalizada. Desde a internet para pesquisas, o contato com pessoas de outros países, na tentativa de divulgar a cultura local e regional soteropolitana ou na receptividade face a face com turistas na cidade de Salvador. Nesse contexto, saber ler, escrever, ouvir e falar a língua inglesa, numa habilidade comunicativa, constitui-se direito humano, destinado a todos os cidadãos, e que poderá ser um vetor para o desenvolvimento econômico, social, político, cultural, urbano, regional e turístico. A razão essencial para podermos acreditar na educação como norteadora do desenvolvimento regional e urbano está na sua inserção em todas as estruturas existentes da sociedade. Cada vez mais as pessoas estão tendo acesso às instituições, organizações ou movimento de educação. Nesse sentido, a educação terá a possibilidade de criar e ocupar novos espaços com sua metodologia política de atuar, extrapolando os espaços escolares em direção as outras dimensões do desenvolvimento, como na política e suas vertentes públicas, transformando a economia regional, resgatando a cidadania; na economia, articulando fatores produtivos endógenos, para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas regionais, integrando redes de

empreendedores cooperativos e de pequenas empresas, fortalecendo a cultura regional, ambiental, através da inovação digital nos currículos escolares e na construção de educar comunidades sustentáveis.

A aquisição da competência comunicativa, ou seja, a habilidade não somente da escrita e leitura, mas também para a audição e fala da língua inglesa, é fundamental nos dias atuais. Assim, de acordo com Rocha (2010) aprender inglês hoje representa um grande diferencial na hora de encarar o mercado de trabalho competitivo e significa também uma melhor compreensão do mundo nesse período globalizado. É esse contexto determinado por condições sócio-históricas, no qual educadoras (es) e educandos (as) são protagonistas da ação educativa. Esta pesquisa pretende dar um enfoque ao processo da aquisição da competência comunicativa da língua inglesa como vetor de inserção no mercado de trabalho e no turismo soteropolitano. Investiga-se como as aulas desse idioma são desenvolvidas na perspectiva da inserção em uma sociedade globalizada, pois para Ianni (1996, p. 35) “está em curso um novo ciclo do processo de ocidentalização do mundo, em que a língua inglesa está se tornando uma língua universal cada vez mais, a qual tem evidentes raízes políticas, econômicas e linguísticas.

A escola pública de Salvador se constitui em sua maioria de uma população negra e pobre em Salvador. Ribeiro (2010) esclarece que a língua inglesa tem uma função essencial na ascensão econômica e social de afro-descendentes nesse tempo de globalização. Chaves (1988) enfatiza também a importância da educação com o uso da informática, a qual tem um imenso valor para a cognição dos discentes e quanto ao aspecto da abordagem comunicativa ou habilidade para se comunicar de forma escrita e falada. Widdowson (1991) afirma que devemos tentar alcançar o objetivo de ensinar línguas de forma que o aprendiz adquira a competência comunicativa para interpretar. A prática pedagógica, pautada na perspectiva do desenvolvimento da competência comunicativa, pode melhorar a qualificação da aquisição da língua. Sobre isso, Douglas Brown (2001) afirma que o ensino de língua comunicativa é um grande desafio para os alunos e professores e que a motivação melhora os objetivos comunicativos dos alunos. Bem como Freebairn (2000) aponta que o livro didático, também deve estar pautado nas habilidades de escrita, leitura, audição e fala, no entanto Moreira Silva (1995) afirma categoricamente que o currículo beneficia apenas a elite dominante, ficando, então, entendido, pela interpretação de suas palavras, que a classe menos favorecida fica à margem desse processo. Assim, a implantação de políticas públicas para o desenvolvimento,

deve ser também de responsabilidade do governo estadual, já que Boisieur (1998) declara que a organização para o desenvolvimento regional, tem como característica marcante a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, os Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino de língua inglesa (PCNS) de 1998, enfatizam a importância da educação para o mercado de trabalho e especificamente os PCNS, colocam como fundamental o uso desse idioma para a prática comunicativa dentro e fora do contexto da sala de aula, bem como a Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (SETUR), também valoriza o campo profissional, pensando em emprego e renda, na empregabilidade turística. Portanto, os educandos e educandas da escola pública de Salvador, estão nas salas de aulas também em busca da escolarização exigida pelas novas relações do mundo do trabalho. Nesse espaço escolar, encontram-se as educadoras e educadores desses jovens e adultos que, por serem sujeitos concretos e históricos, trazem as suas trajetórias de vida marcadas pela precarização e pauperização da profissão docente. A esse respeito disso, Rummert (2006) afirma que:

O que verificamos, nos dias atuais, é o fato de que os profissionais da categoria docente vivenciam o aviltamento de seu trabalho seja no que diz respeito à remuneração, seja naquilo que se refere às condições de trabalho, marcadas pela necessidade de alargamento cada vez maior da jornada, pela terceirização ou precarização, pelas exigências de produtividade avaliada por parâmetros quantitativos e demais características que o atual padrão de acumulação do capital imprimiu ao mundo do trabalho, mesmo no âmbito do aparelho de Estado. (RUMMERT, 2006, p. 128).

Nessa mesma perspectiva analítica, Freire (1993, p. 86) defende que a maior responsabilidade ainda recai sobre o professor: “Aos educadores está à incumbência de fazer e refazer o mundo, como transformadores sociais, para um mundo mais democrático”. Diante disso, questiona-se, qual o significado da aquisição da competência comunicativa da língua inglesa em uma escola pública para a inserção no mercado de trabalho e do turismo soteropolitano?

Entendendo a inserção no mercado de trabalho e no turismo como um processo de inclusão social, cidadania e renda, portanto, define-se como objetivo geral, verificar o significado da aquisição da língua inglesa para a inserção neste mercado, o que se desdobra nos seguintes objetivos específicos:

- a) Compreender a importância da aquisição da competência comunicativa da língua

inglesa no mundo nos dias atuais e a difusão desse idioma em termos sociais, econômicos, políticos, culturais e ideológicos;

b) Compreender as implicações sociais, econômicas e culturais dessa aquisição com o uso do livro didático de abordagem comunicativa, do currículo adequado, da inclusão digital e de políticas públicas;

c) Analisar a consonância que há do ensino dessa língua com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998 (PCNS) e Secretaria do Turismo do Estado da Bahia (SETUR);

d) Analisar a aquisição da competência comunicativa da língua inglesa, como fator de inserção no mercado de trabalho e no turismo soteropolitano.

Para cumprimento destes objetivos, será adotada uma estratégia metodológica que se dividirá em duas etapas: abordagem teórica e estudo empírico. Na abordagem teórica, mediante uma pesquisa bibliográfica, busca-se compreender, por um lado, a importância e difusão da língua inglesa atualmente, em termos sociais, econômicos e políticos e por outro, as implicações sociais, econômicas, culturais, didáticas, curriculares e políticas dessa aquisição, mediante uma abordagem comunicativa, para a inclusão social, econômica, cultural e digital, no mercado de trabalho e no turismo soteropolitano.

Com o intuito de compreender a importância da aquisição da competência comunicativa da língua inglesa no mundo nos dias atuais e a difusão desse idioma em termos sociais, econômicos, políticos, culturais e ideológicos e assim, atender ao primeiro objetivo traçado para este trabalho, observa-se na literatura as conseqüências do processo de difusão do idioma a partir da década de 60 até hoje.

Com relação ao segundo objetivo, procura-se entender as implicações sociais, econômicas e culturais dessa aquisição com o uso do livro didático de abordagem comunicativa, do currículo adequado, da inclusão digital e de políticas públicas. Realiza-se uma abordagem teórica a partir da época em que começou a se propagar o uso da abordagem comunicativa britânica na década de 60, isto é, a língua usada para comunicação escrita e oral, pois anteriormente a esta fase, a língua era usada apenas para memorização de gramática, regras, que conduziam apenas à escrita, excluindo a fala.

Para cumprir o objetivo específico de analisar a consonância que há do ensino dessa

língua com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998 (PCNS) e Secretaria do Turismo do Estado da Bahia (SETUR), desenvolveu-se uma pesquisa documental utilizando-se como fonte os registros da última lei da LDB de 1996, para o ensino brasileiro, bem como dos últimos parâmetros de 1998, especificamente para o ensino de língua inglesa no Brasil e as metas da Secretaria do Turismo em seu site específico de 2010.

Para cumprir os objetivos específicos de analisar a aquisição da língua inglesa, como fator de inserção no mercado de trabalho e no turismo soteropolitano e compreender as implicações sociais deste, realiza-se um estudo de caso. Segundo Yin (2002) o estudo de caso é um método de pesquisa e Stake (1995) complementa que este método de pesquisa, deve ser executado por um intérprete no campo, no caso o pesquisador, para observar e registrar o que está a acontecer nos desenvolvimentos do caso, mas que simultaneamente examina o seu significado e redireciona a observação para aperfeiçoar ou fundamentar tais significados. Esse estudo de caso compreende como unidade-caso uma escola estadual soteropolitana; a Escola Professora Maria de Lurdes Parada Franch, por se constituir em um bairro onde possui pessoas de classe baixa e assim conter alunos que na maioria dos casos é excluído do processo da aquisição da língua inglesa e que tem a aplicação do idioma inglês, da antiga 5ª série, hoje 6º ano ao 3º ano do ensino médio e como complementação, também investiga a Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (SETUR) e tem como objeto a inserção no mercado de trabalho e no turismo soteropolitano apresentada por alunos dessa escola e pessoas ligadas ao turismo.

Foram elaborados questionários, os quais foram gravados. Eles foram aplicados com a coordenadora de língua estrangeira das escolas públicas na Secretaria de Educação, depois com uma professora de estágio de língua inglesa, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e em seguida com a diretora, coordenadora pedagógica e três professores de língua inglesa da escola mencionada, bem como com o superintendente da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (SETUR), já que a entrevista possibilita uma maior interação entre os componentes envolvidos neste processo. Como pode ser visualizado no apêndice B, foram elaboradas questões abertas, para o pesquisador obter respostas mais completas bem como no apêndice A, uma carta de sensibilização aos pesquisados para a facilitação do trabalho de campo.

De modo geral, as questões versavam sobre a formação dos professores, conhecimento do idioma tanto em nível gramatical quanto teórico. Inquiriu-se se o ensino da língua inglesa

da escola pública prepara os discentes para o mercado de trabalho e para o turismo, visualizando renda aos mesmos, bem como a importância dessa preparação, a inclusão digital, a importância de trabalhar as quatro habilidades da língua (escrita, leitura, audição e fala), o uso do livro didático, metodologia utilizada, conhecimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB) e Parâmetros Curriculares Nacionais da Língua Inglesa de 1998 (PCNS). Acrescentou-se a esses questionamentos: o planejamento da escola, especificamente com os professores de língua inglesa, do 6º ao 3º ano (com uma divisão do inglês básico até ao avançado); experiência de ensino; importância da língua inglesa; cursos contínuos proporcionados pela Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (SETUR) para preparar pessoas ligadas ao turismo; se eles acreditam que é possível promover a aquisição dessa língua mediante a comunicação escrita e falada pelos discentes, mediante políticas públicas, em vários estágios da aplicabilidade desse ensino.

Para o estudo da inserção no mercado de trabalho e no turismo apresentada por alunos da Escola Professora Maria de Lurdes Parada Franch, foi elaborado um questionário para ser respondido pelos discentes. A aplicação dos questionários teve como principal objetivo fazer um levantamento de dados com relação ao perfil dos alunos dessa escola em Salvador e se as aulas de língua inglesa dessa instituição os prepara na aquisição da língua inglesa (escrita e falada, isto é, na comunicação com o outro) para que os mesmos atuem no mercado de trabalho e no turismo soteropolitano. O instrumento foi aplicado em sala de aula, pelos professores da referida escola, no bairro do Pau da Lima, onde está situada esta instituição. Os professores disponibilizaram-se como voluntários e depois devolveram o questionário ao pesquisador. Foram 42 questionários no 6º ano, 35 na sétima, 38 no oitavo ano, 30 no nono ano bem como, 30 no primeiro ano, 30 no segundo e 32 no terceiro ano do ensino médio, portanto total de 237 questionários. A instituição oferece a disciplina língua inglesa do 6º ano, ao 3º ano do ensino médio, portanto, os questionários, foram distribuídos em apenas 1 destas turmas, compreendendo, portanto, sete turmas, apresentado no apêndice B. Assim a idade dos alunos que responderam ao questionário varia na grande maioria dos casos de até os 20 anos, 2 casos apenas de 21 à 30 anos e somente dois casos de 31 a 40 anos. Durante a fase inicial da pesquisa que resultou neste trabalho, foram aplicados 237 questionários, dos quais 218 foram considerados válidos, já que 19 deles tinham incorreções.

A utilização de questionário possibilita o pesquisador coletar os dados a custo baixo e de forma mais rápida, já que McDonough (1997) afirma que o uso de questionários possibilita

vários benefícios ao pesquisador.

Para a construção deste instrumento foram adotados alguns procedimentos como: elaboração da primeira versão do questionário; submissão da primeira versão do questionário a professora orientadora; revisão do questionário, considerando as sugestões da orientadora e elaboração da versão final do questionário.

Uma vez elaborada a versão final do questionário, foram distribuídas 237 cópias para os alunos, como mencionado anteriormente, como também 3, para 3 professores de língua inglesa dessa escola, 1 para a coordenadora pedagógica, 1 para a diretora, 1 para uma professora do estágio de língua inglesa da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), instituição superior que prepara e lança os futuros profissionais de língua inglesa para as escolas públicas, 1 para a coordenadora de língua estrangeira da Secretaria de Educação do Estado da Bahia e como complementação, 1 para o assessor técnico da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (SETUR), total 245, os quais podem ser vistos no apêndice B.

Na Escola Professora Maria de Lurdes Parada Franch foram colhidos dados da clientela sobre: se gostam e se consideram importante a língua inglesa, se as aulas deste idioma versam apenas gramática, exercícios e leitura ou na criação de diálogos pelos alunos e a comunicação, se há computadores para o uso nas aulas de inglês, se eles recebem da escola um livro didático, se eles acham que as aulas preparam para que eles possam adquirir a língua inglesa para a comunicação com o turista que vem para Salvador e se gostariam de adquirir o idioma para ter um bom emprego, dentre outros dados sócio-econômicos.

Os dados catalogados foram transformados em tabelas e gráficos. Após a compilação dos dados, tabelas e gráficos foram construídos, mediante dados qualitativos colhidos com o questionário, possibilitando, por conseguinte, uma macro interpretação de informações sobre o objeto do estudo de caso, com a meta de demonstrar de forma objetiva, clara e concisa as informações retidas da pesquisa. Neste estudo, portanto, a perspectiva qualitativa é intrínseca ao objeto de investigação porque se insere no espaço da educação, na observação de micro-processos da relação educando e educador. Aqui, o objeto de estudo atrai, significativamente, a abordagem qualitativa de cunho etnográfico, porque a investigação sobre ele exige o adentrar à sala do pesquisador e o envolvimento dele com os participantes no ambiente que estão inseridos. A coleta de dados foi feita por meio da observação participante do pesquisador na aulas dos docentes, de questionários gravados e da análise documental e os

resultados foram associados à luz do arcabouço teórico da análise do discurso, já que Orlandi (2005) declara:

Como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. A palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. (ORLANDI, p.15, 2005).

A associação com a Análise de Discurso possibilita que os dados coletados sejam interpretados considerando-se que não existe discurso sem sujeito e que não há sujeito sem ideologia, evidenciando-se, assim, a relação língua-discurso-ideologia e complementado por Flairclough (2004), já que a mesma declara que a análise crítica do discurso, deve sempre incluir a linguagem na análise da pesquisa, já que ela tem um caráter social. Nessa perspectiva, o dispositivo de interpretação dos dados empregados nessa pesquisa completa o arcabouço teórico que embasa essa investigação. Os resultados dessa coleta de dados mencionados, serão apresentados no capítulo acerca da escola objeto do estudo de caso. Este estudo se estrutura em sete capítulos, a saber:

**Capítulo 1** - introdução do trabalho - nela apresenta-se o tema, o problema e os objetivos geral e específicos da pesquisa bem como as estratégias metodológicas da mesma pesquisa, objetivando coletar dados para a fundamentação da dissertação e a realização do estudo de caso, mediante a coleta dos dados, sua aplicabilidade e análise.

**Capítulo 2** – refere-se a fundamentação teórica com a importância e domínio para se abrir ao mundo mediante a aquisição da competência comunicativa da língua inglesa e sua difusão no mundo, à luz do pensamento de Schütz (2010), Crystal (2001) e Milton Santos (2002). Em seguida e, de forma breve, discorre-se sobre a compra de Instituições de Ensino Superior no Brasil por conglomerados norte-americanos, no site da internet, à exemplo da Unifacs. Ainda neste capítulo é exposto por Schütz (2010), o conceito de que a difusão do inglês deslocou o francês de sua primazia e hoje em dia é usada como primeira e segunda língua em muitos lugares no mundo, como pode ser verificado no anexo A.

**Capítulo 3** - Nessa parte, argumenta-se que a aquisição de uma língua estrangeira, é um direito de todo cidadão e fundamental na vida acadêmica e profissional. Essas fundamentações são encontradas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) e em teóricos como, Schütz (2010), Neves (2010) e Hashman (2000), dentre outros. No referido capítulo

informa-se ainda que o inglês é o idioma universal, mas ainda é inacessível á diversos segmentos da sociedade e em especial aos negros. Tais argumentos são visualizados em teóricos como Cruz (2010) e Santos (2010), dentre outros. Finalizando esse capítulo, aborda-se que, um dos grandes desafios do mundo contemporâneo é associar o ensino do inglês com a inclusão digital. Essas argumentações são expostas por estudiosos como Hubbard e Levy (2006), Paiva (2008) e outros.

**Capítulo 4** – enfatiza-se que no passado saber uma língua era dominar a sua gramática, no entanto, hoje em dia valoriza-se a abordagem comunicativa, ou seja, uso da língua mediante a comunicação escrita e falada. Tais argumentações se encontram em diversos autores, principalmente, Brown (2000, 2007), Littlewood (2006), Harmer (2005) e Paiva (2007). A seção ainda salienta a importância do uso de um livro didático de abordagem comunicativa. Esses argumentos são encontrados em teóricos como Freebairn (2000), Richard (2002) e Duprat (2002). O capítulo aponta também que o currículo está implicado em relações de poder, beneficiando apenas à classe privilegiada. Tais fatores estão fundamentados em Moreira e Silva (1995), Fadul (2002), Kliksberg (2002), Medeiros (2000) e Frischeisen (2000).

**Capítulo 5** - ressalta a importância do ensino da língua inglesa respaldado nas leis da LDB de 1996 e PCNS de 1998, que vincula a educação ao mercado de trabalho e como complementação as leis que regem a SETUR, cuja meta é a manutenção do turismo sustentável para gerar a economia baiana em alto estilo. Esses fundamentos se respaldam nas leis da LDB (1996), PCNS (1998), no site da SETUR (2010) e em estudiosos como Gomes (2008), Boaventura (2001), Freire (1970), dentre outros.

**Capítulo 6** – é descrito um breve relato inicial, ainda sobre o processo do ensino-aquisição da língua inglesa no âmbito educacional fazendo um paralelo com o Banco Mundial, chegando ao início dos relatos da parte empírica, com a escola pública, objeto da pesquisa e como complementação a Secretaria de Educação, do Turismo e Universidade do Estado da Bahia. Essas fundamentações se encontram principalmente nas Orientações Curriculares Nacionais (1998) e em teóricos como Fonseca (1992) e Rojo (2000). A seção busca ainda examinar se o inglês ofertado nessas instituições, prepara os indivíduos na aquisição da competência comunicativa da língua inglesa para a inserção no mercado de trabalho e no turismo e apresenta o estudo de caso da Escola Professora Maria de Lurdes Parada Franch, mediante dados colhidos na pesquisa direta.

**Capítulo 7** – Enfim, apresenta as conclusões a respeito da verificação de que a aquisição da competência comunicativa do idioma, representa desenvolvimento urbano nos fatores sociais, econômicos, políticos, culturais e turísticos e é um fator que não possibilita a alunos e indivíduos ligados ao setor de turismo na inserção no mercado de trabalho. Além disso, a seção propõe políticas públicas, via Secretaria de Educação do Estado da Bahia (Estado), Ministério Público e Constituição Federal (MEC), para que possam viabilizar de fato e de verdade sua aplicação a partir deste momento. A posteriori ampliaremos nosso recorte de estudo para um futuro doutoramento.

## **2 A IMPORTÂNCIA DA AQUISIÇÃO DA COMPETÊNCIA COMUNICATIVA DA LÍNGUA INGLESA E SUA DIFUSÃO NO MUNDO**

Este capítulo do trabalho de pesquisa apresenta uma abordagem teórica a respeito da importância da aquisição da competência comunicativa da língua inglesa nos dias atuais e a relevância de sua aplicação, como também a difusão desse idioma no mundo. Em primeiro lugar é apresentada uma teorização da importância dessa aquisição no mundo, para em seguida, refletir sobre os fatores que se ligam diretamente ao “boom” da língua inglesa em todos os espaços, devido o crescimento da globalização da economia.

### **2.1 A IMPORTÂNCIA DA AQUISIÇÃO DA LÍNGUA INGLESA NO MUNDO ATUAL**

No passado, seria considerado analfabeto a pessoa que não tivesse a aquisição da escrita. Na contemporaneidade, esse analfabeto é chamado de funcional, isto é, aquele que mesmo dominando a escrita e leitura da sua língua, não possui as habilidades necessárias para satisfazer as demandas do seu dia-a-dia e se desenvolver pessoal e profissionalmente, sendo que a aquisição da competência comunicativa da língua inglesa é uma saída pela qual o indivíduo, caso tenha acesso á essa aquisição, não seja considerado esse analfabeto funcional. O inglês é uma ferramenta essencial não somente na vida acadêmica desde os cursos de graduação até os de pós-graduação, como também em termos profissionais e assim à inserção no mercado de trabalho em geral e no turismo, até mesmo, pelo fato da penetração de universidades americanas que adquirem cada vez mais algumas universidades e faculdades particulares na cidade de Salvador, contudo nem todos os indivíduos têm o acesso na aquisição da competência comunicativa desse idioma. Schütz (2010) declara que:

O analfabetismo era comum na Idade Média. Quando um rei precisava comunicar-se com outro, contratava um escriba para desenhar a mensagem em linguagem escrita. É fato sabido, por exemplo, que Carlos Magno, no século VIII, era analfabeto. A inexistência da imprensa dificultava a padronização da ortografia, fazendo da escrita uma arte complexa. A arte de bem escrever era uma habilidade profissional especializada, ao alcance de poucos. Esta talvez seja a razão pela qual em 1500 a expedição portuguesa sob o comando de Pedro Álvares Cabral trouxe Pero Vaz de Caminha como escrivão da armada. Por volta de 1700 o índice de pessoas alfabetizadas na Europa era de apenas de 30 a 40 por cento. Esse mesmo índice, por volta de

1850, já era de 50 a 55 por cento, enquanto que durante a segunda metade do século 19 a habilidade de escrever tornou-se uma qualificação básica do ser humano. No século 20 o analfabetismo tornou-se definitivamente uma deficiência intolerável em qualquer plano social, em qualquer profissão. Um analfabeto nos países desenvolvidos de hoje seria uma pessoa totalmente marginalizada.

Esse autor, portanto, acredita que:

O que aconteceu com a habilidade de ler e escrever, está começando a acontecer com a habilidade de se dominar uma segunda língua. Se compararmos a importância de se falar uma língua estrangeira 50 anos atrás com a necessidade hoje de a pessoa ser bilíngüe, pode-se facilmente entender a ameaça que o monolinguismo representa e imaginar o problema em que se constituirá quando nossos filhos tornarem-se adultos e ao assumir este papel de língua global, o inglês torna-se uma das mais importantes ferramentas, tanto acadêmicas quanto profissionais. É hoje inquestionavelmente reconhecido como a língua mais importante a ser adquirida na atual comunidade internacional. Este fato é incontestável e parece ser irreversível. O inglês acabou tornando-se o meio de comunicação por excelência tanto do mundo científico como do mundo de negócios. (SCHTZ, 2010).

Ele conclui, afirmando que hoje já é previsível que dinheiro e riqueza materiais serão substituídos por informação e conhecimento, como fatores determinantes na estruturação da futura sociedade humana e proficiência na linguagem, então, será essencial para se alcançar sucesso. O maior bem que o ser humano pode ter é o conhecimento, pois ele é um dos principais fatores que diferencia um indivíduo do outro, e o conhecimento da língua inglesa é um diferencial e que coloca pessoas em níveis totalmente distanciados. No entendimento de Rocha (2010):

O fenômeno da súbita globalização do mundo e da conseqüente necessidade de uma linguagem eficiente de comunicação é um fato que não depende de nele acreditarmos ou não. Sendo assim, aprender um idioma se tornou uma necessidade básica para profissionais de diversas áreas e para aqueles que se preparam para ingressar em um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. O domínio de idiomas significa crescimento, desenvolvimento e, acima de tudo, melhores condições de acompanhar as rápidas mudanças que vêm ocorrendo nesse novo e tecnológico século. (ROCHA, 2010).

Para a referida autora a crescente internacionalização dos mercados levou as nações a adotarem o inglês como a língua mais usada no mundo dos negócios e considerando a importância econômica do Brasil como país em desenvolvimento, dominar o inglês se tornou sinônimo de sobrevivência e integração global. A aquisição da competência comunicativa do inglês abre as portas para o desenvolvimento pessoal, profissional e cultural. O mercado atualmente considera um requisito básico no momento da contratação que o candidato domine o inglês. Muitas vezes o conhecimento do inglês significa condição de ingresso no emprego. Para ela, as Universidades hoje,

conscientes da importância do inglês no contexto social e profissional estão testando cada vez mais o conhecimento desse idioma em seus vestibulares. Por essa razão, não só o profissional que já atua no mercado precisa ter conhecimento da língua como também o jovem que deseja ingressar em um curso de graduação, onde o inglês deixou de ser luxo para integrar o perfil do profissional ou futuro profissional por mais jovem que ele seja. A realidade é uma só; ou você domina um ou mais idiomas e o inglês é primordial, ou suas chances serão menores. Com o advento da Internet, o conhecimento do inglês se tornou fundamental para aquele que busca fazer uma pesquisa eficiente na Web. A internet tende a ser, no futuro, um dos mais poderosos instrumentos tecnológicos aptos a trazer e levar informações de forma mais eficiente e a tendência é que as pessoas se dêem conta disso cada vez mais rápido. Se você domina o inglês, todas as suas buscas na rede lograrão êxito. O inglês é um idioma conhecido em qualquer lugar do mundo, até na China se fala inglês. Se você gosta de viajar, nada melhor do que dominar um idioma falado em qualquer parte do mundo. Sua viagem com certeza será mais agradável e você não será um turista que só tira fotos e faz gestos para tentar conseguir o que quer (ROCHA, 2010).

No entendimento de Crystal (2001) todos deveriam ser, no mínimo bilíngues e dominar pelo menos um idioma utilizado globalmente. Warschauer (2000) por sua vez, afirma que é fundamental o conhecimento da língua da era digital, para acessar à tecnologia e seus recursos, para estar em vantagem com a concorrência do mercado de trabalho.

Centenaro (2007) considera que falar inglês é o mesmo que abrir as portas do mundo. Qualquer que seja a língua nativa de um país, são de 90% as chances de que alguém fale ou mesmo entenda este idioma. Com ele, não só é possível como natural, se comunicar com pessoas de qualquer parte do globo, como se estivessem conversando em sua língua nativa. Na Internet, é muito mais fácil encontrar informações em inglês do que em qualquer outra língua. Além disso, o inglês habita boa parte da nossa vida cotidiana: as músicas que ouvimos nas rádios são, em grande número, nessa língua. Para ele, os filmes que assistimos no cinema, são editados nessa língua, com legendas em português, o próprio Orkut, no começo, era em inglês. Então, ele conclui e enfatiza mais uma vez, que o domínio da língua inglesa, tem o poder de nos colocar em contato com pessoas que possivelmente nunca conheceríamos, nunca saberíamos da sua

existência, nos insere em uma nova cultura, em um mundo extraordinariamente novo e deslumbrante. Nos permite fazer parte do todo, e sermos literalmente, cidadãos do mundo.

Nesta abertura de portas para o mundo e com base em uma publicação, Torreão (2006) afirma que algumas universidades americanas estão adquirindo instituições particulares de nível superior em Salvador, como a Faculdade Rui Barbosa, a Unijorge, a Faculdade de Tecnologia Empresarial (FTE), a Unifacs e que são uma porta de entrada para o contato com a língua inglesa nos EUA, mediante intercâmbios, onde estas universidades têm também possibilitado a dupla certificação, aos que se graduarem e que tiverem esse contato do inglês no país deles. Portanto, é mais um exemplo real, atual e mais perto da nossa realidade soteropolitana. A esse respeito o site do jornal A TARDE (2006) aponta que a chegada de grupos estrangeiros está mudando o perfil do controle econômico do ensino superior em Salvador. Nos três últimos anos, dois grupos norte-americanos (a rede texana Whitney University, dona do Centro Universitário Jorge Amado, Unijorge; e a DeVry Inc., das faculdades Ruy Barbosa, Área 1 e de Tecnologia e Educação, FTE), além do general angolano Fernando Vasques Araújo e do empresário português Armênio Venceslau Brandão Ramos, investidores do Instituto de Educação e Tecnologias (Inet), passaram a dirigir instituições com aproximadamente 17 mil estudantes universitários na capital. O investimento de fora do País aquece um mercado atualmente com, pelo menos, 15 instituições (28,3% do total) nas mãos de grupos empresariais originários de estados como São Paulo, Rio Janeiro, Goiás e Mato Grosso. Segundo levantamento de mercado, feito por A TARDE, em relação às sete maiores entidades mantenedoras, o setor movimentou, por ano, valor superior a R\$ 760 milhões. A tendência é bem recebida pela Associação Baiana de Mantenedoras do Ensino Superior (Abames), mas gera preocupação a alunos das faculdades adquiridas, em relação à qualidade dos cursos, e do Sindicato dos Professores da Rede Particular (Sinpro), quanto ao comportamento do mercado: segundo registros da entidade, entre dezembro de 2008 e agosto deste ano, 114 professores foram demitidos. (A TARDE, 2006).

A exemplo também da Universidade Salvador (UNIFACS), que foi privatizada em 2010. A informação, presente no site da instituição, revela, textualmente que a “A Laureate International Universities é uma rede internacional líder em ensino superior

presente em 21 países na América do Norte, América Central, América do Sul, Europa e Ásia. São mais de 50 instituições que oferecem programas de graduação e pós-graduação a 550 mil estudantes em todo o mundo, com 130 programas de Graduação, Mestrado e Doutorado em áreas como Arquitetura, Artes, Negócios, Culinária, Design, Educação, Engenharia, Ciências da Saúde, Hospitalidade, Tecnologia da Informação, Direito e Medicina. Cada instituição da Rede Laureate funciona sob sua própria marca, comandada por um membro da comunidade local. Os relacionamentos e as conexões entre todas as instituições da Rede são enriquecidos com oportunidades de intercâmbio ao corpo docente e aos alunos, bem como em currículos e programas de titulação compartilhados. Segundo alunos e também aqueles que contrataram profissionais formados pela Rede Laureate, ‘valor’ é a palavra de ordem da instituição. A educação, profissionalmente orientada junto a uma perspectiva internacional, ajuda e prepara os estudantes da Laureate a conquistar o sucesso no mercado global de trabalho. A Rede Laureate é líder no ensino de Ciências Médicas e da Saúde, com 65 mil alunos matriculados em 10 países. São 17 instituições em 57 cidades, incluindo 62 campi. A Laureate é também líder mundial no ensino da Hospitalidade, com 34 mil alunos de 107 países matriculados em instituições que estão entre as três melhores do mundo. A Rede é também líder em educação superior nas áreas de Arquitetura, Artes e Design, com 30 mil alunos nas melhores instituições dos EUA, da Itália, do Brasil e do México. Alunos de instituições parceiras da Laureate têm o diferencial de construir uma carreira internacional por meio de cursos que possibilitam a Dupla Titulação, que permitem ao estudante obter duas certificações, uma válida no Brasil e outra no país em que realizou os seus estudos. Assim, ao optar pela Dupla Titulação, o aluno estudará um período da graduação no Brasil e outro em uma das instituições de ensino pertencentes à Rede Laureate, com condições de intercâmbio amplamente favorecidas. Na universidade Anhembi Morumbi, por exemplo, um desses cursos é o bacharelado em Hotelaria, que possui seu currículo acadêmico desenvolvido e supervisionado rigorosamente pelo Glion Institute of Higher Education (GIHE), na Suíça. Além da Dupla Titulação, o aluno que adquire a certificação em Glion tem seu diploma de bacharelado reconhecido automaticamente nos Estados Unidos, com chancela da New England Association of Schools and Colleges (NEASC). Outras grandes universidades internacionais que recebem o programa de Dupla Titulação são a Universidad Europea de Madrid, na Espanha e a École Supérieure du Commerce Extérieur (ESCE), na França, tendo seu diploma válido como MBA por toda a União Européia, entre tantas outras

especialidades em diversos países. Graças ao programa internacional de intercâmbio entre as faculdades parceiras da Laureate, desde 2006 a Universidade Anhembí Morumbi, por exemplo, já enviou mais de 1350 alunos para o exterior e já recebeu mais de 320 (UNIFACS, 2010).

Lacoste (2005) complementa que é necessário adquirir o conhecimento do inglês para acompanhar o que acontece no mundo, na economia, na administração e em todas as áreas de estudo como as ciências da saúde e da arte. Santos (2002) também ratifica e acrescenta tal afirmação corroborando a visão de Lacoste (2005) o qual assevera que:

Existe o lado perverso da globalização, pois ele é excludente, levando as populações ao desemprego, inacessibilidade da educação e essa própria educação que é cada vez mais inacessível. Ainda no pensamento do autor, o conhecimento de língua inglesa tornou-se fundamental como fator de acesso ao mercado de trabalho e ao mundo acadêmico, pois para ele todas as ações da economia, política e cultura são ditas em língua inglesa, que é um idioma vertical, racional, universal e excludente, pois não está disponível a todos, mas acredita na criação de uma globalização mais justa e humana. (SANTOS 2002, p.135).

Ou seja, a importância de adquirir a língua inglesa atualmente é fato, possibilitando o conhecimento para sobreviver numa época globalizante, por outro lado essa aquisição é extremamente elitista, já que somente as classes mais abastadas financeiramente são as maiores beneficiadas.

## 2.2 DIFUSÃO DA LÍNGUA INGLESA NA CONTEMPORANEIDADE

Pode-se afirmar que o espalhamento da língua inglesa e sua cultura, se deu historicamente desde o passado com a operação *Brother Sam*, a operação *Popeye* e *MEC USAID* dos Estados Unidos no Brasil, desde 1964, e que atingiu seu ápice no século XX, com um aviltamento extremo para a educação brasileira. Schütz (2010) aponta que a história, ao coroar o inglês, como língua do mundo, sentenciou o monolinguismo nos países de língua não-inglesa a se tornarem o analfabetismo do futuro. Em primeiro lugar devido ao grande poderio econômico da Inglaterra no século XIX, alavancado pela Revolução Industrial, e a conseqüente expansão do colonialismo britânico, o qual chegou a alcançar uma vasta abrangência geográfica e uma igualmente vasta disseminação da língua inglesa. Em segundo lugar, devido ao poderio político-militar do EUA a partir da segunda guerra mundial, e a marcante influência econômica e cultural resultante. Então, o francês foi deslocado dos meios diplomáticos e foi

solidificado o inglês na posição de padrão das comunicações internacionais. Ainda na ótica do autor, a atual busca de informação aliada à necessidade de comunicação em nível mundial já fez com que o inglês fosse promovido de língua dos povos americano, britânico, irlandês, australiano, neozelandês, canadense, caribenhos, e sul-africano, a língua internacional. Enquanto que o português é atualmente falado em 8 países (Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, Guiné- Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Timor Leste) e a terceira língua ocidental mais falada por cerca de 195 milhões de pessoas, o inglês é falado como língua materna por cerca de 400 milhões de pessoas, tendo já se tornado a língua franca, o latim dos tempos modernos, falado em todos os continentes por cerca de 800 milhões de pessoas . No entanto, segundo Crystal (1997) estimativas mais radicais, incluindo falantes com níveis de menor percepção e fluência, sugerem a existência atualmente de um total superior a um bilhão. Crystal (2001) ainda revela que o inglês está presente em um terço dos jornais, a maioria das revistas do mundo, música, cinema, tecnologia e transmissões radiofônicas. Contudo, é sabido que a grande maioria da população não decifra o código linguístico dessa língua.

Crystal (2001) considera ainda que as razões da difusão do idioma são: os fatores históricos, geográficos (quando os ingleses invadiram várias regiões do mundo) e os sócio-culturais (com o “boom” do idioma no mundo, tornando-se como uma língua estrangeira, isto é, quando aprende-se o idioma, mas do lado de fora ouve-se o português e como segunda língua, quando todo o contexto dentro e fora da sala de aula é em inglês. Ianni (1998) acrescenta que a razão cultural, também influencia , pois , para ele: a globalização é uma ruptura nas formas de ser, sentir, agir e pensar. No entendimento de Beau (2005) o capitalismo industrial inglês se expandiu mais pelo mundo, devido ao aparecimento da indústria mecanizada, tornando-se líder financeiro mundial, primeiramente, e depois os Estados Unidos que ocuparam tal posição. Com tais mudanças e ligações entre vários países, passa a se constituir na visão de Ianni (1998) a sociedade global e o inglês, como o idioma oficial da globalização. Ianni (1998) ainda ressalta que a maioria do conhecimento do globo, é dado em inglês. Santos (2002) acrescenta que essa difusão do idioma serve para nos manter informados e nos comunicar com os indivíduos do outro lado do planeta. Ianni (1998) vai mais além ao informar que o inglês é o idioma universal, comum da globalização, pois une, ou aparta, todas as civilizações mundiais de forma comunicativa, pragmática expressiva e informática.

Por conseguinte, Schütz (2010) ainda declara que, além disso, há estimativas de que 85% das publicações científicas do mundo, 75% de toda comunicação internacional por escrito, 80% da informação armazenada em todos os computadores do mundo e 90% do conteúdo da Internet são em inglês. Acrescente-se a isso a redução de custos de passagens aéreas, o que aumenta contatos internacionais em nível interpessoal. Em paralelo, a atual revolução das telecomunicações proporcionada pela informática, pela fibra ótica e por satélites, despejando informações via TV ou colocando o conhecimento da humanidade ao alcance de todos via Internet, cria o conceito de auto-estrada de informações. Estes dois fatores bem demonstram como o mundo evoluiu a ponto de tornar-se uma vila global, e o quanto necessário é que se estabeleça uma linguagem comum. É hoje inquestionavelmente reconhecido como a língua mais importante a ser adquirida na atual comunidade internacional. Este fato é incontestável e parece ser irreversível. O inglês acabou tornando-se o meio de comunicação por excelência tanto do mundo científico como do mundo de negócios (SCHUTZ, 2010).

De acordo com Le Breton (2005) em evidências da geopolítica do inglês, relata que a língua inglesa se transformou de língua nacional para imperial, tendendo-se a se tornar a língua dos homens seguros de si, da riqueza, da pesquisa, da ciência e do progresso. Santos (2002) complementa que a globalização criou novos atores, dando novos papéis as pessoas que passam a ter uma função política, devido ao crescimento demográfico, urbano, do consumo, do crédito, da produção industrial, agrícola, comércio, transportes, obras públicas, administração e por fim da necessidade de informação. Segundo Sklair (1999) o impacto das práticas transnacionais sobre o sistema global está patente para todos, em que os EUA, estão dominando o mundo mediante sua língua, cultura e indústria, controlando tudo e impondo o inglês, que é sua língua hegemônica. Hall (2006, p.77) acrescenta e questiona se as identidades nacionais estão sendo “homogeneizadas” e que a homogeneização cultural é “o grito angustiado daqueles (as) que estão convencidos (as) de que a globalização ameaça solapar as identidades e a “unidade” das culturas nacionais”. Entretanto, acrescenta que, como visão do futuro das identidades num mundo pós-moderno, este quadro, da forma como é colocado, é muito simplista, exagerado e unilateral.

Romanelli (1978) mediante evidências históricas da Educação no Brasil, acrescenta que houve também a operação *Brother Sam*, a qual foi desencadeada pelos

forças armadas dos Estados Unidos, com uma invasão rápida no Brasil, sob a ordem de apoiar o golpe de 1964 bem como da operação *Popeye* com a frota do Caribe Norte-americana. Diante disso, apareceu o MEC USAID, ou seja, o Ministério da Educação com uma agência dos EUA de desenvolvimento internacional, que acabou instituindo no Brasil a obrigatoriedade da língua inglesa desde o antigo primeiro grau, onde foram enviados técnicos dos EUA para criar a reforma da educação pública brasileira que atingiu todos os níveis de ensino, os quais queriam inicialmente privatizar as escolas públicas (as quais tinham um ensino de qualidade), mas como não conseguiram êxito, eles resolveram sucatear essas instituições, favorecendo para que estas começassem a decolar com um ensino deficiente.

Portanto, a língua inglesa é usada cada vez mais na internet, livros, jornais, bem como no campo educacional: cursos, colégios, faculdades particulares, universidades públicas e até mesmo em algumas escolas da rede pública de ensino desde o 6º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio. Isso posto, se verifica que a cultura inglesa – idioma e a cosmovisão de mundo - acaba adentrando em todas as partes do mundo, desvalorizando, muitas vezes, a cultura e identidade de alguns povos. Daí a importância de um idioma de se impor enquanto língua internacional, sem, contudo, desvalorizar a do outro.

Bom exemplo de “mundialização da cultura e fala inglesa” se verifica no processo de “McDonaldização”, ou seja, a relação industrial que acaba ocupando espaço nas diversas sociedades, capitalistas ou não, reforçando o inglês como um idioma universal da cultura de consumo de massa (FEATHERSTONE, 1996). É muito fácil perceber essa influência nos shoppings da cidade, internamente e externamente com o chamado “drive thru”, para quem prefere mais conforto na entrega dos produtos oferecidos pela empresa McDonald’s, a multiplicação de clientes a cada dia na procura desses conhecidos fast foods americanos, e muitas vezes a maioria desses consumidores nem chegam a perceber que estão sendo influenciados pela cultura americana que, na verdade, é uma forma de ser globalizado, pois como declara Ianni (1996, p.201) “todos os lugares são mundiais, mas não há um espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares”. No entendimento de Seidhofer (2003) os principais efeitos negativos da difusão da língua inglesa, é sua influência sobre a identidade cultural nas outras línguas e o fato de estarem associados a uma elite e supremacia econômica, com uma americanização do mundo, que acaba, paradoxalmente, abrindo e fechando portas,

esfacelando os oprimidos, os quais precisam de proteção. Ainda para esta autora, sem a América, o inglês não seria uma língua global hoje e somente esta América poderia ter colocado essa língua nesta posição.

Sklair (1995, p.41) acrescenta que os dois Mcs (McLuhan e McDonald's) foram bem sucedidos em moldar a aldeia global sob a forma, de um mercado de *fast food*, ou que o mundo "real" está em vias de ser reconstruído como um parque de cunho universal nos moldes da Disneylândia". Para Ianni (1996, p.190) o nacional está dando guarita ao global:

O paradigma clássico das ciências sociais foi constituído e continua a desenvolver-se com base na reflexão sobre as formas e os movimentos da sociedade nacional. Mas a sociedade nacional está sendo recoberta, assimilada ou subsumida pela sociedade global, uma realidade que não está ainda suficientemente reconhecida e codificada. A sociedade global apresenta desafios empíricos e metodológicos, ou históricos e teóricos, que exigem novos conceitos, outras categorias, diferentes interpretações.

Essa sociedade global, portanto, é carente de uma melhor interpretação. Surge como um novo paradigma que desafia a reflexão e a imaginação de cientistas sociais, filósofos e artistas, transformando-se no novo objeto das ciências sociais. Ianni (1996) vai mais longe ao afirmar que, a cultura da globalização passa pela cultura de massa, indústria cultural, mídias impressa e eletrônica, religiões, línguas, além de outros aspectos que transbordam limites convencionais da antropologia e sociologia e que o local e o global estão distantes e próximos. Oliveira e Rizek (2007) apud Santos (2007) investigam sobre o sentido político do impacto que a aliança entre a tecnociência e o capital global estão exercendo no conceito de natureza humana, com a supressão do humano, pelo liberalismo e neoliberalismo, em sua máxima expressão contemporânea. Sennett (2008) acrescenta que o problema que se impõe é o de como organizar as histórias de nossas vidas agora, num capitalismo que nos deixa à deriva, portanto, exige-se um senso maior de comunidade, e um senso mais pleno de caráter, do crescente número de pessoas que, no capitalismo moderno, estão condenadas a fracassar. Pedrão (2009) endossa essa afirmação ao declarar que o desafio que se tem pela frente é a explicação da metamorfose política deste capital. Harvey (2008) é outro estudioso do tema e argumenta que esse capitalismo é uma força constantemente revolucionária da história mundial, a qual cria configurações inesperadas e de esperado apenas, está a incerteza. Harvey (2008) apud Marx (1967) também ressalta que tais processos sociais promovem o individualismo, a alienação, a fragmentação e a destruição criativa. Vai

mais além: amplia o desenvolvimento especulativo, as mudanças imprevisíveis nos métodos de produção e consumo, mudança da experiência do espaço e do tempo, bem como da dinâmica de mudança social impelida pela crise e, portanto, a virada para o pós-modernismo não reflete nenhuma mudança fundamental da condição social. Santos (2001) para terminar essa temática, afirma que no limiar da ciência moderna, está a dúvida e na pós-modernidade está a insegurança, a qual resulta ainda do fato de a nossa reflexão epistemológica ser muito mais avançada e sofisticada que a nossa prática científica, em que nos encontramos divididos, fragmentados, onde sabemos o caminho, mas não exatamente onde estamos na jornada. Assim o é com o ensino de língua inglesa, cujas teorias de ensino avançam, mas não encontram ressonância nas mais diferentes escolas, principalmente no Brasil. Há um hiato entre teoria e prática e um divórcio entre o que é pesquisado no ensino superior e a realidade do ensino fundamental e médio.

Na concepção de Rajagopalan (2005) a hegemonia da língua inglesa no mundo, a qual é um elo de comunicação entre todas as sociedades mundiais, não é dada, pelo fato de ser falada nos Estados Unidos, Reino Unido e Austrália, mas, porque é um fenômeno linguístico em que dois terços dos usuários não são nativos da língua. Gove (1986) assevera que parece bastante claro que antes do término do século XX todas as comunidades do mundo vão ter aprendido a se comunicar com o resto da humanidade e que neste processo de intercomunicação a língua inglesa já terá se tornado a língua mais importante no planeta. Crystal (1997) acrescenta que à medida que o inglês se torna o principal meio de comunicação entre as nações, é crucial garantirmos que seja ensinado com precisão e eficiência.

Apesar “dessa supressão do humano”, pelo neoliberalismo e a elite estadunidense, a aquisição da língua deles, poderia ser uma forma de proteger a nossa cultura brasileira e ser um grande diferencial na vida de indivíduos, principalmente, daqueles que não estão inclusos nesse processo, para também usufruir do capital, já que esta aquisição certamente poderá ter implicações sócio-econômicas na vida de discentes e pessoas ligadas diretamente ao turismo.

### 3 IMPLICAÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS DO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA

Este capítulo discorre sobre a função sócio inclusiva da língua inglesa e seu impacto financeiro na vida das pessoas numa sociedade que recebe a influência globalizante bem como da função sócio inclusiva digital, no século do “boom” dos computadores. Em primeiro lugar, algumas discussões teóricas da inclusão são relatadas aliadas à repercussão financeira e em seguida, uma abordagem teórica da importância digital no ensino da língua inglesa para a inclusão dos discentes como cidadãos do mundo.

#### 3.1 A RELAÇÃO DA LÍNGUA INGLESA COM A INCLUSÃO SOCIAL E A RENTABILIDADE FINANCEIRA

Pode-se afirmar que a aquisição da competência comunicativa da língua inglesa na contemporaneidade é um dever da escola e um direito de todo cidadão e a escola não pode mais se omitir desse ensino. Este idioma proporciona contato com outras culturas, via internet, bem como seu uso é também cada vez mais utilizado no mundo científico e dos negócios o que pode gerar a ampliação da cidadania, inclusão social e inserção sócio-econômica dos discentes pertencentes às classes menos privilegiadas.

A língua inglesa tem tido um papel de destaque mundialmente. Ao conhecer somente a língua materna, o indivíduo priva-se de acessar informações que estão disponíveis em outras línguas, “deixando de obter em primeira mão conhecimentos compartilhados no resto do mundo que poderiam contribuir para o seu crescimento pessoal” (NICHOLS, 2001, p.16). Atualmente, o caráter formativo de uma língua estrangeira ganha muito destaque, conforme apontam os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira:

Objetiva-se restaurar o papel da Língua Estrangeira na formação educacional. A aprendizagem de uma língua estrangeira, juntamente com a língua materna é um direito de todo cidadão, conforme expresso na Lei de Diretrizes de Bases e na Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos, publicada pelo Centro Internacional Escarré para Minorias Étnicas e Nações (Ciemen) e pelo PEN-Club Internacional. Sendo assim, a escola não pode mais omitir em relação a essa aprendizagem. (PCNS, 1998, p. 19).

Complementa essa diretriz, Charlot (2005) ao afirmar que o ensino da língua estrangeira é dever da escola, e se a maioria das escolas oferece de forma exclusiva, o

inglês, e ainda se, no caso dos discentes das camadas de baixa renda, a escola pública é o único espaço para a aquisição desse idioma. Por isso espera-se que seu ensino seja produtivo e significativo para eles, possibilitando-lhes o acesso ao direito de formação completa, alargando e exercendo de forma ampla a sua cidadania e possam se servir desse conhecimento adquirido como mecanismo de inclusão social, principalmente porque vivem em uma sociedade globalizada.

Crystal (2001) também assegura que a proficiência na língua da comunidade global, o inglês, é hoje uma qualificação básica do indivíduo, tanto para sua carreira acadêmica quanto para a profissional, uma área por excelência que permitirá ao aluno das classes populares o contato com outras culturas e intercâmbio cultural. Em outro termos, a empresa Brainstorm (2010) revela que:

A crescente internacionalização dos mercados levou as nações a adotarem o inglês como idioma oficial do mundo dos negócios e dominar o inglês se tornou sinônimo de sobrevivência e integração global, pois seu aprendizado abre as portas para o desenvolvimento pessoal, profissional e cultural, já que o mercado atualmente considera um requisito básico no momento da contratação que o candidato domine essa língua, já que o inglês deixou de ser luxo para integrar o perfil do profissional ou futuro profissional, por mais jovem que ele seja, pois para ela a realidade é uma só: ou você domina um ou mais idiomas (e o inglês é primordial) ou as chances dos indivíduos serão menores e, portanto, no futuro, a internet será um dos mais poderosos instrumentos tecnológicos, aptos a trazer e levar informações de modo mais eficiente e a tendência é que as pessoas se deem conta disso cada vez mais rápido, pelo fato de o inglês ser fundamental para uma pesquisa eficiente na rede e o seu domínio permitirá buscas mais rápidas.

Essa mesma visão está presente na diretriz da agência Intergovernamental (2010) a qual afirma:

Grande parte dos centros nacionais de pesquisa premiam, em sua maioria, os pesquisadores que editam em inglês e favorecem a edição científica nessa língua. A maior parte das conferências internacionais aceitam unicamente o inglês como língua de comunicação, criando situações de incompreensão ou não inclusão daqueles que não podem apresentar palestra ou debater em inglês. O mundo da edição científica e técnica é dominado pelo inglês. Normas internacionais e patentes são setores em que o inglês se impõe cada vez mais, prejudicando empresas não anglófonas, obrigadas a arcar com custos de tradução ou por privá-las de conhecimentos necessários a sua evolução.

A partir dessas afirmações, acima expostas, cujas palavras remetem a necessidade imperiosa de se adquirir a língua inglesa como segunda língua, é oportuno referendar também as palavras de Neves (2010). Ela acredita que se não quisermos ser um povo isolado, remoto e perdido como temos estado talvez desde o século IX,

estamos obrigados a aprender inglês e devemos introduzi-lo desde o ensino primário, como acontece no Japão e noutros países que entendem a globalização como um processo irreversível. Schütz (2010) informa que, ao assumir o papel de língua universal, o inglês torna-se uma das mais importantes qualificações profissionais. O inglês, para ele, é hoje inquestionavelmente reconhecido como a língua mais importante a ser adquirida na comunidade internacional.

É com base nessas reflexões que se percebe o real problema do ensino brasileiro, principalmente nas escolas estaduais, mas não apenas nesse âmbito. Até mesmo tele cursos carecem de qualidade e senso de inclusão. Para alicerçar o que se afirma veja-se as palavras de Cruz (2010). Ele revela que a disciplina inglês do projeto Telecurso 2000 desenvolve-se nas bases de um discurso que parece defender a inclusão social do aprendiz no que diz respeito ao idioma inglês, o que o poria em condições de igualdade com aqueles que dominam esse idioma, contudo o sistema educacional está a serviço da ideologia dominante, que quer fazer crer que é democrático e, portanto, inclusivo, mas que é estruturalmente não inclusivo. Em sua hipótese há um processo de não inclusão expresso no material. Essa hipótese foi comprovada ao se verificar que o material para inglês, que se pretende inclusivo, traz expressa a não inclusão, a qual está na base do sistema educacional como um todo.

Quando se focaliza a cidade de Salvador, em particular, onde a maioria da população é composta por afro-descendentes, marginalizados, em boa parte, dos processos inclusivos, vê-se que o ensino da língua inglesa poderia ser fator determinante na modificação dessa realidade. Até porque a língua inglesa tem um papel fundamental no processo de ascensão social de afro-descendentes e sua aquisição pode superar preconceitos e contribuir para a conquista de posições sociais mais favoráveis. Ribeiro (2010) também acredita que o inglês é um mecanismo de ascensão social extremamente importante para todos, mas devido à discriminação social e racial, o acesso à língua para os negros é muito mais difícil, devido a fatores financeiros, educacionais e sociais. A língua inglesa não só assume um papel de ascensão social para o negro, como também o torna cidadão do mundo, em um processo de inclusão onde ele pode competir em condições de igualdade, pois através da aquisição da língua inglesa, o indivíduo adquire o conhecimento de mundo, tornando-se um ser crítico, engajado no processo discursivo.

A partir das afirmações, vê-se a necessidade de implementar uma educação

pública de qualidade, principalmente no ensino de língua estrangeira moderna. Infelizmente é de conhecimento irrestrito que essa realidade é bem diferente, a educação pública é gratuita, mas não é inclusiva nem emancipadora. Santos (2002) afirma que a educação de qualidade é cada vez mais inacessível, já que é sabido que, mesmo com o avanço da tecnologia e globalização, há a não igualdade social entre as pessoas, principalmente na realidade brasileira, que ainda está em processo de desenvolvimento e que a concentração de capital está no poder de poucos, tornando, portanto, a economia da globalização desigual. A grande negatividade da globalização é o separatismo social entre os seres humanos, provocando a miséria, e a distribuição de renda desigual, sendo este último o grande problema brasileiro. Urge a necessidade de mais investimentos na educação, a fim de reduzir esse quadro caótico.

A aquisição da língua inglesa não privada, pensando em mercado de trabalho e renda, poderá ser uma boa alternativa para a classe menos favorecida. Hashman (2000) confirma essa boa alternativa, acrescentando que a aquisição desse idioma é uma alternativa para “abrir janelas ao mundo” do mercado de trabalho e segundo Warshauer (2000) é fundamental a fluência da língua inglesa para os profissionais nas empresas que trabalham, tanto num nível básico, quanto num mais avançado, dependendo da atuação de cada um. A aquisição da competência comunicativa da língua inglesa é diante disso, portanto, uma das alternativas para que uma pessoa possa ser inserida no mercado de trabalho e no turismo soteropolitano, que cresce cada vez mais e pode ser a garantia de ganho pessoal e econômico. Assim, fica claro a inclusão social e econômica.

### 3.2 A RELAÇÃO DO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA E A INCLUSÃO DIGITAL

O mundo digital é uma realidade incontestável. O dia a dia de pessoas está presente cada vez mais em lugares o qual se move em muitas informações binárias, desde os trâmites bancários ao cuidado com os filhos mediante ao aparelho celular; fruto da informação de uma sociedade organicamente conectada pela rapidez da comunicação. Os alunos do Ensino Fundamental e Médio têm um grande número de informações vindas de diferentes multimeios em suas residências ou *lan houses*, como: computador, televisão, DVD, videogame e internet, estando, assim, inseridos à informação digitalizada ou aprendizagem interativa, isto é, a cibercultura ou tecnologia hipertextual. Os tempos mudaram na escola atual, aproximando virtualmente os alunos, surgindo um novo modelo no campo educacional, o qual possui uma diferença do conhecimento, em que a

questão digital está tomando conta de tudo e todos, é a era da cibercultura. O grande desafio para os professores de língua inglesa é associar este avanço, com o processo de ensino- aquisição da língua inglesa. Portanto, é fundamental rever a prática pedagógica e dar mais um enfoque prazeroso, motivante e que diminua a ansiedade, mediante o uso do computador.

Na visão de Brito e Purificação (2008, p. 9) “Ciência e tecnologia interferem de forma marcante nos rumos da sociedade, e a educação se vê no mínimo pressionada a reestruturar-se num processo inovador na formação de um ser humano universal”. Logo, o aparato da máquina, desde o passado tem contribuído para a evolução do homem no meio social, provocando mudanças tanto no mundo natural, quanto no social. Paiva (2008) acrescenta que: “o sistema educacional sempre se viu pressionado pela tecnologia do livro ao computador, e faz parte de sua história um movimento recorrente de rejeição, inserção e normalização.” Soto (2009, p.17) complementa que, “ensinar e aprender são atividades complexas e que exigem um esforço de sintonia com o outro e com o tempo em que vivemos”. De fato, a era do computador, precisa dessa sintonia na educação e precisa ser parte integrante do currículo de língua inglesa nas escolas públicas estaduais, para que haja uma harmonia com seu uso na prática extra de sala de aula, como um laboratório de língua, para maior exercício escrito e falado do idioma pelos alunos.

Há uma ostentação do poder público, do federal ao municipal para o uso do computador nas escolas, o que já é realidade na educação escolar, basta averiguar se de fato, na prática das aulas de língua inglesa, seu uso é real, concreto. Porém, não basta ter esse instrumento poderoso tecnologicamente, é preciso capacitar o professor para o uso dos mesmos, bem como os discentes, o que é também outro enorme desafio. Nenhuma outra ferramenta causou tanto impacto, como o computador. Para o processo de ensino/ aquisição da língua inglesa, isso poderá proporcionar muitos avanços significativos. Segundo Machado (2004, p. 56) “em todas as áreas onde aconteceu um salto tecnológico, em evidência ou na retaguarda, estava o seu uso” . Os PCNS acrescentam:

O computador, em particular, permite novas formas de trabalho, possibilitando a criação de ambientes de aprendizagem em que os alunos possam pesquisar fazer antecipações e simulações, confirmar ideias prévias, experimentar, criar soluções e construir novas formas de representação mental. Além disso, permite a interação com outros indivíduos e comunidades, utilizando os sistemas interativos de comunicação: as redes de computadores (internet). (BRASIL, 1998, p. 141).

É essencial, portanto, que esta nova tecnologia alcance a todos os indivíduos, a fim de prepará-los para a grande competição no mercado de trabalho e no turismo. Para Cox (2003, p.20): “é papel de a educação escolar capacitar o cidadão para vida. A escola deve preparar o ser humano para a sobrevivência, para viver e trabalhar dignamente, tomar decisões fundamentadas e estar apto a aprender continuamente”. Os PCNS também declaram, a importância de a escola adaptar-se às inovações da sociedade:

O mundo vive um acelerado desenvolvimento, em que a tecnologia está presente direta ou indiretamente em atividades bastante comuns. A escola faz parte do mundo e para cumprir sua função de contribuir para a formação de indivíduos que possam exercer plenamente sua cidadania, participando dos processos de transformações e construção da realidade, deve estar aberta a incorporar novos hábitos, comportamentos, percepções e demandas. (BRASIL, 1998, p. 138).

Por conseguinte, a escola pública deve preparar cidadãos nesta sociedade capitalista, para a interação com o outro na realidade do cotidiano, portanto, ela não pode se eximir desse papel tão essencial neste mundo pós-contemporâneo, em que o professor atue, como não apenas transmissor de conhecimento, mas um mediador, que aprende junto com o aluno. Chaves (1988) já registrava:

Devemos nos preocupar com a questão da informática na educação, porque as evidências disponíveis, embora não tão amplas e contundentes quanto se poderia desejar, demonstram que o contato regrado e orientado da criança com o computador em uma situação de ensino-aprendizagem contribui positivamente para a aceleração de seu desenvolvimento cognitivo e intelectual em especial no que dizem a respeito ao raciocínio lógico e formal [...]. (CHAVES, 1988, p. 65-67)

A aprendizagem mediante o uso do computador, já tem muitos anos, mas no caso brasileiro há um elemento diferenciador. Hubbard e Levy (2006) revelam que há um programa específico para a aquisição de línguas, chamado CALL (aprendizagem de língua guiada pelo computador), em que o aluno aprende fazendo e experimentando sua própria criação, mas para isso ele precisa ter primeiro o conhecimento de informática. Warschauer e Healey (1998) acrescentam que o programa CALL tem um estágio integrativo, que inclui em sua programação as quatro habilidades da língua (audição, escrita, fala e leitura) com o uso do idioma em situações reais. O computador e a sua nova tecnologia pode proporcionar, portanto, a cidadania dos alunos como um fator de inclusão nesta sociedade com um índice de competitividade cada vez mais elevada. Kroll (2000) conclui que o professor ainda tem uma grande resistência, mediante medo, ansiedade e fobia quanto ao seu uso nas aulas de inglês e que eles devem encará-lo

como uma importante ferramenta para a interação, já que ele pode ter implicações relevantes para a metodologia do professor, para o currículo e deve ter políticas educacionais para a concretização de seu uso como ferramenta didática.

## 4 IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS, CURRICULARES E POLÍTICAS PARA A AQUISIÇÃO DA COMPETÊNCIA COMUNICATIVA DA LÍNGUA INGLESA

Este capítulo terá como foco a definição e características da metodologia que deve ser adotada, a abordagem comunicativa, para a aquisição da competência comunicativa da língua inglesa na sala de aula e fora dela, bem como uma teorização crítica na escolha do livro didático para ser utilizado em sala de aula, uma análise teórica sobre o currículo e a visão de políticas públicas na educação. Primeiramente haverá uma definição da abordagem comunicativa e na sequência uma teorização do livro texto, curricular e política.

### 4.1 DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DA METODOLOGIA DA ABORDAGEM COMUNICATIVA

Segundo Hymes (1991) por muito tempo, a questão de saber uma língua, era dominar a sua gramática mediante a aprendizagem, mas hoje, o conceito é totalmente diferente, pois o que conta mesmo é ter a competência comunicativa, mediante a abordagem comunicativa, ou seja, adquirir a língua para se comunicar de forma falada e escrita na interação com o outro, não somente na sala de aula, mas também fora dela nas situações sociais. Mas para que isso aconteça, é fundamental que o professor levante a autoestima dos alunos, proporcione motivação, estimule e diminua a ansiedade dos mesmos. Por conseguinte, se a aquisição da língua inglesa, tão basilar nos dias de hoje, for de fato, na prática utilizada, mediante essa metodologia da abordagem comunicativa, tornará os discentes aptos na codificação da linguagem (escrita e falada) e assim haverá o ato comunicativo.

Leffa, Bohn e Vandersen (1988) apontam que quando nos Estados Unidos o ensino da língua ainda se enfatizava o código da língua, ao nível da frase (Bloomfield, com a linguística estruturalista, e Chomsky (1971), com a gramática gerativo-transformacional); na Europa, a ênfase dos linguistas era na análise do discurso. A língua é, por conseguinte, analisada como uma junção de elementos comunicativos. Na visão de Schütz (2007) a abordagem comunicativa ou o *Communicative Language*

*Teaching*, também chamado *Communicative Approach* ou *Functional Approach*, é a versão britânica do movimento iniciado no início da década de 1960 em reação ao estudo das formas da língua, de sua estrutura gramatical.

Sobre esse processo de ensino/aprendizagem, Schütz (2007) assinala que a combinação do estruturalismo na linguística e do behaviorismo na psicologia educacional haviam dado origem ao *audiolingualism*, aos métodos áudio orais e audiovisuais surgidos nos anos 50, baseados em repetição mecânica. A abordagem comunicativa então inspirada pela nova teoria de linguística do norte-americano Noam Chomsky e pelas novas teorias de psicologia cognitiva de Piaget e Chomsky, e motivada pela crescente demanda por métodos de ensino de línguas mais eficazes, surgiu como uma forte reação contra o *audiolingualism*. Ainda de acordo com o pensamento do autor, na abordagem comunicativa, a unidade básica da língua, que requer atenção, é o ato comunicativo, ao invés da frase. A função se sobrepõe à forma, e significado e situações é que inspiram a planificação didática e a confecção de materiais. Competência comunicativa, passa ser o objetivo, em vez do acúmulo de conhecimento gramatical ou da estocagem de formas memorizadas, por sua vez,

Diante disso, é fundamental mencionar dois termos usados por Dell Hymes (1991) os quais são: aprendizagem e aquisição de uma língua. O conceito de aprendizagem de uma língua, para ele, se refere ao seu estudo gramatical, formal, sistematizado, ao passo que a aquisição valoriza e emprega a comunicação. A abordagem comunicativa prega a aquisição, com foco no aluno, não apenas em termos do conteúdo, como também na interação em sala de aula, mediante técnicas em grupos, onde o aluno é o ator, o professor usa a sua sensibilidade e submete-se às necessidades de aquisição dos discentes, aceitando sugestões. Segundo Williams e Burden (1997) a aquisição de línguas é diferente de qualquer outra aprendizagem, pela sua natureza social e comunicativa. Damke (1992) complementa que a língua não existe em si só, não pode, pois, ser definida simples e unicamente como um código de sinais. A língua/linguagem somente existe e se realiza de fato em situações sociais.

A aquisição de uma língua envolve comunicação com outros seres humanos e isso requer não somente as habilidades sócio-comunicativas, isto é, o indivíduo organiza sua vida visualizando seus objetivos. Como, então, o uso da abordagem comunicativa deixa os alunos mais motivados em adquirir uma Língua Estrangeira? Desde os anos 60

começaram a surgir novas tendências que focalizaram o aprendiz de uma forma interacionista. Segundo Widdowson (1990) na década de 90, as aulas de línguas estrangeiras começaram a focalizar a habilidade comunicativa e interacionista da língua, onde os professores deveriam buscar métodos diferentes e os alunos estivessem mais expostos para o *input*, isto é, a linguagem na qual os discentes estavam expostos. Os métodos comunicativos têm em comum, o foco na interação entre os sujeitos. O ensino comunicativo, envolve a aquisição do idioma, mediante o interesse e necessidade do aluno, para que ele use a língua alvo para realizar ações autênticas na interação com o outro.

Nunan apud Brown (1994) apresentou algumas características da abordagem comunicativa: comunicação na interação, textos autênticos no processo de aquisição, contribuição dos alunos em sua própria aprendizagem em sala de aula e a ativação da linguagem fora do ambiente escolar. Sua meta era criar condições para a aquisição de um desempenho real na língua alvo. No entanto, o aspecto afetivo é visto como fundamental, pois o professor deve se mostrar sensibilizado para os interesses dos discentes. Krashen (1981) afirma que existem três variáveis que influenciam à aquisição da linguagem: a auto-estima, motivação e a ansiedade e que o aluno que está com auto-estima, se sente mais capaz para a aquisição. Assim, a motivação deixa o discente mais concentrado, já que a ansiedade tende a focalizar mais na forma do que na comunicação.

Ser comunicativo significa preocupar-se mais com o próprio aluno enquanto sujeito e agente no processo de formação através da língua estrangeira. Isso significa menor ênfase no ensinar e mais força para aquilo que abra ao aluno a possibilidade de se reconhecer nas práticas do que faz sentido para a sua vida, e no que faz diferença para o seu futuro como pessoa (ALMEIDA FILHO, 1998). Krashen (1989) sustenta essa teoria ao assegurar que o professor é o primeiro que gera o *input*, ou seja, estímulo ou entrada e que deve criar um ambiente amigável no qual o aluno se sinta seguro para que ocorra a aquisição da língua. Krashen ainda argumenta que o clima em sala de aula entre professor e aluno pode realçar ou inibir a aquisição do idioma e que a sala de aula deve fazer com que o aluno se sinta respeitado e valorizado.

Nos dias atuais, o processo do ensino-aquisição deve primar pela busca da eficiência, do motivante, do criativo. Algumas dessas exigências, pelas quais, a maioria dos docentes se defrontam, é fundamental a fim de que os discentes estejam preparados

para atuar na sociedade competitiva. Portanto, os professores de língua estrangeira, de modo particular, de língua inglesa, também são responsáveis nesse processo, e principalmente por estarmos inseridos numa sociedade cibernética, onde a linguagem, mais que a cultura, é o recurso mais importante para a inserção do indivíduo como cidadão do mundo. Para Hymes (1991) o falante precisa estar comunicavelmente dentro da sala de aula. Segundo ele, um indivíduo que adquire a competência comunicativa, adquire o conhecimento e a habilidade para usar a língua.

Assim sendo, Brown (2000) afirma que as estratégias de aprendizagem estão relacionadas à memória, armazenamento, enquanto que as estratégias de comunicação pertencem ao emprego de mecanismos verbais e não-verbais para a comunicação produtiva da informação e que a motivação é um conceito bastante usado quando se quer explicar o sucesso ou o fracasso de muitas atividades do homem. Então, para ele se o discente está motivado, o professor e os recursos utilizados por ele para a aquisição do idioma, ficam em segundo plano.

Sem dúvida, a abordagem comunicativa representa uma evolução inteligente em direção a um ensino de línguas mais humano e centrado nos interesses dos alunos. É a abordagem comunicativa que inspira os métodos hoje mais eficazes, pois proporcionam familiarização, construção e aquisição de habilidades comunicativas através de interação humana, de situações reais de comunicação em ambientes multiculturais, capacitando, portanto, seres humanos, não somente com a gramática e estrutura da frase, mas principalmente, para compreensão e fala, ou seja, ir além da aprendizagem, ter a aquisição do idioma, já que a aquisição da competência comunicativa da língua inglesa hoje, nesse período de globalização, representa um diferencial para a inserção no mercado de trabalho e no turismo, principalmente na cidade de Salvador, que recebe turistas quase o ano inteiro.

#### 4.2 OS PROCESSOS METODOLÓGICOS PARA A AQUISIÇÃO DA LÍNGUA INGLESA MEDIANTE A ABORDAGEM COMUNICATIVA

Como visto anteriormente, no passado os métodos de língua, enfatizavam apenas o estudo gramatical, mas recentemente surgiu o estudo da língua inglesa, como língua estrangeira, baseado na comunicação. Se o professor realmente usar na sala de aula e fora dela, esta metodologia comunicativa, real, com gêneros textuais e promover o

estímulo, entrada, para o aluno, chamado “input”, no final haverá o “output”, isto é saída ou domínio da escrita e fala, além da cultura da língua pelos discentes, os quais também terão sua identidade social construída.

No entendimento de Bordenave e Pereira (2008) o professor precisa compreender adequadamente o processo da aprendizagem, contemporaneamente falando, aquisição. Ele faz uma comparação de como para o médico é vital entender a fisiologia do corpo humano, zelando para o *feedback* dessa aquisição; deve ser o professor, com o zelo pelo entusiasmo na sala e a invenção de novos métodos originais de ensino. Na visão de Brown (2000) nos primeiros quarenta anos do século 20 houve pouca informação sobre o campo da pedagogia da língua inglesa. Somente no meio do século é que começaram a surgir metodologias para o ensino-aquisição de uma língua estrangeira. Ele compara esse ensino de língua comunicativa e interativa como uma profissão adolescente ainda.

Conforme Brown (2000) antes do método da abordagem comunicativa ou *Communicative Language Teaching* (Ensino de Língua Comunicativa), houve seis métodos para o ensino da língua inglesa, mas que não se baseavam na comunicação, interação. A saber: o *Audiolingual*, *Total Physical Response*, *the Silent way*, *Community Language Learning*, *the Natural Approach* e *Suggestopedia*. Ainda de acordo com o referido autor, língua é escrita, leitura, audição e fala e que a interação entre a metodologia do professor e sua prática na sala de aula, com explicações bem claras e concisas, para o aluno não cair em erros, com a presença da motivação, é a chave para um ensino dinâmico e quando na aquisição de uma língua estrangeira, no caso do inglês, o aluno incorpora uma segunda identidade, uma nova cultura, pois ele passa a desenvolver um novo pensamento. De fato, para incorporar a língua inglesa, tem que pensar sempre nessa língua, a qual tem um pensamento ao contrário da língua portuguesa, por ser o inglês de origem germânica. Este fato é de suma importância, pois para que o nativo possa entender o discurso, é necessário estruturar a frase segundo o pensamento e cultura deles, pois se a estruturação do aluno for igual ao da língua mãe dele, no caso da língua portuguesa, o estrangeiro não decodifica a mensagem e a comunicação não é realizada. Exemplificando: na frase, “a linguagem própria deles”, no inglês, eles dizem, “deles própria linguagem”. Nesse caso, do pensamento inverso na frase, está aí presente a cultura da língua, já que língua e cultura são indissociáveis,

andam sempre juntas.

Bank (1994) acrescenta que aquisição de língua é um fenômeno holístico, na qual a língua e o desenvolvimento cognitivo se interagem dinamicamente, ou seja, a habilidade para escutar, falar, ler e escrever a língua deve ser entendida como uma manifestação holística, isto é, engloba todas estas habilidades e não apenas algumas delas, portanto os métodos devem refletir essa natureza. Prabhu (1990) ainda com relação à metodologia citados, percebe que não há um único método, o qual pode ser considerado o melhor para ser adotado, nem o mais eficiente. A preocupação dele é com a qualidade de ensino promovido, ou seja, ensino vivo, ativo, operacional, real, envolvente, que se desvincule do ensino mecânico.

Kueth (1974) acrescenta que somente quando o professor cria e usa atividades para despertar o interesse dos alunos é que de fato ocorre a aquisição daquilo que eles estão expostos. Diante deste argumento, poder-se-ia mencionar que despertar, é parte fundamental do ensino vivo relatado por Prabhu. Ainda no entendimento de Brown (2007) apud Kuhn (1970) a ciência é como se fosse um processo de resolução de um jogo de quebra cabeça, no qual, o cientista, neste caso, o professor, é quem descobre os pedaços desse quebra cabeça e os encaixa corretamente para que haja a aquisição de língua. Daí, para que a aquisição da língua inglesa ocorra verdadeiramente, o professor deve guiar o aluno no sentido correto de cada elemento constituinte da frase, em sua posição certa, seguindo sempre o pensamento do inglês.

Contudo, Brown (2007) enfatiza que esse sentido correto de cada elemento constituinte da frase, é importante, mas também é necessário a aquisição da entonação adequada das palavras e frases, para uma comunicação mais eficaz com o nativo da língua. Pode-se acrescentar que é fundamental também a pronúncia correta das palavras, a fim de que o nativo da língua entenda e haja a comunicação de fato, pois o contrário, anula a comunicabilidade. Ainda segundo Brown (2007) a aquisição da competência comunicativa não depende apenas de fatores educacionais e linguísticos, mas também, psicológicos ou cognitivos, sociais, culturais, biológicos, físicos e egocêntricos. Para justificar sua afirmação ele faz uma comparação interessantíssima do processo da aquisição de língua com a plantação de uma árvore frutífera, desde a colocação da semente, irrigação do solo, germinação até o aparecimento dos frutos, em que a depender do professor (semeador), com o seu estímulo ou “input” que é dado por ele e

todos esses fatores envolvidos, haverá a colheita dos frutos, ou seja o “output”, isto é, a aquisição da língua de fato e de verdade, a qual pode ser visualizada no anexo D.

Brown (2000) diferencia a dicotomia entre a aquisição da língua inglesa, enquanto segunda língua (ESL) e língua estrangeira (EFL), argumentando que o contexto da ESL, é quando alguém estuda a língua no país da língua e daí tem contato com o idioma o tempo todo; já a EFL é quando esse estudo do idioma se dá em um país, em que a primeira língua não é inglês e daí o aluno só tem contato com o idioma na sala de aula. Então baseado sobre isso, para esse conceito de “estrangeira”, que é o caso do Brasil, ele sugere que o professor use muitas atividades fora do ambiente de sala de aula, para que o aluno pratique o máximo que puder, como se fosse sua segunda língua, mediante atividades como: assistir a programas de TV, ouvir rádio em inglês, ler artigos de jornais, revistas, romances, livros nessa língua e praticar com nativos (turistas) e pessoas que dominem o idioma. É preciso ainda conversação dos próprios alunos em ambientes fora da sala, para que o ensino da língua preze sempre pela comunicabilidade.

Por outro lado, Widdowson (1978) complementa que a habilidade para produzir frases é crucial na aquisição de uma língua (conhecimento de regras da língua), mas que é importante reconhecer, contudo, que esta habilidade não é a única que os aprendizes precisam adquirir. Saber uma língua é mais do que entender, falar, ler e escrever frases, mas acima de tudo, saber como estas frases são usadas para efeito comunicativo (conhecimento de regras da língua para comunicação efetiva). No entanto, Littlewood (2006) acrescenta que é possível notar que muitas pesquisas realizadas nas salas de aula do ensino da língua inglesa consiste na presença de manipulação de língua (construção de frases apenas) do que de comunicação, podendo não oferecer, portanto, uma reflexão verdadeira do conhecimento do aprendiz da língua. Quando se trata dessa manipulação de língua, se refere, por conseguinte, da língua utilizada em sala de aula, apenas na forma gramatical e suas regras, que não conduzem para a comunicabilidade, a qual era a crença no passado sobre aquisição de língua e já mencionado anteriormente neste trabalho. Gieve & Miller (2006) apontam também que a qualidade de vida da sala de aula é discursivamente construída dentro da mesma, onde não somente os alunos passam pelo processo de aquisição mas também os professores, em que a interação entre alunos e professores, alunos e alunos afeta o uso da língua de forma positiva.

Gieve e Miller (apud ALLWRIGHT, 2006) afirmam que alunos e professores, devem desenvolver simultaneamente seus entendimentos próprios, com relação à aquisição da língua e que a questão principal é que eles devem tentar entender os fatores que afetam a qualidade de vida na sala de aula. Essa constatação levou Kramsch (1992) a declarar que tem havido alguns extremos no ensino de língua, como: gramática versus comunicação; professor como centro versus aluno como centro; cognição versus estilos de aquisição; aprendizagem versus aquisição. Ainda, na visão da autora, os professores devem perceber as necessidades dos alunos, para atuar em sua função e responsabilidade enquanto professores. Ela acrescenta também o fato de que a língua é vista como uma prática social e que ela é indissociável da cultura e que os professores devem desenvolver o aluno não apenas competente culturalmente, mas com uma personalidade cultural e que o professor parece ainda não ter entendido na prática a importância dessa competência sócio-cultural para a aquisição da língua, aliás uma das principais atividades autênticas dentro de uma sala de aula.

Singhal (1998) complementa essa afirmação ao balizar que cultura e ensino são necessários em uma sala de aula de língua inglesa. Para uma aquisição de língua efetiva não se pode separar cultura e ensino. De fato, a cultura está na frase, no parágrafo inverso do pensamento da língua inglesa, comparando com a língua portuguesa, como já dito anteriormente, então, quando o aluno memoriza as estruturas dessa língua, ele está naturalmente catalogando a cultura dessa língua. Por outro lado, McKay (2002) declara que esse ensino versus cultura, é realmente adquirido do lado de fora da sala de aula, com o contato com o outro e principalmente com o nativo da língua, mediante a comunicação e que a escola deve procurar meios para proporcionar uma extensão para essa interação. Kramsch (apud HYMES, 1974) compara a aquisição de língua com um teatro, a qual é dada em forma de diálogo, em que o significado deve refletir a construção do significado como prática social. Kramsch (1998) enfatiza que língua, é um sistema de sinais que expressa a realidade cultural, a forma que as pessoas pensam, a partir de ações verbais na interação com o outro, nos diálogos diários, enfim, no discurso.

Cook (2003) esclarece que a língua está no coração da vida humana. Sem ela, muitas de nossas atividades mais importantes seriam inconcebíveis. Basta tentar imaginar a falta da família, amigos, conquistas amorosas, crenças religiosas, ideais políticos, literários, artísticos etc., seriam impossíveis sem o uso das palavras, pois estas

atividades são tão naturais para nós, como um vôo para os pássaros.

O autor chama a atenção para o fato de que a língua é para ser usada no cotidiano da vida, na vida social e interação com o outro, pois ela não surgiu, para ser fruto apenas de seu estudo gramatical, daí se insere a língua inglesa e sua aplicação comunicativa, enquanto língua estrangeira, no nosso caso brasileiro, ou melhor internacional. No pensamento de Spolsky (1998) a sociedade humana é feita de muitos padrões e comportamentos, um destes são linguísticos, em que a língua é usada para manter relacionamentos sociais, já que ela estabelece identidades sociais, étnicas, para deixar de ser apenas estudo de frases, em que muitos aprendizes são expostos e na maioria das vezes, não podem usá-la na fala.

A dinâmica metodológica é o fator primordial no momento da aquisição da língua comunicativa, pois não basta somente o professor ter um conhecimento profundo do idioma. Harmer (2005) afirma que para uma aquisição eficaz da língua inglesa, o professor deve corrigir o aluno de forma sábia, sem ofendê-lo, ele deve usar gestos e mímicas na exposição de suas aulas, fazer o contato do olho com o aluno, para perceber se o processo de entendimento foi captado, deve saber usar a voz, usar as carteiras dos alunos em círculo, para facilitar um melhor contato com todos, zelar pela participação em duplas, trios, grupos, fazer uso de muita repetição e muita prática dos alunos fazendo perguntas entre eles mesmos e respondendo. Percebe-se no discurso de Paiva (2007) também uma proposta de dinamicidade, como posta por Harmer (2005), no entanto, ela vai mais além e afirma categoricamente que o processo para a aquisição da competência comunicativa da língua inglesa deve ser mais abrangente, principalmente com o uso dos gêneros textuais.

Para ela, gêneros textuais são sistemas discursivos complexos, socialmente construídos pela linguagem, com padrões de organização facilmente identificáveis, dentro de um continuum de oralidade e escrita, e configurados pelo contexto sócio-histórico que engendra as atividades comunicativa a exemplo de músicas, filmes, revistas etc. Dionísio, Machado e Bezerra (2002 apud MARCUSHI, 2000) complementam que o gênero textual ou discursivo ou do discurso, como uma forma de linguagem, é adquirida, por meio de enunciados concretos, ouvidos e reproduzidos na comunicação verbal. Paiva (2007) ainda afirma que a concepção de linguagem materializada em gêneros textuais tem sido ignorada ao longo da história do ensino de

línguas. O conceito de língua predominante no contexto escolar ainda é, na maioria de nossas escolas, o de estrutura linguística, congelada em sua dimensão sintática e sem inserção em contextos significativos, ou seja, há a ausência de práticas sociais da linguagem nas salas de aula. Ela conclui afirmando que o objetivo deixa de ser aprender sobre a língua e passa a ser aprender a usar a língua na realidade real dos discentes e isso só pode ser feito através desses gêneros, que são o caminho adequado para a aquisição.

Bentes (2005, p.12) é mais enfática ao afirmar que o domínio dos diferentes gêneros pode auxiliar o aluno a ser o legítimo “dono” de sua fala, ou seja, pode levar o aluno a ocupar, com maior consciência, os diferentes lugares a partir dos quais pode falar e escrever. Além desses gêneros textuais, que são fundamentais para a aquisição da competência comunicativa da língua inglesa, como posto anteriormente, Maher (1996) aponta que nesse processo de uso da linguagem as pessoas também constroem e projetam suas identidades, em que Lopes (1998) chama de identidade social, isto é, o uso da língua, que é construído em sala de aula e se expande na sociedade. O mesmo autor conclui, conclamando os colegas, linguistas aplicados na área de ensino de línguas, a voltar seu foco de ação para a educação das classes subalternas, acrescentando que para Freitas (1982) o fato de a ciência não ser encontrável na forma neutra não implica que todos os que trabalham nela estejam ao lado das classes dominantes e que eles podem estar, principalmente se quiserem, ao lado das classes oprimidas.

#### 4.3 A RELAÇÃO DA AQUISIÇÃO DA LÍNGUA INGLESA COM LIVROS DIDÁTICOS DE ABORDAGEM COMUNICATIVA

Cada vez mais se tem falado acerca do uso do livro didático de língua inglesa nas escolas por alunos e professores, o qual preza pelo uso da habilidade da escrita, leitura, audição e fala numa perspectiva comunicativa. A grande questão é se os docentes fazem uma análise crítica dos mesmos antes de usá-los, se usam adequadamente, sem ser “escravo” do mesmo, já que ele é um instrumento eficiente para o professor superar suas deficiências e para a aquisição da competência comunicativa desse idioma pelos discentes.

Freebairn (2000) afirma que se o docente de língua inglesa nunca usou um livro

didático em sua prática de sala de aula e se não fez uma crítica a esse instrumento de trabalho, ele não deve ter sido um bom professor de língua. Ele também enfatiza, que esse livro é a referência do aluno, tanto em relação à gramática quanto ao vocabulário. Logo, a partir dessas afirmações, nota-se a importância fundamental que o autor coloca no livro didático, sem o qual é impossível conseguir a tão almejada aquisição comunicativa da língua. Alwright (1981) aponta que o professor de língua inglesa necessita dos materiais de ensino (o livro didático), para superar as deficiências na sua prática e assim não prejudicar os discentes na aquisição do idioma, contudo, o docente precisa estar ciente também que o livro não resolve tudo. O referido autor chama a atenção para a criatividade do professor, o qual deve complementar seu material de ensino, não dependendo exclusivamente do livro texto. Richard (2002) concorda com essa afirmação de Alwright e complementa explanando que além de criar seu material, os docentes de língua estrangeira precisam de treinamentos e experiência para se adaptar e, ao mesmo tempo, modificar o livro didático. É preciso ainda usar materiais autênticos, isto é, próximos da realidade do aluno e variando os gêneros textuais, conforme enfatizado anteriormente por Paiva.

Indo ao encontro desse mesmo posicionamento está Harmer (1998, p.119) cujas palavras transcrevemos abaixo:

O professor de língua inglesa, deve fazer uma análise crítica do livro didático, antes de escolher o livro texto mais adequado para ser utilizado nas suas aulas e que ele deve considerar nove áreas principais, tais como: se o preço do livro é acessível para todos, se há uma fácil disponibilidade para a compra, se seu formato é atrativo, se sua metodologia engloba a abordagem comunicativa, se focaliza as habilidades de escrita, leitura, audição e fala, se o sumário é adequado para os alunos, se os tópicos são adequados para a faixa etária dos discentes e interessantes para eles, se o estereótipo mostra uma sociedade humana, igualitária e sem preconceitos e se o guia do professor é bom, fácil de lidar e se responde a tudo aquilo que o professor precisa saber.

De fato que, se essa análise crítica proposta por Harmer (1998) não for feita pelos docentes e, diferente disso, fizerem o uso aleatório do livro didático, ou muito pior, se não houver o uso do mesmo na sala de aula e fora dela, certamente comprometerá a aquisição do idioma pelo aprendiz. Richards (1998) complementa e declara que as salas de aula de língua estrangeira e segunda língua têm dado mais importância para o ensino do professor e os aprendizes, margeando a importância do livro didático. Portanto, Milwaukee (1985) conclui que se deve ficar mais atento para a política e sociologia da indústria do livro didático, já que para Kramsh (1992) alguns

livros textos, retratam uma língua artificial pré-fabricada, ou seja, não retratam a comunicação natural por falantes nativos.

Diante dessa afirmação, cabe ao professor selecionar o que é mais proveitoso e efetivo para a aquisição da língua, sem perder de vista a realidade de seu alunos. Cunningsworth (1995) revela que os livros didáticos existem para preparar os aprendizes a usar a língua de forma independente no mundo real. O autor chama a atenção de que sem a experiência do uso desse material em sala, apenas com o uso da lousa e apostilas desintegradas, é impossível os discentes adquirirem autonomia na aquisição da língua, construindo seus próprios discursos com segurança, maturidade para usá-la com turistas e no mercado de trabalho em geral.

Diante do exposto, está claro que a teorização da importância do uso do livro didático da língua inglesa em sala de aula e fora dela por docentes e discentes, é enormemente enfatizado pela grande maioria dos estudiosos no seu uso contínuo. Assim, cabe ao professor se servir do livro didático eficientemente e ir mais além, ou seja, “não há receita para nos ensinar como criar a nossa metodologia, exceto nossa própria prática”. (DUPRAT, 2002, p.112).

#### 4.4 A RELAÇÃO ENTRE O CURRÍCULO E A AQUISIÇÃO DO INGLÊS NUMA ABORDAGEM COMUNICATIVA

É fundamental fazer primeiramente uma definição do conceito de currículo, o qual é um conjunto de saberes que tem por objeto a construção metódica prática de um plano educativo global ou específico, refletindo os valores e as orientações de um meio e devendo permitir o alcance dos objetivos pré-determinados da educação. O currículo atual deixou de ser um mero instrumento técnico e passa a abranger muitas áreas do conhecimento, contudo ele é unilateral, não democrático e está associado à ideologia, poder político, social, cultural e pessoal. Contudo, é possível melhorá-lo, desde que sobre ele se deite um olhar multicultural, moderno, cibernético, onde todos os envolvidos no processo educacional reflitam sobre essa nova forma de pensar o currículo. Vislumbrem os vários tipos de aprendizes e as desigualdades sociais que cercam muitos deles, se assim for feito o professor será a peça mais importante para uma melhor qualificação do ensino, do aprendizado do aluno, afinal todas as classes sociais serão beneficiadas. Na ótica de Moreira e Silva (1995, p.7-8):

O currículo há muito tempo deixou de ser apenas uma área meramente técnica, voltada para questões relativas a procedimentos, técnicas, métodos. Já se pode falar agora em uma tradição crítica do currículo, guiada por questões sociológicas, políticas, epistemológicas. Embora questões relativas ao “como” do currículo continuem importantes, elas só adquirem sentido dentro de uma perspectiva que as considere em sua relação com questões que perguntem pelo “por que” das formas de organização do conhecimento escolar. Nessa perspectiva, o currículo é considerado um artefato social e cultural. Isso significa que ele é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual. O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação.

Está claro, portanto, que o currículo e seu programa são o retrato, infelizmente, de desejos particulares, principalmente em uma sociedade pragmática e excludente. Moreira e Silva (1995) ainda apontam que o currículo se originou e desenvolveu nos EUA e na Inglaterra, onde foi focalizado como elemento central da Sociologia da Educação. Foi somente no século XIX e no início deste, que um número de educadores começou a tratar mais sistematicamente de problemas e questões curriculares, surgindo assim um novo campo. Eles ainda argumentam que após a guerra civil, a economia americana passou a ser dominada pelo capital industrial, em que o processo de produção tornou-se socializado e mais complexo, enquanto os procedimentos sofisticaram-se e assumiram um cunho “científico”.

Daí, uma nova concepção de sociedade começou a ser aceita e difundida, isto é, o sucesso na vida profissional passou a requerer evidências de mérito na trajetória escolar, considerando o currículo como o instrumento por excelência do controle social que se pretendia estabelecer (MOREIRA; SILVA, 1995). Ainda na ótica destes autores, falar de currículo implica necessariamente levantar a questão da ideologia, assim como é um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação, recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão.

Esses estudiosos do currículo afirmam que se existe uma noção central à teorização educacional e curricular crítica é a de poder. É a visão de que a educação e o currículo estão profundamente implicados em relações de poder que dá à teorização educacional crítica seu caráter fundamentalmente político. Isso não quer dizer que a conceituação daquilo que constitui o poder, no contexto da educação e do currículo, seja

uma questão facilmente resolvida. Milwaukee (1985) acrescenta que cada decisão de um formulador de currículo é uma decisão social, política e pessoal.

Claro está, que o currículo é um objeto de poder ideológico e cultural da classe dominante, e, portanto, deve ser responsabilidade de todos os setores educacionais a construção de um currículo mais democrático. Bank (1994) visualiza uma proposta mais aberta, com mais igualdade educacional para o currículo, pois, para ele, o currículo da escola e a estrutura social devem ser reformadas visando a uma educação multicultural, valorizando as diversos grupos étnicos, raciais e grupos sociais, para que estes também participem do processo de construção do conhecimento, em que cada um incorpore e valorize sua própria identidade cultural, visando uma educação multicultural poderosa e justa, com igualdade de oportunidades para todos. Por fim Brown (2000) declara que o currículo da escola é ditado pelas instituições, as vezes por influência política e interfere até na opinião do professor, por isso a necessidade de revê-lo, permitindo que surja uma educação mais igualitária, inclusiva e que permita aos indivíduos das classes menos favorecidas ascender para um nível seguro.

O referido autor chama a todos para uma reflexão. Vejamos:

O que nos guia em nosso pensamento curricular é a visão do mundo que nós temos construído; uma integração de nossas histórias pessoais, nossas perspicácias psicológicas, nossos valores, nossas propostas, nosso contexto social e as crianças com as quais nós convivemos em uma sala de aula. Para melhorar nosso trabalho, nós devemos parar para ler, conversar, refletir sobre nossas ações, expandir nossa consciência e reexaminar nossas pressuposições. O leitor já pode ser engajado nessa contínua reflexão. As perspicácias psicológicas que são construídas na visão de mundo de cada pessoa deve também ser desafiada em ação e diálogo. É, eu acredito, no compartilhar de nosso pensamento e o desafio de nossas crenças e ações que nós expandimos e reformatamos em nosso pensamento curricular e nosso pensamento curricular reformata nossas ações. (MILWAUKEE, 1984, p.69-70).

Está bem claro que o autor faz um convite à todos aqueles que estão envolvidos no processo educacional, para uma análise profunda dialogada, debatida sobre a importância do uso do currículo real na prática de cada docente, colocando como alvo final os discentes de forma diferenciada com a realidade de cada um deles, no nosso caso, os alunos de língua inglesa como língua estrangeira, já que segundo Richard (2005) apud Nunam (1988) menciona que existem quatro tipos de aprendizes: os concretos, que têm a aquisição do idioma mediante jogos, vídeos; os analíticos, que se baseiam na gramática, os comunicativos, que usam a comunicação o tempo todo com nativos e não nativos e os autônomos, autoritários, que querem todas as explicações e

anotam tudo detalhadamente.

Por sua vez Richards (2005) aponta que com todas as dificuldades, o professor, sua metodologia e o livro didático, são os grandes responsáveis por proporcionar um ensino de qualidade e democrático.

A história do desenvolvimento do currículo no ensino de língua, começa com a noção de planejamento do sumário, isto é, a especificação do conteúdo que será ensinado e não com os debates sobre qual método usar, pois este é algo que vem posteriormente. Ele ainda enfatiza que o currículo deve acima de tudo focalizar sobre o conhecimento e habilidades que são relevantes para as necessidades da vida diária dos aprendizes e que ele também deve incluir a preocupação em lutar pelas injustiças sociais e desigualdades, mediante alunos, professores ou outros canais e que muitas coisas podem ser feitas para criar um contexto para um bom ensino, mas são professores que de fato determinam o sucesso de um programa, compensando as deficiências no currículo, nos materiais e nas fontes que eles usam em seu ensino, principalmente o uso do livro didático, o qual é um componente chave nos programas de língua, como também o uso de avaliações adequadas para a resposta da qualidade do ensino dos docentes. (RICHARD, 2005, p.209-288).

Além de uma instituição competente qualitativamente, Morris (1994) aponta que uma instituição educacional de qualidade tem as seguintes características: objetivos claros, um programa bem planejado que procura atender as necessidades dos alunos, identifica as necessidades educacionais da escola, envolvimento de todos do grupo escolar, ensino motivante, zelo dos administradores com o desenvolvimento profissional dos docentes e revisão dos programas da escola regularmente. Em virtude dos fatos mencionados, urge a necessidade de uma análise profunda por todos os indivíduos partícipes do processo educacional para o repensar de um novo currículo, para que sua prática possa proporcionar uma unicidade, em que todas as raças sejam incluídas em seu programa.

#### 4.5 A RELAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS COM A AQUISIÇÃO DA LÍNGUA INGLESA

A desigualdade das classes brasileiras, é o problema fundamental do Brasil, por conseguinte, a educação pode ser um meio eficaz para inserir pessoas das camadas baixas ao mercado de trabalho e, assim, diminuir a pobreza. Mas, para que isso aconteça de fato, O Estado, junto com o Ministério Público e a Constituição Federal de 1988 devem ser parceiros para a melhoria da educação das escolas públicas.

Fadul (2002 apud KLIKSBERG; MEDEIROS, 2002) afirma que as causas fundamentais da pobreza estão nas políticas públicas atreladas à uma visão centrada

apenas no crescimento econômico. Os determinantes da pobreza encontram-se na má distribuição dos recursos, trazida, sobretudo, pela desigualdade intensa e instável que reside no Brasil. O autor declara que para reverter esse processo, diminuição da pobreza e redução da desigualdade social, o principal caminho é o da educação e que é um elemento intrinsecamente associado ao mercado de trabalho e à produção de renda, e mecanismo indispensável para se alcançar um nível aceitável de bem estar social e é um elemento capaz de criar condição de melhor inserção econômica e social para essa parcela da população.

A referida autora enfatiza que se não houver políticas sociais agressivas em educação e outras áreas, não se solucionará os problemas da pobreza e o acesso à informática. Ela defende também uma maior discussão sobre mercado de trabalho, educação e renda. Afinal, para ela, o que se busca, essencialmente, empreender é uma discussão sobre bem estar e justiça social, pois existem relações entre estes e entre mercado de trabalho e renda e, renda e educação. Ela revela ainda que o Brasil, mesmo tendo renda suficiente para todos, a desigualdade é o problema fundamental do País com elevado níveis de pobreza. Portanto, se educação reduz a desigualdade e se reduzir desigualdade significa combater a pobreza, a solução do problema da pobreza deve estar relacionado a oferta de uma educação de qualidade, uma vez que ela contribui para aumentar a mobilidade de circulação, ou seja, as pessoas menos privilegiadas começam a poder trocar de posição, ascender social e culturalmente (FADUL, 2002). De fato, a educação, de forma específica, a educação da língua inglesa, quanto ao seu aspecto comunicativo, visualizando à inserção de alunos da classe menos privilegiada e indivíduos ligados ao turismo no mercado de trabalho, pode ser uma forma de reduzir a pobreza e proporcionar a ascensão social e com isso o desenvolvimento urbano.

Frischeisen (2000) na defesa dessa classe menos privilegiada, coloca como a responsabilidade principal, o Estado e como força solucionadora, políticas públicas. Ela questiona para que serve o Estado e quais suas funções, enfatizando para a importância da positivação dos direitos sociais, culturais e econômicos da humanidade e a proteção desses direitos. Para ela, cabe ao Ministério Público a defesa do regime democrático e dos interesses sociais e individuais, a defesa do cidadão, assegurados na Constituição Federal, visando a promoção do bem-estar e da justiça social, da dignidade da pessoa humana e da cidadania, mediante políticas públicas visando a ordem social. A referida autora declara ainda que:

Assim, a Constituição, desde o século XIX, passa a ser entendida como o instrumento fundamental de organização do Estado de Direito, garantia dos direitos individuais dos cidadãos e limite à vontade do próprio legislador. O direito, que sempre se faz permear pelos movimentos sociais de cada período histórico, não ficou imune à Revolução Industrial do século XIX e, assim, as Constituições passaram a incorporar não só os direitos e as garantias individuais, mas também os direitos sociais. O próximo passo foi a exigência de que tais direitos fossem de fato garantidos, por ações estatais, seja de intervenção direta, seja de controle e fiscalização, para que o direito à igualdade de oportunidades fosse realmente exercido. (FRISCHEISEN, 2000, p. 23).

Ela, portanto, ressalta os direitos sociais e complementa que as constituições aprofundavam esse princípio de igualdade, transformando o Estado de Direito em Estado Social de Direito, mediante a participação e soberania popular, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho, da livre iniciativa e pluralismo político, através de uma sociedade livre, justa e solidária, onde surja para o cidadão o direito a prestações positivas do Estado, que se verifica através das políticas públicas constitucionais. Ela ainda menciona que na passagem do século XIX para o século XX, os movimentos sociais propugnavam uma ação direta do poder público para garantir os direitos sociais, como educação, entre todos os cidadãos e que o Estado Democrático de Direito, é caracterizado, justamente, por afirmar, garantir e pretender promover direitos iguais para todos sem discriminação de qualquer espécie. Para ela a efetividade desses direitos sociais depende da interrelação entre o Estado e a Sociedade Civil, que as políticas do ensino, devem estar fixadas por lei, em que as escolas públicas é um exemplo padrão disso. Daí a responsabilidade de todos que operam o direito, enquanto intérpretes constitucionais para tentar incluir as parcelas marginalizadas da população brasileira, para que o Direito faça sentido para todos e não para poucos, a fim de que a Constituição cumpra seu papel de reserva de Justiça e instrumento da promoção da igualdade, fazendo valer o artigo 12 da Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão de 1789.

Rocha (2006) também conclui e declara, mais especificamente, à língua inglesa, como língua estrangeira, que:

Deva ser incluída no ensino público desde o ensino fundamental, para dar oportunidade à criança de ter uma educação que, de forma crítica traga à sala de aula a relação entre o local e o global de forma crítica, tornando-a cidadã de um mundo plurilíngue e multicultural, já que são (as crianças) o futuro da nação e por meio desse ensino de línguas, incentivá-las a acreditar em si mesmas, a valorizar seus interesses, a fortalecer sua(s) identidade(s) e a liderar caminhos, e que o professor deve auxiliá-las a construir uma realidade sempre melhor, de forma responsável e digna, com o auxílio de um ensino que seja formativo e significativo e por fim que essa busca por tornar

objetivos realidade venha atrelada à incessante luta por políticas públicas que visem a uma sociedade mais justa e igualitária. (ROCHA, 2006, p. 98-99).

Cabe ressaltar que políticas públicas é também de responsabilidade dos dirigentes estaduais, pois: “a organização para o desenvolvimento regional, tem como característica marcante a ampliação da base de decisões autônomas por parte dos atores locais.” (BOISIER, 1998, p. 29). Diante do exposto, é possível perceber que a integração da tríade, Estado (Secretaria de Educação do Estado da Bahia), Ministério Público e a Constituição Federal, têm o poder e a competência para instituir políticas públicas educacionais de qualidade, inclusivas, principalmente no que tange a educação da língua inglesa nas escolas públicas estaduais soteropolitanas e na Secretaria do Turismo do Estado da Bahia, a fim de assegurar possibilidades para que os discentes destas escolas e pessoas ligadas ao turismo possam também ter a chance de concorrer ao mercado de trabalho, pensando em rentabilidade financeira e assim desenvolvimento urbano para a cidade de Salvador e uma sociedade menos desigual.

## **5 ANÁLISE DO DISCURSO DAS LEIS QUE REGEM A AQUISIÇÃO DA COMPETÊNCIA COMUNICATIVA DA LÍNGUA INGLESA E A RELAÇÃO COM O MERCADO DE TRABALHO E AO TURISMO**

Esta seção do trabalho busca inteirar-se sobre o ensino da língua inglesa, de acordo com as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB), aliado aos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998 (PCNS), buscando traçar um paralelo desse ensino com as escolas públicas estaduais soteropolitanas, além da importância da educação para o mercado de trabalho e ao turismo, bem como das leis da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia. Em primeiro lugar, são apresentadas as leis da LDB, em seguida os PCNS e por fim algumas abordagens sobre educação versus mercado de trabalho para o turismo, e por fim as leis dessa Secretaria de Turismo, mediante um paralelo com a visão de alguns teóricos.

### **5.1 A RELAÇÃO DA AQUISIÇÃO DA LÍNGUA INGLESA COM AS LEIS DA LDB PARA O ENSINO NO BRASIL**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB) vincula a educação com o mercado de trabalho e a prática na sociedade, como elemento de cidadania, mas é ainda muito lenta para a centralização do ensino fundamental e médio das escolas públicas, pelo fracasso do magistério e a privatização do ensino, comprometendo assim a qualidade da escola pública.

A última Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi elaborada no ano de 1996, aprovada pelo Congresso Nacional, na qual, o título I e artigo 2, afirmam que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social. (LEI 9.394, BRASIL, 1996). Nota-se, portanto, que a LDB coloca o mercado de trabalho e sua prática na sociedade, como fator primordial ao ser alcançado pelos alunos ao final do ensino médio, já que a defesa do trabalho tem sido abordada há muito tempo por teóricos, cujos trabalhos serão abordados mais à frente, mas é crucial, fazer uma alusão, por ser de uma importância ímpar em tal discussão e pelo fato de ser bastante recente, o que Gomes (2008) chama atenção, afirmando categoricamente que as relações no mundo do trabalho, hoje, são uma metamorfose, instáveis e precarizadas, refletindo diretamente sobre a dignidade humana, como também ao que é ressaltado sobre esse

mercado de trabalho: a preservação do meio ambiente e a prática social dessa educação na sociedade. Vejamos:

A escola projetada para os próximos anos deve ajudar na compreensão das realidades contemporâneas atuais e futuras. A escola regular, formal e pública é o núcleo da educação básica, como direito social garantido pelo estado. Daí, deve-se considerar o currículo como um instrumento em busca da paz e da conquista de direitos humanos, tanto no infante, criança, jovem, adolescente, adulto e idoso, como da mulher, cidadã prestante com acesso às carreiras e com garantido sucesso nas ocupações do mercado de trabalho. Em face da globalização, é necessário fazer crescer o sentimento distributivo da justiça social e de uma educação compensatória, por exemplo, a educação ambiental passa a ser exercida formalmente na escola e fora da sala de aula. Essa educação relativa ao meio ambiente induz o respeito aos animais, às árvores, às plantas, ou, como nomeia a Bíblia, aos seres da natureza. Ao contrário, a educação global, planetária e mundial enfatiza o desenvolvimento sustentado: crescer sem depredar é considerar a sustentabilidade do meio ambiente. (BOAVENTURA; MACHADO, 2001, p.27-28).

Cotejando as palavras do autor com o capítulo II da LDB, nota-se convergências. O ponto principal da educação básica e o artigo 22 propagam que a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, ao passo que a seção IV, ainda do capítulo 2, artigo 35.2 é reforçada essa ideia para o ensino fundamental, afirmando que deve haver a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores. Já o capítulo III é mais enfático, aborda a educação profissional, especificamente, no artigo 39, ressaltando que a educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, a ciência e a tecnologia conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. (LEI 9394, BRASIL, 1996).

Está claro que a LDB encara a importância do mundo do trabalho para os discentes, pensando na questão da cidadania, já que alguns teóricos já mencionaram essa importância cidadã, dentre eles, Castro (1997, p.112) que nos mostra: “cidadania, hoje, para o grosso da população, é apenas uma palavra, desprovida de sentido e é precisa resgatá-la, torná-la efetiva no sofrido cotidiano do povo brasileiro”. Diante disso, também está implícito na LDB, a inclusão social dos alunos, num mundo globalizado, numa sociedade capitalista, onde o parâmetro mais importante é o capital, que gera renda e desenvolvimento. Outros estudiosos também já haviam abordado o

tema, é exemplar o pensamento de Markusen (1981) apud Marx (1984) especificando que os agentes ativos no processo de desenvolvimento, são o capital e o trabalho. Na compreensão de Gadotti (1992):

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) dá alguns passos, embora tímidos, na direção da descentralização e da autonomia da escola, mas ainda conserva a estrutura do sistema centralizado, herança do período autoritário que ainda não superou e da pressão das entidades ainda sufocadas por um estatismo beligerante e conservador. A LDB é pródiga quando fala da autonomia das instituições de ensino superior, (art. 77), mas muito tímida quando fala da autonomia das instituições de educação básica (art.22). A LDB parece retroceder em relação a algumas conquistas da Constituição que é realmente “cidadã” e descentralizadora. (GADOTTI, 1992, p.63).

Gadotti (1992) é mais enfático e afirma:

Não se pode atribuir apenas a falta de recursos e a extrema pobreza em que vive a nossa população o nosso atraso educacional. A falência do ensino brasileiro está enraizada também no desânimo e falta de perspectiva do magistério, a perplexidade diante da burocracia que imobiliza as escolas e as torna dependentes de uma resposta “de cima” que não vem. Por outro lado, temos uma camada de burocratas incrustada no sistema de ensino que propõe desconcentrar as tarefas educacionais, mas concentrando o poder de decisão ou propondo a privatização dos serviços educacionais, jogando toda a responsabilidade exclusivamente nos indivíduos. Na oposição temos ainda um sindicalismo educacional corporativista que se concentra quase que exclusivamente na luta por melhorias salariais e no fortalecimento de um estado burocrático. Essas duas forças, apesar de apoiarem-se declaradamente em ideologias antagonônicas, têm propostas de solução idênticas que, em grande parte, não escapam “das peias da burocracia”, como dizia Anísio Teixeira. Numa perspectiva utópica, que é mais forte do que as ideologias, porque não tem nada a esconder. Ela pode ser transparente, sem táticas ou estratégias ocultas. A utopia propõe o retorno à comunidade, onde surgiu a escola. Para realizá-la é preciso que a comunidade defenda-a como defende o acesso aos eletrodomésticos, ao transporte, ao esgoto, ao asfalto, à moradia, ao trabalho ... enfim, que ela defenda a educação como fundamental para a sua qualidade de vida, pois a questão essencial da escola hoje refere-se a sua qualidade. (GADOTTI, 1992, p. 68-69).

Não é preciso ser um expert para perceber que, conforme palavras do autor, o Estado ainda se mantém burocrático, comprometendo seriamente e sem perspectivas de curto prazo de solução a qualidade da educação das escolas públicas estaduais.

## 5.2 A RELAÇÃO DA AQUISIÇÃO DA LÍNGUA INGLESA COM SEUS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCNS)

Tanto a LDB de 1996, como visto anteriormente, como os PCNS de 1998, destacam a preparação dos discentes para o mercado de trabalho, como uma questão cidadã, para a devida atuação na sociedade. No entanto, prevalece a omissão e negligência do Estado

tanto na formação do professor, que ainda sai mal instrumentalizado das universidades, como se descuida com relação aos direitos dos indivíduos, e aqui destaca-se a falha em proporcionar ao cidadão, que lhe é de direito, a aquisição de uma língua estrangeira, através de uma educação pública de qualidade. Outro aspecto é o currículo, para voltar a um tema já discutido nesse trabalho. O professor deve atentar para este fato, bem como refletir a realidade e as necessidades dos alunos. O ensino de língua estrangeira deveria passar pela interação dos discentes num discurso da escrita e fala da língua inglesa na sala e na sociedade, com uma maior participação dos mesmos do que do mestre, mediante um ensino contínuo em todas as séries, do 6º ao 3º ano do ensino médio, como também incluir o espanhol, como segunda opção e obrigatória.

Sustenta esse ponto de vista o que propõem os PCNS (1998). Para esses parâmetros, o papel fundamental da educação no desenvolvimento das pessoas e das sociedades, amplia-se ainda mais no despertar do novo milênio e aponta para a necessidade de se construir uma escola voltada para a formação de cidadãos. Ainda para os PCNS, vivemos numa era marcada pela competição e pela excelência, onde progressos científicos e avanços tecnológicos definem exigências novas para os jovens que ingressarão no mundo do trabalho, impondo uma revisão dos currículos, que orientam o trabalho cotidianamente, realizado pelos professores e especialistas em educação do nosso país. As diretrizes dos PCNS enfatizam a importância da educação para o mercado de trabalho, como um exercício de cidadania, no entanto é sabido que pela lógica capitalista, a autonomia do Estado é enfraquecida. Kowarick (2003) demonstra que tem ocorrido um amplo e diverso processo de desresponsabilização do Estado em relação aos direitos de cidadania, e no seu lugar, surgem ações de cunho humanitário que tendem a equacionar as questões da pobreza em termos de atendimento particularizado e local.

Os últimos Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998 e que estão ainda em vigor, foram elaborados procurando, de um, lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Com isso, pretendeu-se criar condições, nas escolas, que permitissem aos jovens acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania. Fácil é a interpretação: os PCNS estão declarando a atenção que deve ser dada, a formação de um currículo, que reflita os objetivos educacionais e

as necessidades dos aprendizes, considerando o lugar que eles moram e trabalham, para que a cidadania seja de fato executada. A esse respeito Nenevé apud Santiago (2007) já havia declarado a importância dessa associação curricular a região do habitat dos discentes:

Um fato que nos parece imperativo, é que parece que para estudantes e professores, a necessidade de desenvolver um currículo deve ser baseado nas necessidades do lugar no qual os estudantes moram. Muitos podem pensar que o currículo não têm a ver com o contexto local, e portanto, falham em se adequar a realidade da situação das pessoas que precisarão da língua inglesa em seu ambiente de trabalho. Talvez seria possível afirmar que o currículo para a língua inglesa é muitas vezes rígido e inflexível, não somente na estrutura e conteúdo, mas também em que ele é desenvolvido. Um currículo deve ser um instrumento dinâmico que reflita os objetivos educacionais e as necessidades dos aprendizes, considerando o lugar que eles moram e trabalham. (MENEVÉ apud SANTIAGO, 2007, p.145).

Para os PCNS, a aprendizagem de língua estrangeira é uma possibilidade de aumentar a auto percepção do aluno como ser humano e como cidadão, na qual deve centrar-se no engajamento discursivo do aprendiz, ou seja, sua capacidade de se engajar e engajar outros no discurso de modo a poder agir no mundo social. Portanto os PCNS, afirmam que, para que isso seja possível, é fundamental que o ensino de língua estrangeira seja balizado pela função social desse conhecimento na sociedade brasileira, fazendo o uso via leitura. Nascimento (2009) ratifica esse uso do idioma na sociedade e acrescenta que:

A grande influência do inglês no Brasil devido a sua preponderância no cenário mundial tem levado a duas atitudes opostas. Em primeiro lugar, alguns o admiram e aceitam, ao passo que outros simplesmente o rejeitam. Entretanto, deve-se levar em consideração que, apesar de existirem os pontos negativos do crescimento do idioma, como exclusão social dos que não têm acesso ao seu estudo e aprendizado, é inegável que o seu papel na sociedade atual é de extrema importância. O seu conhecimento não deve mais ser considerado um elemento de dominação cultural, mas o domínio de uma habilidade que pode auxiliar as pessoas a fazer parte da sociedade global. Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de Línguas Estrangeiras no Brasil abordam esta dualidade ao afirmar que se deve fazer uso crítico de idiomas estrangeiros a fim de possibilitar mudanças no mundo. (NASCIMENTO, 2009, p.27-28)

Ainda na visão dos PCNS, o enfoque sócio interacional da linguagem indica que, ao se engajarem no discurso, as pessoas consideram aqueles a quem se dirigem ou quem se dirigiu a elas na construção social do significado e para que essa natureza sócio interacional seja possível, o aprendiz utiliza conhecimentos sistêmicos, de mundo e sobre a organização textual, além de ter de aprender como usá-los na construção social do significado via língua estrangeira, onde a consciência desses conhecimentos e de

seus usos são essenciais na aprendizagem, posto que focaliza aspectos metacognitivos e desenvolve a consciência crítica do aprendiz no que se refere como a linguagem é usada no mundo social, como reflexo de crenças, valores e projetos político, então, os processos cognitivos têm uma natureza social, sendo gerados por meio da interação entre um aluno e um parceiro mais competente. Travaglia (1996) ratifica essa interação da comunicação, revelando que:

Nessa concepção o que o indivíduo faz ao usar a língua não é tão somente traduzir e exteriorizar um pensamento, ou transmitir informações a outrem, mas sim realizar ações, agir, atuar sobre o interlocutor (ouvinte/leitor). A linguagem é, pois, um lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico. Os usuários da língua ou interlocutores interagem enquanto sujeitos que ocupam lugares sociais e “falam” e “ouvem” desses lugares de acordo com formações imaginárias (imagens) que a sociedade estabeleceu para tais lugares sociais. (TRAVAGLIA, 1996, p. 23).

Ainda na ótica dos PCNS, em sala de aula, esta interação tem, em geral, caráter assimétrico, o que coloca dificuldades específicas para a construção do conhecimento e daí a importância de o professor aprender a compartilhar seu poder e dar voz ao aluno de modo que este possa se constituir como sujeito do discurso e, portanto, da aquisição. A esse respeito, os PCNS chamam atenção para algo muito importante no processo do ensino-aquisição da língua inglesa: a maior participação do aluno na interação desta aquisição do que do professor. O’Neil (1982) confessa que praticamente todos os livros didáticos utilizados no ensino de língua inglesa, estão estruturados de uma maneira inversa a essa lógica, onde a maior participação é do professor, mas ele acredita que é possível que os livros didáticos sejam reestruturados para que haja uma maior participação dos alunos:

Eu concordo que nós não devemos atentar em predizer sobre o processo de aquisição do aprendiz pela forma que alguns livros didáticos conduzem. Mas eu revelarei que isso é típico de todos os livros didáticos. Eu também concordo que alguns livros didáticos promovem a maior participação do professor e menos do aluno. Mas isso não significa que é impossível para tais livros promoverem estilos cooperativos de aquisição onde o aprendiz tome mais a iniciativa em decidir o que é melhor. (O’NEIL, 1982, p.104).

Rogers (1983) apud Freire (1970) também enfatiza a importância da aquisição da língua centralizando mais no aprendiz na sala de aula, preparando terreno para o uso dessa língua do lado de fora, extra muro, na realidade do aluno. Os temas centrais da proposta dos PCNS, portanto, são a cidadania, a consciência crítica em relação à linguagem e os aspectos sociopolíticos da aquisição de língua estrangeira. Os PCNS,

afiançam que a aprendizagem, isto é, a aquisição, como proposta nesta pesquisa, de uma língua estrangeira, juntamente com a língua materna, é um direito de todo cidadão, conforme expresso na Lei de Diretrizes e Bases e na Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. Para esses organismos a escola não pode mais se omitir em relação a essa aquisição, uma vez que o conhecimento de uma língua estrangeira é altamente prestigiado pela sociedade. Infelizmente, o que se nota é que o ensino/aquisição dessa segunda língua se encontra deslocada da escola; diferente dos cursos particulares que proliferam, principalmente em Salvador.

Diferente dessa realidade está a proposta dos PCNS, cujo texto revela que o ensino de uma língua estrangeira, como o de outras disciplinas, é função da escola, e é lá que deve ocorrer, mediante uma habilidade comunicativa. Cotejamos a proposta, ainda não realizada, dos PCNS, com as diretrizes de outras instâncias, a exemplo da Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC), Ministério Público e a Constituição Federal. Será que esses órgãos têm se preocupado em implantar esse ensino-aquisição baseado na abordagem comunicativa em sua plenitude? Baseado nesta proposta comunicativa, Brown (2001) declara que:

O ensino de língua comunicativa é claramente um grande desafio para os alunos e professores. A motivação intrínseca causa um enorme debate, desde que os estudantes possam ter dificuldades em ver a relevância de aprender inglês e os objetivos comunicativos são melhores alcançados, dando devida atenção para o uso da língua, fluência, língua autêntica e contextos e para a necessidade do estudante no mundo real. (BROWN, 2001, p.27).

Os PCNS relatam que o pressuposto básico para a aprendizagem/aquisição de uma língua estrangeira é a necessidade de garantir a continuidade e a sustentabilidade de seu ensino e não há como propiciar avanços na aprendizagem/aquisição de uma língua, propondo ao aluno a aprendizagem/aquisição de espanhol no quinto ano, de francês no sexto e sétimo, e de inglês na oitavo ano. Assim sendo, se nota que os PCNS, chamam atenção para o fato da continuidade do estudo em todas as séries. O PCNS, deixa a critério das escolas na escolha do idioma a ser utilizado. Além do inglês está havendo atualmente uma tendência de incluir também o espanhol em algumas escolas públicas em Salvador, pela importância que esse idioma tem tido na atualidade, com a questão do Mercosul. A esse respeito Gonçalves (2010) nos adverte que:

O espanhol é uma das línguas mais faladas no mundo, com mais de 450 milhões de falantes nativos, além de mais de 100 milhões de estudantes estrangeiros e conhecedores da língua. Com isto se totalizam quase 600 milhões de pessoas falando espanhol em todo o mundo. É uma das mais

extensas geograficamente: é idioma oficial em 21 países. É uma das línguas mais importantes nos fóruns políticos internacionais: é idioma oficial da ONU, UNESCO, UE e MERCOSUL. É a segunda língua mais difundida no mundo depois do inglês, e é uma das mais prometedoras. Existem em língua espanhola mais de 18.000 publicações periódicas, 300 canais de televisão e 6.000 emissoras de rádio. Podemos afirmar que o espanhol já é de grande importância no mundo, principalmente no ocidente e dentro de pouco tempo teremos mais de 700 milhões de hispanohalantes no mundo, ou seja, 10% da população mundial. Para não lamentar no futuro, faça parte desta população aprendendo o espanhol. A Espanha é o país que mais investe no Brasil depois dos Estados Unidos, hoje já são centenas de empresas desde país instaladas no Brasil e sedentas por brasileiros hispanohablantes, e já são milhares de empresas brasileiras de todos os setores (comércio, indústria, serviços e agronegócio) negociando com países hispanohablantes. O Brasil, por exemplo comercializa muitos produtos e serviços com outros países latinos como Bolívia, Argentina, Uruguai, México, Venezuela, Chile, todos falantes de espanhol, sem mencionar na Espanha que é o 2º maior investidor de capital privado no Brasil. Motivos não faltam para você começar a aprender espanhol hoje mesmo. Além da importância econômica, é um idioma muito belo. Com o advento da Copa do Mundo de 2014, o espanhol será ainda mais importante, afinal temos que receber muito bem nossos vizinhos hispanohablantes, deixar para eles uma ótima impressão. (GONÇALVES, 2010).

Peregrino (2008) é mais persuasivo ao falar do espanhol. Embora longa a citação, ela merece o destaque na íntegra:

A língua espanhola é falada, hoje, em quatro dos cinco continentes do mundo. São eles a América, a Europa, a Ásia e a África. É utilizado em mais de vinte e um países como língua materna ou segunda língua. Muitas pessoas utilizam o espanhol como segunda língua. Os Estados Unidos, por exemplo, possuem cerca de 32 milhões de pessoas que falam o espanhol e, como eles, existem milhares de pessoas que falam o espanhol em diferentes países. Segundo os PCNS (1999, p. 50), no âmbito do ensino médio, existem discussões a respeito da importância de aprender uma ou mais línguas estrangeiras. No artigo 36 da LDB, o atual ensino médio tem oportunizado a inclusão de uma língua estrangeira moderna obrigatória e outra de caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição. Hoje, a língua obrigatória, na maioria das escolas, é o inglês. O espanhol fica sendo a língua optativa. Sabemos que com a globalização e a planetarização das relações internacionais, a tendência é que cada um se torne um cidadão do mundo. Para isso, faz-se necessário à aprendizagem de outra língua. Em relação a isso, os PCNS falam que: [...] o fato de que salvo exceções, a língua estrangeira predominante no currículo ser o inglês, reduziu muito o interesse pela aprendizagem de outras línguas estrangeiras e a conseqüente formação de professores de outros idiomas (BRASIL, 1999, p. 50). Conforme nos diz o próprio PCN, sabemos que atualmente o espanhol acaba sendo deixado de lado na maioria das escolas brasileiras. Isso é quase um crime à educação, devido ao estreitamento de nossas relações com países vizinhos, que tem o espanhol como língua oficial, e também pela questão do Mercosul. Muitos são os fatores que devem ser levados em consideração no momento de escolher a(s) Língua(s) Estrangeira(s) que a escola ofertará aos estudantes, como podem ser as características sociais, culturais e históricas da região onde se dará esse estudo. Não se deve pensar numa espécie de unificação do ensino, mas, sim, no atendimento às diversidades, aos interesses locais e às necessidades do mercado de trabalho no qual se insere ou virá a inserir-se o aluno. (BRASIL, 1999, p.54) Apenas o fato de que o Brasil é o único país da América do Sul que não tem como língua oficial o espanhol, torna de fundamental importância que nossos alunos aprendam o espanhol como

disciplina, porque não obrigatória, do componente curricular das escolas. Para que tal sonho se realize, devemos tomar consciência de que o ensino de uma Língua Estrangeira deve ser significativo. (PEREGRINO, 2008).

Diante do exposto, está claro nos PCNS, a importância do ensino-aquisição da língua inglesa para a cidadania, o mundo do trabalho, revisão do seu currículo, engajamento discursivo do aprendiz, para agir no mundo social, pela função social desta língua, para o uso na comunidade local, na visão sociointeracional da linguagem, a fim de construir socialmente o significado cultural, o destaque do aluno enquanto sujeito do discurso e da aquisição, na vivência da experiência humana, restauração da língua na formação educacional, o direito de todos nessa aquisição, importância da habilidade comunicativa, sua continuidade nas séries e sua sustentabilidade e que se deva também incluir o espanhol como obrigatória e não apenas optativa, como posto pela LDB.

### 5.3 IMPLICAÇÕES DA AQUISIÇÃO DO INGLÊS PARA O MERCADO DE TRABALHO E PARA O TURISMO

Muitos fatores podem interferir positivamente para que o ensino de língua inglesa nas escolas públicas soteropolitanas e como complementação na Secretaria do Turismo (SETUR), sejam ministrados numa abordagem comunicativa, para conduzir estudantes, motoristas de táxi, de ônibus, seguranças de shopping, baianas de acarajés, vendedores ambulantes, recepcionistas de hotéis, guias turísticos etc., no acesso ao mercado de trabalho e ao turismo, como uma forma de rentabilidade financeira e assim o desenvolvimento social, econômico e cultural. Em termos educacionais, pode-se assegurar que o Estado não tem sido democrático, favorecendo somente a elite burguesa que se alimenta do privado. Se cumprisse bem o seu papel, o Estado poderia assegurar uma formação sólida na aquisição de uma segunda língua.

Levine (1979) considera que o relacionamento entre educação e mercado de trabalho tem sido debatido há décadas, visando preparar indivíduos, principalmente do ensino médio, das classes menos abastadas financeiramente, como técnicos ou sub-profissionais, para atuar no comércio, agricultura, indústria, a partir da idade de 14 anos ou mais. Cruz (2003) apud Moreira (1998) afirma que o mundo do trabalho diversificou-se e alcançou níveis inimagináveis de sofisticação e eficácia. Adquiriu, o mundo do trabalho, um *status* antes reservado apenas ao universo da educação e do conhecimento, daí essa compatibilidade traz consequências em todos os aspectos da vida humana, especialmente no nervo central da atividade produtiva, que é a

capacitação profissional. Portanto, é fundamental, que a educação profissional seja aprimorada, mas, para isso, é necessário oportunizar uma educação nas escolas de qualidade, e o domínio da escrita e fala da língua inglesa, podem ser um diferencial para funcionários de empresas, que mantêm cada vez mais o contato com pessoas ou empresas de países que possuem esta língua como sua base, para uma eficiente transação dos negócios e se manter competitivo no mundo transnacional.

Para competir no mercado internacional, o Brasil, precisa melhorar o nível educacional do trabalhador brasileiro. Ainda segundo Carlos Eduardo Moreira (1998):

Apesar das várias e bem-sucedidas inovações já implementadas, alguns desafios persistem e devem ser enfrentados com criatividade. Se as mudanças na organização do trabalho promovem a difusão do conhecimento por todo o setor produtivo, esbarram no problema da baixa escolaridade do trabalhador brasileiro. Não há como evitar a conclusão de que o nosso peão é menos produtivo que seu colega norte-americano. Na hora de assentar o tijolo, provavelmente o ritmo é o mesmo. Mas há outras diferenças. (MOREIRA, 1998, p. 1).

Amarante (1998, p. 55) aponta para o fato de que, na perspectiva neoliberal, a crise da educação é diagnosticada a partir da constatação da inadequação da formação escolar para uma atuação eficiente, isto é, competitiva, no mercado global. Pode-se concluir, por conseguinte, que cresce, por parte das empresas, a visão de que a escolaridade do trabalhador é essencial para os negócios. A leitura de Amarante (1998, p. 56) conclui e permite afirmar que o projeto neoliberal, parte da premissa de que a educação, em condições ideais de desenvolvimento, deve responder e se ajustar às demandas e às exigências do mercado.

Nascimento (2009) declara que facilitar o acesso a aquisição do idioma da língua inglesa aos que estão em processo de educação profissional é essencial para fomentar o desenvolvimento de habilidades que tornem os indivíduos prontos a fazer parte do mercado de trabalho, ou seja, adquirir inglês nos dias atuais representa uma via de inclusão e ascensão, portanto, de mobilidade social e assim sendo, a promoção de políticas públicas educacionais deve considerar as reais necessidades e aptidões locais, a fim de que possa abrandar os altos índices de desemprego e exclusão social. Nunes (1998) também concorda que uma das vertentes da educação é preparar o aluno para o mercado de trabalho. Ele afiança que:

A universalização do conhecimento e a produção em série do saber exigirá que o aluno tenha consciência da instantaneidade de sua formação e por outro lado que as instituições de ensino também estejam conscientes desta problemática, sendo que neste caso há que se preparar o aluno também para

pensar e também para se auto-capacitar. O papel primordial da educação não é passar informações, mas principalmente formar o cidadão, prepará-lo para que possa caminhar com suas próprias pernas no mercado de trabalho. Hoje a tecnologia a disposição dos mestres permite que ele as utilize como apoio didático, mas somente ele poderá estimular o pensamento do aluno, realizar debates, estimular o senso crítico, criar e mudar a realidade. (NUNES, 1998, p.402).

A inserção no mercado de trabalho, proporciona uma distribuição de renda mais igualitária e daí provoca desenvolvimento, assim na ótica de Carvalho (2006) o informe de Haia, preparatório da Conferência Rio-92, igualmente ratifica essas opiniões, ao entender o desenvolvimento como um processo que implica em “um novo conceito de crescimento econômico que ofereça justiça e oportunidades a todos os povos do mundo”. Ratificando essa igualdade versus desenvolvimento, Mishan (1975) declara que o desenvolvimento só será autêntico quando produzir simultaneamente mais riqueza e uma justa e equitativa distribuição da mesma. Sendo esta inclusive, condição mais básica e necessária de qualquer forma de desenvolvimento, ou seja, uma busca da satisfação das diferentes demandas do conjunto da população.

Abreu (1968) acrescenta e é mais enfático ao afirmar que, esse conjunto de definições, chama atenção para o caráter essencialmente humanista do desenvolvimento, onde a situação de subdesenvolvimento é encarada como uma espécie de infra-humanismo ou desumanismo, já que a mesma impede que o sujeito tenha sequer condições de estar no mundo, condição básica para o ser no mundo. Com a globalização, o mercado de trabalho passa a ter novas exigências. Capra (2002) aponta que os grandes avanços tecnológicos e a instalação de um processo de globalização com novos critérios de inserção dos países em desenvolvimento no comércio internacional têm provocado nefastas consequências no mercado de trabalho, restringindo oportunidades de emprego e criando novas condições e exigências. Diante disso, surge a imperiosa necessidade da intervenção do Estado, aliás este é seu dever: proporcionar uma educação inclusiva, geração de emprego e distribuição equitativa de riqueza. Mantega (1987) corrobora esse mesmo pensamento:

Cabe ao Estado promover o desenvolvimento enquanto principal racionalizador da economia, alocando os recursos, protegendo a indústria local, enfim, planejando uma nova estrutura econômica nacional num grau muito superior de eficiência e desempenho. Neste sentido, o Estado é tido como o pivô do desenvolvimento, pairando acima dos interesses específicos das classes e sendo o principal agente da política econômica da Nação. Sob essa ótica, o Estado, é colocado não apenas acima das classes, como também na frente delas, mostrando o caminho e tomando as medidas que levam ao desenvolvimento. (MANTEGA, 1987, p.42).

Por outro lado, cabe o questionamento de como o Estado pode promover esse desenvolvimento, se ele só é direcionado a alguns poucos, mesmo afirmando que suas ações são para todos. Entre a teoria bem redigida e a prática distante da teoria, Harvey (2005) apud Marx e Engels (1970) declara que:

O uso do Estado como instrumento de dominação de classe cria uma contradição adicional: a classe dirigente tem de exercer seu poder em seu próprio interesse de classe, enquanto afirma que suas ações são para o bem de todos. Em todos esses aspectos, o Estado capitalista se torna a forma de organização que o burguês necessariamente adota para propósitos internos e externos, para a garantia mútua das suas propriedades e dos seus interesses. (HARVEY, 2005 apud MARX; ENGELS, 1970, p. 80-106).

De fato, a intervenção estatal pode ser a chave para o desenvolvimento de todas os setores sociais, principalmente o setor educacional, já que existe, segundo Viveret (2006) o crescimento-desigualdade, que se traduz no reaparecimento da miséria no mundo e a difícil relação entre desenvolvimento e democracia. Contudo, ancorando-se nas ideias de Marx e Engels (1986) entende-se que o Estado surge da contradição entre o interesse de um indivíduo e o interesse comum a todos os indivíduos, em que a sociedade se transforma em Estado, um Estado aparentemente divorciado do indivíduo e da comunidade, mas, na realidade, articulado com determinados grupos, que no moderno Estado Capitalista representam uma elite econômica: a burguesia. Assim, podemos enunciar que o Estado passa a ser uma forma de organização que esta burguesia necessariamente adota, para fins internos e externos, para garantia mútua de sua propriedade e interesses, “influindo, portanto, nas medidas estatais, de maneira que o ganho das outras classes sociais seja subjugado aos da classe econômica dominante”. (MARX; ENGELS, 1970, p.78). Por conseguinte, entende-se que compete ao Estado moderno a realização de funções básicas para garantir os anseios e necessidades da população, pois ele continua sendo uma entidade legítima da sociedade estruturada.

Buffa (2000) ao se referir ao Estado brasileiro, afirma que a estrutura social está montada de modo que os direitos do homem e do cidadão simplesmente não existem. Não existem para a elite, de vez que ela não precisa de direitos porque tem privilégios. Está, pois, acima deles. Não existem para a imensa maioria da população – os despossuídos –, pois suas tentativas de conseguí-los são sempre encaradas como problemas de polícia e tratadas com todo o rigor do aparato repressor de um Estado quase onipotente. (CHAUI, 1986, apud BUFFA, 2000, p. 28).

Quanto à educação, um dos direitos do cidadão, o que se oferece a maioria da população é uma rede escolar precária em todos os sentidos (BUFFA, 2000, p.28). Quanto a esses privilégios e o impacto para o mercado de trabalho, Pedrão (1996),

complementa que, as sociedades atuais são pluralizadas, que retêm elementos de identificação da individualidade, que são próprios de sociedades tribais e de casta e que as evidências empíricas indicam a competição por postos de trabalho, são claramente, parte de sistemas de privilégio na esfera do capital e na do trabalho, inadequando a educação (como condutora de cultura, conhecimento científico e técnico) para ligar a produção atual com uma visão de futuro, tornando a principal contradição do processo e a maior fragilidade do sistema de produção capitalista para sustentar-se e responder aos desafios de competição que ele mesmo gera. Antunes (1999) é mais enfático e declara que a crise experimentada pelo capital, da qual o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressos, têm acarretado, entre outras consequências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho, com o enorme desemprego desestrutural de mais de 1 bilhão de pessoas, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, degradação do homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital.

Nesse contexto, as políticas voltadas à educação que surgem do modelo neoliberal se pautam pela lógica econômica. Com isto, Bianchetti (2001) afirma que o modelo prevê que, cabe ao Estado prover a educação básica, como no liberalismo inicial, restando ao mercado controlar o resto do ciclo educacional. Não parece difícil concluir que o resto do ciclo educacional, já que privado, está ao acesso de quem possa pagar. Para convencer a sociedade como um todo de que é justo, o modelo neoliberal “muitas vezes mascara suas propostas como se elas fossem amplamente democratizantes e participativas”. (BIANCHETTI, 2001, p.114).

Arrighi (1997) declara que o Estado tem também no Turismo uma de suas atividades e para ele dirige sua atenção territorial, trazida na política traçada para atender aos requisitos de crescimento do setor. Beni (1997) e Cruz (2005) complementam que o turismo envolve, na sua realização, sujeitos sociais (população local, turistas, agentes de mercado e poderes públicos) com expectativas diferentes, não raras vezes divergentes e que conciliar esse interesse no ordenamento dos territórios pelo e para o turismo deve ser um paradigma orientador do planejamento governamental e de suas políticas públicas.

Dias (2008) com relação a este turismo, afirma que:

Ao afetar direta ou indiretamente diversos setores da economia, torna-se poderoso instrumento de desenvolvimento, abrindo a possibilidade de geração de um número significativo de empregos diretos e indiretos (dos mais qualificados ao menos) e um sem-número de postos de trabalho. O turismo pode ser considerado hoje uma das poucas alternativas à destruição do emprego tradicional devido às mudanças tecnológicas e à globalização, junto com a redução da jornada de trabalho. É um setor em que coexistem desde grandes multinacionais até milhares de pequenas empresas familiares. O fenômeno turístico é relativamente recente. Em sua versão moderna, surgiu na metade do século XIX quando, em 1841, Thomas Cook organizou uma viagem para levar um grupo de 570 passageiros para participar de um congresso em Longborough, Inglaterra. Esse acontecimento, praticamente, marca o início da época moderna do turismo e o surgimento dos grupos organizados com fins lucrativos. No restante do século, esses deslocamentos acentuaram-se, primeiramente dentro de seus próprios países (turismo interno); posteriormente, cresceu o turismo internacional. (DIAS, 2008, p.10).

Dias (2008) acrescenta que o turismo é uma atividade econômica que se desenvolveu como fenômeno de massas, em decorrência do desenvolvimento propiciado pela Revolução Industrial, que acabou instituindo na sociedade moderna um modelo econômico que tem como seu objetivo principal a geração de renda. Para ele, o turismo, converteu-se na atividade econômica mais importante do mundo e que as projeções da OMT para o ano de 2010 é de mais de 1 bilhão de pessoas viajando entre países. Esse número crescerá e em 2020 a projeção é de 1,5 bilhão de viajantes internacionais. Portanto é o setor da economia que mais cresce na atualidade, superando até mesmo setores tradicionais, como a indústria automobilística, a eletrônica e a petrolífera (DIAS, 2008).

Portanto, o turismo abre caminhos para o mercado de trabalho e também pode gerar uma consciência ambiental e cultural. A respeito desta consciência ambiental, Carvalho (2006) argumenta que chega a ser temeroso excluir a dimensão ambiental da educação, principalmente no momento em que vivemos, que urge formar uma consciência ecológica para garantir a sobrevivência da humanidade. Já no que concerne ao turismo cultural, Souza, Mousinho e Sá (2007) argumentam que o desenvolvimento do turismo é um fator relevante para o crescimento econômico, mas que respeite e valorize os aspectos culturais, em que a cultura atua de forma importante sobre todos os setores, em especial os de educação. Essa importância é cada vez mais reconhecida por estudiosos e planejadores governamentais e que o turismo cultural vem se desenvolvendo nas últimas décadas, como um fator de considerável importância para a promoção do desenvolvimento regional.

Quanto a inserção no mercado de trabalho e no turismo, vem logo a associação direta com a questão da renda, portanto desenvolvimento econômico para a cidade de Salvador, mas, por outro lado, Arrighi (1997) conclui que: a troca desigual e as transferências desiguais unilaterais dos recursos do capital e do trabalho, contribuíram para a formação e reprodução da estrutura núcleo - orgânica-periferia- de desigualdades da economia capitalista mundial. Daí a questão: que espécie de sistema mundial surgirá desse turbilhão? A resposta é difícil e se não for contida a tendência, pode muito bem mergulhar o mundo numa situação de caos sistêmico pior do que aquela da primeira metade do século XX, mas que por outro lado, as tentativas e lutas para conter e se contrapor a essa escalada podem criar, na semiperiferia, novas formas de democracia popular capazes de estabelecer as bases de um sistema mundial menos explorador e excludente.

#### 5.4 LEIS QUE REGEM A SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DA BAHIA (SETUR)

A importância da aquisição da competência comunicativa, com vistas ao mundo do trabalho, é uma meta da LDB e dos PCNS da língua inglesa, como visto neste capítulo. Por isso, é importante também conhecer a respeito da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (SETUR) com relação às suas metas para o desenvolvimento do turismo baiano, assim como a LDB e PCNS, para a escola pública e a inserção no mercado de trabalho em geral e especificamente no mercado do turismo. Diante disso, surge um questionamento sobre até que ponto a SETUR/BA, disponibiliza e prepara pessoas de forma contínua para a habilidade da escrita e fala da língua inglesa como forma de inserção neste mercado turístico tão crescente e assim visualizar renda e, portanto, desenvolvimento social, econômico, ideológico e cultural de pessoas mais carentes. Pesquisando o *site* da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia, o qual disponibiliza a qualquer indivíduo via internet, encontrou-se toda informação necessária, desde o seu histórico, passando por metas e perspectivas futuras. Julgou-se relevante, apesar de longo, disponibilizar o que nesse site está contido: e esta citação se deve ao fato de ser parte importante dessa pesquisa.

A Secretaria de Turismo foi criada pela lei nº 10.549, de 28 de dezembro de 2006, e tem como finalidade planejar, coordenar e executar políticas de promoção e fomento ao turismo, conforme o art. 1º do regimento da Secretaria de Turismo, publicado no Diário Oficial de 20 e 21 de outubro de 2007. Compete à Secretaria de Turismo formular diretrizes, coordenar ações, atrair recursos, realizar pesquisas, fiscalizar o cumprimento da

legislação e incentivar a inclusão da identidade cultural baiana, visando o desenvolvimento do turismo no âmbito estadual. Na sua estrutura organizacional, a Setur abriga órgãos da administração direta e da indireta. A Secretaria situa-se no âmbito da administração direta ou centralizada, juntamente com as suas duas superintendências, a Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos (Suinvest) e a Superintendência de Serviços Turísticos (Suset), além do Gabinete do Secretário e Diretoria-Geral. No âmbito da administração indireta ou descentralizada, está a Empresa de Turismo da Bahia S/A, a Bahiatursa. Através desse endereço eletrônico os interessados podem ter acesso às informações sobre as principais atividades e competências da Setur e dos órgãos que fazem parte da sua estrutura organizacional. A nova estrutura governamental vinculada exclusivamente ao setor de turismo, a Secretaria de Turismo – SETUR e a Empresa de Turismo da Bahia – Bahiatursa, vêm trabalhando de forma integrada e articulada na implantação de políticas públicas e na promoção e divulgação da Bahia como destino turístico. As atividades executadas pelos dois órgãos estão inseridas em três grandes eixos estratégicos: inovação, qualificação dos serviços e do destino e integração econômica, que se constituem na base do conceito de turismo sustentável. A convergência desses três eixos estratégicos visa preencher às grandes lacunas do modelo turístico passado: graves deficiências na qualidade dos serviços e da mão-de-obra, escassez de novos produtos e serviços turísticos e implantação de parques hoteleiros, com enclaves desvinculados das economias regionais ao seu entorno. Um dos objetivos dessa nova política é incrementar a participação do turismo no Produto Interno Bruto estadual, tornando a Bahia destino modelo e preferencial no cenário nacional e internacional, com práticas sustentáveis, aproveitando e valorizando a diversidade do Estado. Os estudos técnicos realizados apontaram para a necessidade de um novo salto na inovação de produtos turísticos, na qualidade dos produtos e dos serviços e na integração do produto turístico à economia baiana. A Bahia tem sido um Estado de vanguarda no que se refere à atividade turística e a criação da Secretaria de Turismo (Setur) está afinada com esse propósito. A Setur nasceu em 19 de outubro de 2007, com a responsabilidade de planejar, coordenar e executar políticas de promoção e fomento ao turismo. Esse site tem como finalidade possibilitar o acesso de todos que queiram obter informações sobre como está sendo conduzido esse processo. Quando o Governador Jaques Wagner decidiu que a cultura e o turismo estariam representadas em duas secretarias distintas, o fez por entender que o Turismo, embora profundamente vinculado à cultura, merecia uma estrutura administrativa autônoma. A Setur cumprirá, enquanto governo, as funções do Estado moderno: planejamento, regulação e fiscalização. Diante da nova conjuntura o site, que antes era de Cultura e Turismo, passa a ser apenas de Turismo. Num primeiro momento, foram feitos alguns ajustes na sua concepção sempre procurando preservar a história e informações consideradas importantes sobre o desempenho da atividade turística na Bahia. (SETUR, 2010).

Com relação à sua missão, está claro que sua preocupação também, assim como a LDB e PCNS da escola pública, está na promoção do trabalho, para gerar renda. Vejamos agora, resumidamente o que nos diz a Secretaria de Turismo do estado da Bahia (SETUR). Criada pela Lei nº 10.549, de 28 de dezembro de 2006, tem por finalidade planejar, coordenar e executar políticas de promoção e fomento ao turismo. Compete ainda à Secretaria de Turismo: planejar, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as políticas de Turismo; formular diretrizes e promover a definição e

implantação de planos, programas, projetos e ações relativas ao turismo no âmbito estadual; promover, coordenar, executar e supervisionar a elaboração de planos, programas e projetos estaduais de Turismo; atrair recursos técnicos, humanos e financeiros, visando o desenvolvimento do turismo na Bahia; promover, isoladamente ou em articulação com pessoas jurídicas de direito público e privado nacionais ou estrangeiras, ações destinadas a incrementar o turismo como fator de desenvolvimento, geração de riqueza, trabalho e renda; realizar e desenvolver estudos e pesquisas destinados a identificar as necessidades e avaliar os efeitos dos programas, projetos e atividades vinculados ao setor de turismo; fiscalizar o cumprimento da legislação referente à área turística, quando previamente autorizada; incentivar a inclusão da identidade cultural e dos valores históricos da Bahia na promoção do turismo; exercer outras atividades correlatas e também possui o Programa de desenvolvimento de novos serviços depois de implantar em 2007 e 2008 o Serviço de Atendimento ao Turista – SAT e o Disque Bahia Turismo e reformular o Portal de Internet, a SETUR e a Bahiatursa lançaram, em 2009, o Sistema Integrado de Informações Turísticas, que visa oferecer um atendimento amplo ao turista que visita à Bahia, abrangendo os níveis presencial, eletrônico e digital. Atuando de forma integrada, o sistema fornece desde informações sobre infraestrutura turística, como localização, hotéis, bares e restaurantes até números indicadores e estatísticos dos 154 municípios turísticos do Estado. O sistema atende ainda a demanda por informações acadêmicas, solicitada por estudantes, professores e pesquisadores da área. No nível presencial, estão à disposição dos visitantes quatro postos de informação na capital e oito no interior, além das unidades do SAT, que concentram em um só local a prestação dos serviços mais procurados pelos visitantes. O Disque Bahia Turismo – DBT, o maior *call center* de turismo do país, oferece ao turista informações por telefone, 24 horas por dia, em três idiomas, enquanto no nível digital, o portal **www.bahia.com.br** e os sites institucionais da Setur e da Bahiatursa possibilitam o fornecimento de informações a distância. O Sistema Integrado possibilita a alimentação de informações por todos os atendentes dos postos, SATs e do DBT, além de unificar e padronizar a informação armazenada no portal e dos sites institucionais.

Diante do exposto, a forma de ingressar no mercado de trabalho turístico, se patrocinado por uma força pública estatal, como discutida anteriormente, pode ser uma alternativa para indivíduos que estão ligados diretamente para este setor bem como

alunos oriundos das escolas públicas estaduais soteropolitanas ingressarem nesse mercado de trabalho promissor e que é o setor, que como já mencionado anteriormente, que mais cresce atualmente, principalmente quando se pensa na copa do mundo em 2014 na cidade de Salvador.

## **6 AQUISIÇÃO DA COMPETÊNCIA COMUNICATIVA DA LÍNGUA INGLESA COMO FATOR DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E NO TURISMO**

O presente capítulo inicia a parte empírica da pesquisa, visando apresentar um quadro da oferta do ensino da língua inglesa nas escolas públicas estaduais soteropolitanas, que têm a aplicação desse idioma do 6º ano ao 3º ano do ensino médio e a trajetória da Escola Professora Maria de Lurdes Parada Franch neste contexto, a qual é o objeto da pesquisa e foi escolhida por ser uma escola situada em um bairro periférico e portanto, este fato evidencia à uma clientela de alunos mais carentes, que são geralmente, mais alvo da exclusão dos processos educacionais. O capítulo é iniciado com uma descrição de um breve relato inicial, ainda sobre o processo do ensino-aquisição da língua inglesa no âmbito educacional fazendo um paralelo com o Banco Mundial, com a escola pública e como complementação a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, do Turismo e Universidade do Estado da Bahia (UNEB). O capítulo busca ainda examinar se o inglês ofertado nesta escola pública e como complementação na Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (SETUR), prepara alunos e indivíduos ligados ao turismo, para a aquisição da competência comunicativa da língua inglesa para a inserção no mercado de trabalho e no turismo.

### **6.1 AQUISIÇÃO DA LÍNGUA INGLESA E SUA DIFUSÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS**

Na visão de Silvério (2007) um ensino de qualidade necessita não somente de autonomia das instituições, mas também uma transformação, uma mudança de consciência entre os professores e alunos. Aqui merece um destaque nas ideias do referido autor. Para ele quando se objetiva a construção de uma nova sociedade é inegável a necessidade de revoluções culturais, políticas e conseqüentemente sociais. As grandes e relevantes questões enfrentadas pela educação e paralelamente pelas escolas, caminham na direção de uma transformação dos educadores e dos educandos. Pois somente com a mobilização de recursos humanos, ideológicos e políticos far-se-á a revolução social, permeada pelos direitos e deveres inerentes a todos os homens, que buscam a aceitação das suas singularidades e se manifestam como sujeitos fundantes de um processo contínuo de transformação.

A sociedade atual caracterizada por determinações econômicas de disparidade social, por novas condutas decorrentes, por tecnologias de informação, referências políticas e culturais desarticuladas, exige a efetivação de um ensino de qualidade como direito vital para todos os sujeitos. A escola na efetivação de uma formação humana plena com educação de qualidade, aplicada como instrumento de emancipação social, político e cultural necessita assumir em consonância com as demais instituições, a responsabilidade social de transformação dos alunos que nela ingressam e que, necessitam dela sair, como sujeitos transformados e transformadores da sociedade desigual e desumana, que vivem de acordo com a crítica e articulação de uma práxis de vida e para a vida. Necessário se faz, portanto, a implementação de ações que favoreçam a autonomia das instituições educacionais tais como: autonomia pedagógica como a elaboração e efetivação do Projeto Político Pedagógico (PPP), da avaliação do aluno e da instituição, o planejamento relativo ao contexto escolar como um todo e as especificidades das áreas do desenvolvimento e do conhecimento: a autonomia administrativa como direcionamento das questões relativas ao funcionamento da escola e a autonomia financeira, ou seja, o redirecionamento de verbas e a prestação de contas estão como responsabilidade e compromisso de todos os sujeitos da comunidade escolar bem como da comunidade da qual a escola é integrante (SILVERIO, 2007).

Autonomia aliada a políticas educacionais estatais pode ser uma potente ferramenta na educação, portanto, a respeito disso, Marcílio (2005) nos adverte que essas políticas devem superar o imediatismo que caracteriza geralmente a atividade dos políticos e dos governos, já que a educação deveria ser uma questão de Estado e não de governo.

Naturalmente que para um ensino de qualidade, são necessárias muitas atribuições, como citado ao longo desta dissertação, no entanto, Charlot (2005) nos adiciona que nada se consegue, portanto, se o aluno também não se mobilizar para querer adquirir o conhecimento, ou seja, a aquisição da competência comunicativa da língua inglesa, então em suas palavras:

A relação do sujeito consigo mesmo, com os outros e com o mundo e o fato de o aluno obter sucesso não é algo que dependa exclusivamente do professor, pois o aprendente também é co-participante da “atividade intelectual” e deve “mobilizar-se”. A mobilização é um movimento interno do aluno, é a dinâmica interna do aluno que, evidentemente, se articula com o problema do desejo. [...] Uma aprendizagem só é possível se for imbuída do desejo (consciente ou inconsciente) e se

houver um envolvimento daquele que aprende. Em outras palavras: só se pode ensinar a alguém que aceita aprender, ou seja, que aceita investir-se intelectualmente. O professor não produz o saber no aluno, ele realiza alguma coisa (uma aula, a aplicação de um dispositivo de aprendizagem, etc.) para que o próprio aluno faça o que é essencial, o trabalho intelectual. (CHARLOT, 2005, p. 76).

No entanto, o mesmo autor vai mais além e acrescenta que o desejo, impulsiona para a aprendizagem, no nosso caso a aquisição. De suas palavras, interpreta-se que o professor, então, pode interferir para instigar esse desejo, como dito por ele:

O conceito de relação com o saber implica o de desejo, ou seja, o de um sujeito que deseja apropriar-se desse saber. Não um desejo sinônimo de “pulsão”, mas “o desejo do outro, do mundo, de si próprio. Esse desejo advém quando o sujeito experimentou o prazer de aprender e saber. O sujeito é relação com o saber e também um ser vivo engajado em uma dinâmica do desejo, já que sua relação com o saber coloca em jogo a questão do valor do que ele aprende. (CHARLOT, 2000, p. 81-82).

A partir dos fragmentos aqui expostos se percebe que “o coração da sustentabilidade da educação” é mesmo o Estado brasileiro, o qual tem dado brecha ao Neoliberalismo e com ele o Banco Mundial, que é o “grande dragão destruidor”. Torres (1998) complementa que existe, portanto, o Estado de bem-estar social, que expandiu os gastos no investimento com a escola pública e por outro lado o Estado neo-liberal, com diferentes políticas educacionais, com a lógica das políticas educacionais propugnadas pelo Banco Mundial, que reflete a perspectiva neo-liberal, constituindo uma instituição central na despolitização e positividade da política educacional, exercendo um papel central no processo de globalização do capitalismo.

Fonseca (1992) vai mais além ao asseverar que o Banco Mundial atua na educação brasileira: em decorrência da vinculação aos acordos comerciais, as ações de cooperação técnica, a educação são caracterizadas pelo formalismo próprio aos acordos econômicos e a seus corolários de inflexibilidade financeira e de condicionalidades políticas e econômicas. Por outro lado, ainda segundo o autor, os projetos do BIRD definem a priori uma racionalidade própria (modelos de gestão e de organização) que irão provocar incompatibilidades de ordem administrativa e financeira em seu confronto com a organização local. Entre outros problemas, incluem-se a questão dos prazos fixados para a execução das ações, a organização de equipes especiais de gerência no âmbito central e estadual, o sistema de repasse de recursos do MEC para as instâncias executoras.

Além desses fatores, cabe apontar também a dificuldade do controle de ações

difundidas por inúmeros municípios, com diferenciada capacidade organizacional para execução das ações. “Esses resultados permitem concluir que o ensino básico não parece ser o ambiente ideal para o desenvolvimento de projetos internacionais do tipo convencional do BIRD”. (FONSECA, 1992, p.193-194). O que se pode mensurar, a partir das reflexões do citado autor, é, de certa forma, o previsível: com a influência da globalização, que o neo-liberalismo e as políticas educacionais do Banco Mundial, superaram o estado do bem estar social, escasseando as verbas que seriam destinadas às escolas públicas, mediante inúmeras dificuldades.

Referindo-se aos PCNS da língua estrangeira há um relato muito importante também sobre a situação do ensino de uma língua estrangeira no Brasil, dentro da qual se insere as escolas públicas estaduais soteropolitanas e, de modo bem particular, a Escola Professora Maria de Lurdes Parada Franch em Salvador, objeto dessa pesquisa. Portanto, nos últimos PCNS elaborados de (1998) diante de uma pesquisa feita nas Secretarias de Educação de oito Estados brasileiros, concluiu que: o ensino de Língua Estrangeira não é visto como elemento importante na formação do aluno, como um direito que lhe deve ser assegurado. Ao contrário, frequentemente, essa disciplina não tem lugar privilegiado no currículo, sendo ministrada, em algumas regiões, em apenas uma ou duas séries do ensino fundamental. Em outras, tem o status de simples atividade, sem caráter de promoção ou reprovação. Em alguns Estados, ainda, a língua estrangeira é colocada fora da grade curricular, em Centros de Línguas, fora do horário regular e fora da escola. Fora, portanto, do contexto da educação regular ou formal do aluno.

Quanto aos objetivos, a maioria das propostas priorizam o desenvolvimento da habilidade de compreensão escrita, mas essa opção não parece decorrer de uma análise de necessidades dos alunos, nem de uma concepção explícita da natureza da linguagem e do processo de ensino/aquisição de línguas, tampouco de sua função social. Evidencia-se a falta de clareza nas contradições entre a opção priorizada e os conteúdos e atividades sugeridos. Essas contradições aparecem também no que diz respeito à abordagem escolhida. A maioria das propostas situam-se na abordagem comunicativa de ensino de línguas, mas os exercícios propostos, em geral, exploram pontos ou estruturas gramaticais descontextualizados. A concepção de avaliação, no entanto, contempla aspectos formativos que parecem adequados. Todas as propostas apontam para as circunstâncias difíceis em que se dá o ensino/aquisição de Língua Estrangeira:

falta de materiais adequados, classes excessivamente numerosas, número reduzido de aulas por semana, tempo insuficiente dedicado a matéria no currículo e ausência de ações formativas contínuas junto ao corpo docente (BRASIL, 1998, p. 23-24).

Segundo Silva (2010) diante da investigação na Secretaria de Educação do Estado da Bahia, com uma docente de estágio da Universidade do Estado da Bahia bem como direção, coordenação, docentes e discentes da escola objeto dessa pesquisa, tais dados vêm confirmar que esta situação é semelhante em Salvador, com relação à aquisição apenas da escrita, sem a inclusão da abordagem comunicativa, salas numerosas e quantidade reduzida de aulas.

A seguir o mapa das Diretorias Regionais de Educação do Estado da Bahia (DIRECS), que correspondem ao total de 33 Diretorias. Neste mapa, portanto, é possível visualizar as 31 Direcs do Estado da Bahia bem como da cidade de Salvador, as quais se dividem em Direc 1 A e Direc 1 B. Nesta última, portanto, está localizada a Escola Professora Maria de Lurdes Parada Franch, a qual é o objeto de pesquisa desta dissertação, por estar situada numa região de alunos de baixa renda, que não são inclusos no processo de aquisição da competência comunicativa da língua inglesa.



Figura 1- Mapa das Direcs Regionais Do Estado da Bahia, novembro de 2010  
 Fonte: Google Imagens (2010).

Assim, neste momento, precisa-se verificar o lócus dessa pesquisa, qual seja uma escola pública estadual soteropolitana (já que ela se dá de forma qualitativa e não quantitativa). As escolas apresentadas a seguir são apenas aquelas que possuem a aplicação da língua inglesa a partir do 6º ano, antiga quinta série, até ao 3º ano do ensino médio, já que este projeto de pesquisa visualiza uma possível concretização de seu conteúdo nestas séries, onde algumas destas escolas possuem ou o primeiro grau ou o segundo grau apenas e também, por compreender a aquisição de uma língua estrangeira a longo prazo, ministrada por etapas, em que um conhecimento de um nível depende do outro. Mostra-se, a partir desse ponto, um quadro apenas dessas escolas públicas estaduais, segundo a **tabela 1**, com a distribuição das escolas pertencentes à DIREC 1 A. Em um total de 132 escolas, apenas 49 delas têm inglês do 6º ao 3º ano, ou seja, 37,1 % do total; segundo o quadro **2**, há a presença das escolas pertencentes à DIREC 1B, num total de 114 escolas, apenas 17 delas têm inglês do 6º ano ao 3º ano, ou

seja, 14,9 % do total, cuja DIREC, como já mencionado anteriormente, está concentrada a Escola Professora Maria de Lurdes Parada Franch, objeto desta pesquisa, no bairro do Pau da Lima.

Ainda de acordo com os dados da tabela, é possível mencionar que a distribuição das escolas em DIREC 1 B e DIREC 1A, se deveu à própria estrutura do espaço urbano de Salvador em Cidade Alta e Cidade Baixa.

<b>Escola</b>	<b>Bairro</b>
1. Escola Estadual Alberto Valença	São Gonçalo do Retiro
2. Colégio Estadual Ministro Aliomar Baleeiro	Pernambués
3. Colégio Estadual Álvaro Augusto da Silva	IAPI
4. Colégio Estadual Gov. Antônio Carlos Magalhães	Vasco da Gama
5. Colégio Estadual Antônio Sérgio Carneiro	Tancredo Neves
6. Colégio Estadual Azevedo Fernandes	Pelourinho
7. Colégio Estadual Professor Carlos Santa'ana	Amaralina
8. Colégio Estadual Carneiro Ribeiro Filho	Soledade
9. Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Classe I	Pero Vaz
10. Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Classe IV	Caixa D'água
11. Colégio Estadual Cidade de Curitiba	Engenho Velho de Brotas
12. Colégio Estadual Cosme de Farias	Cosme de Farias
13. Colégio Estadual Dorival Passos	Mata Escura
14. Colégio Estadual Professor Elisabeth Chaves Veloso	Cabula VI
15. Colégio Estadual Presid. Emílio Garrastazu Médici	Stiep
16. Centro Educacional Carneiro Ribeiro – Escola Parque	Caixa D'água
17. Colégio Estadual Euricles de Matos	Rio Vermelho
18. Colégio Estadual Evaristo da Veiga	Ondina
19. Escola Estadual Frederico Costa	Vila Laura
20. Colégio Estadual Profa. Georgina Ramos da Silva	Boca do Rio
21. Colégio Estadual Helena Celestino Magalhães	IAPI
22. Colégio Estadual Helena Matheus	São Cristóvão
23. Colégio Estadual Deputado Henrique Brito	Brotas
24. Colégio Estadual Henriqueta Martins Catharino	Federação
25. Colégio Estadual João das Botas	Barra

<b>Escola</b>	<b>Bairro</b>
26. Colégio Estadual João Pedro dos Santos	Bonocô
27. Colégio Estadual José Augusto Tourinho Dantas	São Cristóvão
28. Colégio Estadual Kleber Pacheco	Pernambués
29. Colégio Estadual Professora Leila Rubens Fonseca	Mussurunga II
30. Colégio Estadual Dep. Luís Eduardo Magalhães	Tancredo Neves
31. Escola Técnica Estadual Luís Navarro de Brito	Lapinha
32. Colégio Estadual Luís Viana	Brotas
33. Colégio Estadual Monsenhor Manoel Barbosa	Boca do Rio
34. Colégio Estadual Márcia Meccia	Mata Escura
35. Colégio Estadual Profa. Maria Bernadete Brandão	Cabula
36. Colégio Estadual Mestre Paulo dos Anjos	Bairro da Paz
37. Colégio Militar de Salvador	Pituba
38. Colégio Estadual Padre Palmeira	Mussurunga
39. Colégio Estadual Pedro Calmon	Armação
40. Colégio Estadual Pinto de Aguiar	Mussurunga
41. Colégio Estadual Polivalente do Cabula	Cabula
42. Colégio Estadual Raphael Serravale	Pituba
43. Colégio Estadual São Daniel Comboni	Sussuarana
44. Colégio Estadual Satélite	Piatã
45. Colégio Estadual Tereza Conceição Menezes	Liberdade
46. Colégio Estadual Victor Civita	Dique Pequeno
47. Colégio Estadual Vinte e Nove de Março	Santo Inácio
48. Colégio Estadual Yeda Barradas Carneiro	Itapuã
49. Colégio Estadual Ypiranga	Largo 2 de Julho

Quadro 1 – Relação das Escolas Estaduais da Direc 1 A

Fonte: Pinheiro (2010)

Nota: Elaboração nossa.

<b>Escola</b>	<b>Bairro</b>
1-Colégio Estadual Ailton Pinto de Andrade	Lobato
2-Colégio Estadual Alberto Santos Dumont	Pirajá
3-Colégio Estadual Democ. Bethold Cirilo dos Reis	Plataforma
4-Colégio Estadual Bolívar Santana	CAB
5-Colégio Estadual Clériston Andrade	Itacaranha
6-Colégio Estadual Eraldo Tinoco	Sete de Abril
7-Colégio Estadual Prof. Felipe Busquet Anglada	Periperi
8-Colégio Estadual Presidente Humberto Alencar Castelo Branco	Periperi
9. Colégio Estadual Prof. José Barreto Araújo Bastos	São Caetano
<b>10-Escola Estadual Professora Maria de Lourdes P. Franch</b>	<b>Pau da Lima</b>
11-Colégio Estadual Profª Noêmia Rego	Valéria
12-Colégio Estadual Desembargador Pedro Ribeiro	São Caetano
13-Colégio Estadual de Plataforma	Plataforma
14-Colégio Estadual de Praia Grande	Praia Grande
15-Colégio Estadual Raymundo Matta	Lobato
16-Colégio Estadual Rubem Dario	Av. San Martin
17-Colégio Estadual Victor Soares	Itapagipe

Quadro 2 - Relação das Escolas Estaduais da Direc 1 B

Fonte: Pinheiro (2010)

Nota: Elaboração nossa.

### **6.1.2 Caracterização, regimento curricular e fotos da escola pública objeto do estudo**

Acredita-se que se faz necessário mapear o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola investigada, além de situá-la espacialmente. Assim, transcreveremos aqui o referido Projeto Político Pedagógico. Segundo o documento que se teve acesso, este projeto surgiu da necessidade da elaboração de uma proposta pedagógica que possibilitasse a preparação para o trabalho, o exercício pleno da cidadania, a ampliação da cultura e a continuidade dos estudos, através da aplicação de atividades que proporcionassem a construção e a reconstrução de conteúdos, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. A concepção do projeto resultou da ação conjunta do corpo diretivo e docente da Unidade Escolar, reunidos durante a Semana Pedagógica de 2009. Na oportunidade, foi analisado o projeto do exercício anterior e feitas as devidas alterações compatíveis às novas propostas curriculares, considerando, sobretudo, o contexto em que a escola está inserida, na busca por suprir as demandas oriundas da comunidade. Vejamos o teor desse projeto: “tendo em vista que a escola é um texto escrito a muitas mãos, é importante salientar que este projeto não tem a preocupação de apresentar soluções definitivas, mas procura expressar o desejo e o compromisso do grupo, que a partir de um processo de discussões, trocas e buscas comuns, objetiva participar da construção da cidadania da comunidade na qual está inserido. Enfim, garantir aos integrantes da escola o domínio sob o caminho a ser percorrido e a consciência de seus limites e possibilidades. As transformações ocorridas no âmbito das forças de produção de serviço e mão-de-obra, face ao crescente desenvolvimento tecnológico, bem como nas formas de organização social, têm apontado para uma necessidade constante de a escola assumir o papel de formadora de cidadãos “polivalentes”, participativos, flexíveis, com capacidade de abstração, decisão e exercício de várias funções e diversos ramos de atividade.

Nessa perspectiva, o presente projeto se torna um elo na construção de um sujeito integral, qual seja conhecedor de direitos e deveres sociais, consciente de seu papel na sociedade, agindo local e globalmente. Dessa forma, estará se atentando para o previsto no Relatório da UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, em que os quatro pilares propõem uma educação direcionada para o desenvolvimento das competências fundamentais para a aprendizagem, a saber:

aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros, aprender a ser, eleitos como fundamentais da educação.

O ensino, tal como o conhecemos, debruça-se essencialmente sobre o domínio do aprender a conhecer e, em menor escala, do aprender a fazer. Estas aprendizagens, direcionadas para a aquisição de instrumentos de compreensão, raciocínio e execução, não podem ser consideradas completas sem os outros domínios da aprendizagem, muito mais complicados de explorar, devido ao seu carácter subjectivo e dependente da própria entidade educadora. A política educacional brasileira traça hoje todo um processo de reestruturação curricular, voltando os objetivos da instituição escolar para a formação e a transformação. O MEC, quando se refere ao ensino fundamental no seu Planejamento Político-Estratégico, afirma que todos os estudos e diagnósticos apontam este nível como a "raiz dos problemas educacionais brasileiros" e ainda que, "há escolas, há vagas, há evasão, há repetência, há professor mal treinado, professor mal pago, há desperdício" e, expõe que sua diretriz é a obtenção de melhores resultados para os alunos nas escolas. Essa diretriz é entendida como "gestão da qualidade" e se aplica aos diversos níveis e graus de ensino e às demais áreas de atuação. Para esse Ministério, o conceito de qualidade engloba o acesso, o progresso e o sucesso do aluno na escola, aplicados diferentemente em cada nível de ensino. No ensino médio, "além de se buscar o progresso e o sucesso do aluno, o acesso, em sentido lato, constitui uma barreira a ser superada".

Visando ao cumprimento do que orienta a Lei de Diretrizes e Bases, este Projeto Político Pedagógico está embasado em princípios norteadores os quais entendem ser o aluno o sujeito participativo e responsável pela aprendizagem, superando a dicotomia teoria *versus* prática. Espera-se que os jovens utilizem a concepção ampla de ciência, na qual os conteúdos específicos façam parte de um processo global com várias dimensões relacionadas. Tais indivíduos, no processo da formação escolar, devem vigorar como sujeitos ativos da aprendizagem, por meio de um processo democrático, com vistas a superar conflitos e eliminar as relações de competitividade, em que estão presentes o corporativismo e o autoritarismo. Leva-se em conta a formação de atitudes e convicções indispensáveis ao enfrentamento de problemas da vida, na percepção das relações existentes entre a sociedade, o trabalho e a escola, além de garantir a flexibilidade e formação continuada, permitindo a verticalização do ensino.

A metodologia utilizada na elaboração deste Projeto Político Pedagógico parte da análise de conteúdo. Através dos achados da investigação, podemos notar que o projeto da Escola Estadual Professora Maria de Lourdes Parada Franch trata o educando a partir de uma abordagem relacional problematizada, levando em consideração a sua historicidade enquanto agente no mundo, para que ocorra a transformação social, tendo em vista o educando como construtor de seu conhecimento a partir da sua interação e as relações feitas entre ele e o mundo. O projeto, pedagógico, primeiramente realizou estudos sobre a legislação vigente, documentos e orientações da rede estadual de educação, depois analisou a missão definida para a escola, suas possibilidades e limitações, definiu o perfil atual do cidadão e do trabalhador, apresentou a matriz de referência curricular para o Ensino Fundamental e Médio ao setor competente da Secretaria de Educação e por fim socializou as informações dos trabalhos realizados para a comunidade escolar”.

**Localização espacial da Escola:** A Escola Estadual Professora Maria de Lurdes Parada Franch localiza-se no bairro do Pau da Lima, localizando-se na Rua Marechal Deodoro, conforme a figura 2 e em seguida fotos de sua área externa e interna.

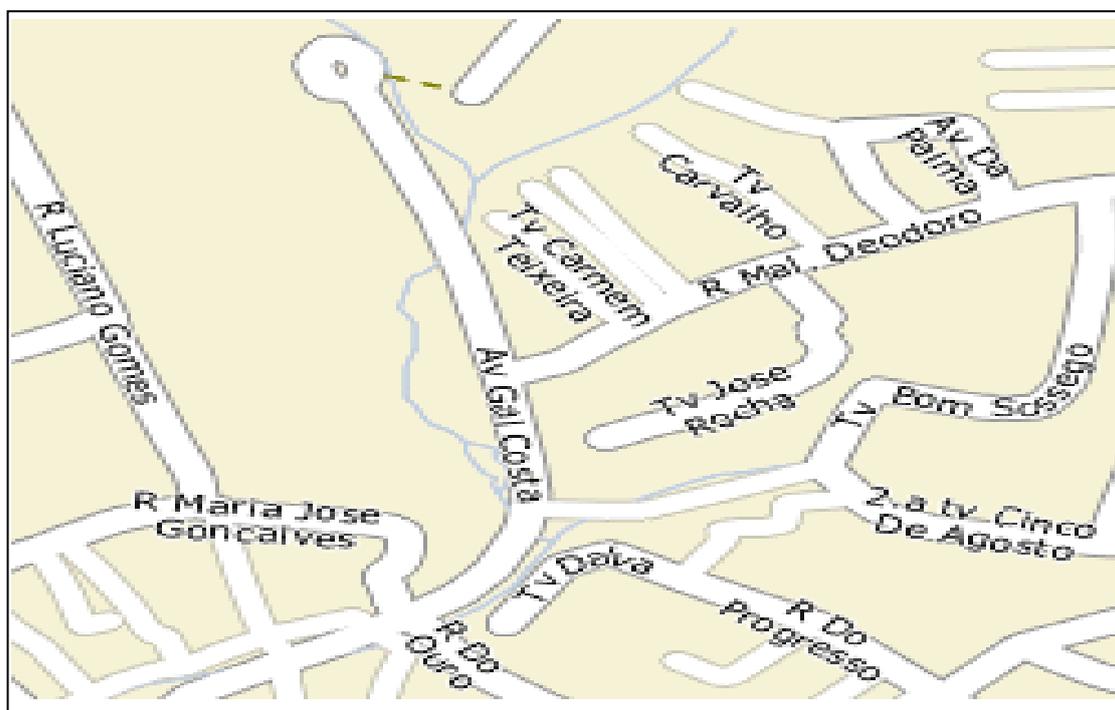


Figura 2 - Mapa da Rua onde está situada a Escola Professora Maria de Lurdes Parada Franch



Figura 3 - Foto da frente da Escola Professora Maria de Lurdes Parada Franch, Março de 2008



Figura 4 - Foto da área interna da Escola, Março de 2008



Figura 5 - Foto da área interna da escola, Março de 2008



Figura 6 - Foto da quadra de esporte, Março de 2008

Fonte: Própria escola, 2010.

A Escola Estadual Professora Maria de Lourdes Parada Franch, integrante do sistema estadual de ensino do Estado da Bahia, está localizada na Rua Marechal Deodoro, nº. 11, bairro de Pau da Lima, Salvador-BA, funcionando em prédio alugado,

que pertencia à rede particular de ensino. O corpo docente conta com 36 professores, todos habilitados com licenciatura, alguns com pós-graduação. A Escola tinha, em 2010, matrículas de 1.600 alunos nos cursos de ensino fundamental e médio, ressaltando a criação de um anexo que atendesse às demandas do bairro de Pau da Lima e adjacências, com uma clientela de 10 turmas de 5ª. Série, atual 6º ano, e 2 turmas de 1º. ano do ensino médio. As instalações físicas da Escola, atestam bom estado de conservação e manutenção. Como melhoria na estrutura física, desde a época do último credenciamento; houve a implantação de um laboratório de Ciências, a ampliação do laboratório de Informática; com relação ao mobiliário, a escola possui todos os equipamentos necessários ao bom andamento dos trabalhos: estantes, ar-condicionado, computadores, mesas, carteiras.

Como visto anteriormente, o Projeto Político Pedagógico resalta a missão da Escola de assegurar um ensino de qualidade e garantir o acesso e permanência dos alunos na escola, formando cidadãos conscientes e críticos. A necessidade do funcionamento da escola no bairro supracitado deu-se por conta de uma busca cada vez mais frequente da comunidade, uma vez que as unidades de ensino circunvizinhas não tiveram condições de atender à demanda de alunos interessados em matricular-se. Alunos estes que residem, em sua maioria, próximo à escola e não tem condições financeiras de se deslocarem para outros bairros.

A unidade escolar atende, há sete anos, a uma clientela com características peculiares à esfera social constituída por pessoas economicamente desfavorecidas, vítimas do desemprego e da exclusão social e, mais especificamente, subempregados, ambulantes, biscateiros, empregados domésticos, geralmente matriculados no turno noturno, no qual se oferece o ensino médio, e os filhos destes, em sua grande maioria, no turno diurno, no qual se oferece a educação fundamental e também o ensino médio. As condições físicas da escola e a precariedade de recursos pedagógicos caracterizam uma situação de dificuldades que reflete nos índices educacionais como: IDEB 2005 – 2,2 e em 2007 – 2,7.

Em 2007, segundo informação, houve um baixo número de alunos participando do ENEM, de um universo de aproximadamente 200 alunos no último ano do Ensino Médio, apenas 5 alunos se sentiram preparados a prestar o exame. Em 2008, houve uma maior participação no exame, tendo em vista um envolvimento maior do corpo docente,

com a elaboração de um simulado, a fim de que os alunos pudessem ter uma aproximação com o modelo da avaliação. Apesar do avanço, ainda é pequena a participação dos alunos.

Para que essas deficiências sejam superadas, a gestão escolar informou que é necessário a realização de um trabalho conjunto com o Estado e outros órgãos de educação continuada, e dessa forma compense a precariedade da escola e preparo do aluno para o ingresso no mundo de trabalho. Ainda de acordo com os dados obtidos, a gestão escolar acredita que o ideal seria um programa que acolhesse os alunos em tempo integral, e assim sendo, eles teriam suporte para realização de oficinas que desenvolvessem competências nas diversas áreas. A educação em tempo integral contemplaria os alunos em suas dificuldades, auxiliando-os a superarem seus limites. Assevera ainda, o corpo gestor, que conta com um grupo de docentes, pessoal técnico-administrativo e de apoio, imbuídos do propósito de atender aos objetivos propostos pela LDB 9394/96, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e alia-se ao esforço de compartilhar e participar das construções pedagógicas que se fazem necessárias com todos aqueles que vêm assumindo o grande desafio de educar”.

Para esse grupo dirigente a missão da escola é assegurar um ensino de qualidade, formando cidadãos críticos, conscientes e participativos, capazes de interagir e intervir na sociedade. Ser espaço de conhecimento, cultura, pesquisa e criatividade, onde o aperfeiçoamento constante favoreça o aprimoramento da formação pedagógica e técnico-científica, de forma a responder às necessidades emergentes da sociedade. Mais: preparar de maneira integral o educando para atuar conscientemente na sociedade, como cidadão capaz de utilizar as competências e habilidades desenvolvidas na escola, com criatividade e autonomia, rumo ao sucesso pessoal e profissional, frente às novas exigências do mercado e às inovações tecnológicas. Através dos meios que dispõem, caminharão em busca de tornar a Unidade de Ensino um referencial para a comunidade, pela capacidade de mobilização e contribuição educacional, num trabalho consciente de formação cidadã. A escola, ainda conforme a escuta feita em lócus, dá ênfase especial aos valores e atitudes universais, destacando-se a fé, a esperança, a solidariedade, a competência, a liberdade com responsabilidade, a coerência, o respeito, a honestidade, a dignidade e a justiça. Também são trabalhados: disciplina, compromisso ético, humildade, amor, perseverança, companheirismo e cooperação. Quanto às questões éticas, a escola

trabalha com elevado senso de compromisso, seriedade e respeito em todas as ações.

Sendo o trabalho educativo pontuado de acordo com as premissas de Saviani (1991): “o ato de produzir direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto de homens” (SAVIANI, 1991, p.21). Daí que estarão buscando efetivar os valores nos quais acreditam: a ética, como pressuposto ao cooperativismo, ao respeito à diversidade cultural e na utilização do conhecimento para tornar o cidadão engajado no meio em que vive, para assegurar o artigo 2º da LDB, que diz: “A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Quanto ao aspecto filosófico, a educação, segundo Junqueira (2002, p. 28) deve privilegiar “informações no campo sociológico-fenomenológico, tradições e cultura, teologias, textos sagrados orais e escritos, *ethos*, ritos, onde o professor seja um educador e não um agente religioso”. Essa concepção está explícita nos objetivos apresentados nos Parâmetros Curriculares, nos quais se vê reforçada a ideia da importância de valorização do pluralismo e da diversidade cultural presente na sociedade, da apropriação do conhecimento dos elementos básicos que compõem o ensino religioso, a partir das experiências religiosas percebidas no contexto do educando, de análise do papel das tradições religiosas na estruturação e manutenção das diferentes culturas e manifestações socioculturais e de reflexão do sentido da atitude moral, como consequência do fenômeno religioso e expressão da consciência e da resposta pessoal e comunitária do ser humano, entre outros aspectos.

O Projeto Político Pedagógico concentra seu objetivo maior na construção de uma escola que consiga agregar valores e princípios que norteiam a vida do indivíduo na busca do seu reconhecimento e auto-valorização, de forma a se compreender como ser atuante na esfera social.

Motivar o aluno a compreender-se como sujeito autônomo, participativo, possuidor de direitos e deveres políticos, civis e sociais, que repudia injustiças, discriminações, respeita e faz-se respeitar, exerce a cidadania e a democracia; estimular o aluno a posicionar-se de maneira crítica e responsável nas diferentes situações sociais, respeitando a opinião e o conhecimento produzido pelo outro,

utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos; Possibilitar ao aluno a apropriação das inovações científico-tecnológicas, necessárias para a integração do sujeito na vida contemporânea e no mundo do trabalho, que está cada vez mais competitivo, reconhecendo-se como indivíduo que vive, age, aprende, interage, desenvolve-se e adapta-se, assumindo, com responsabilidade, a sua saúde e o bem-estar das demais; desenvolver no aluno o autoconhecimento, a criatividade, a auto-estima, a auto-imagem, a sensibilidade e a afetividade, para agir com persistência na busca do conhecimento; viabilizar, para o aluno, a compreensão dos fundamentos sócio-culturais, científicos e tecnológicos historicamente acumulados e uma postura crítica, criativa e responsável, para a valorização e o prosseguimento dos estudos. Permitir ao aluno a sua inserção no mundo do trabalho, através de atividades, incluindo a prática de estágio, em caráter não-obrigatório conforme Lei 11.788/08, que viabilizem o desenvolvimento de competências e habilidades e a compreensão das relações sociais do mundo produtivo.

O papel da escola para esse século, dentro de um desenvolvimento curricular, é criar um ensino interativo de pluralidade e não de forma individualizada. Os debates sobre esse tema emergem cada dia mais nas sociedades científica e pedagógica, pois a preocupação quanto às deficiências existentes na educação são grandes. Para Libâneo, o projeto representa a oportunidade de a direção, a coordenação pedagógica, os professores e a comunidade tomarem sua escola nas mãos, definir seu papel estratégico na educação das crianças e jovens, organizar suas ações, visando a atingir os objetivos que se propõem. “É o ordenador, o norteador da vida escolar” (LIBÂNEO, 2000).

Segundo Libâneo (2000, p. 26) "a escola não detém o monopólio do saber", pois o conhecimento passado aos alunos não deve ser centralizado apenas no professor e no livro didático como os únicos centros do saber, é necessário valorizar a bagagem de conhecimentos trazida pelos alunos, além de outros meios de conhecimentos existentes, tais como tecnologias de informação (jornais impressos, TV, Rádio, Internet etc.). De acordo com Saviani, "... a LDB (1996) veio superar a visão fragmentária e o estado de desagregação em que se encontra a nossa educação...", abrindo caminho, sobre o conceito de sistema nacional de educação, para "...a construção de uma escola comum, extensiva a todo o território nacional, unificada pelos mesmos objetivos, organizada sob normas também comuns e regida pelo mesmo padrão de qualidade”.

José Carlos Libâneo reforça que:

[...] a escola precisa deixar de ser meramente uma agência transmissora de informação e transformar-se num lugar de análise críticas e produção da informação, onde o conhecimento possibilita a atribuição de significado à informação. Nessa escola os alunos aprendem a buscar a informação [...] (LIBÂNEO, 2000. p. 26)

Nessa perspectiva, a Escola Estadual Professora Maria de Lourdes Parada Franch propõe-se a uma matriz curricular que contemple um ensino o qual obedeça às diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais, levando em consideração os elementos da realidade, conforme o Ensino Fundamental, que tem duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, proporcionando-lhe a aprendizagem e o domínio da leitura, da escrita e do cálculo, compreensão do ambiente em que vive, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores, o fortalecimento dos vínculos da família e dos laços de solidariedade humana.

Ensino Médio: etapa final da Educação Básica visa à consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, o prosseguimento dos estudos, a preparação para o trabalho e a cidadania, bem como a compreensão dos fundamentos científicos e tecnológicos dos processos produtivos. Afinado com a contemporaneidade, com a construção de competências básicas, que permitam o desenvolvimento de uma postura crítica, criativa e responsável. A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas em cooperação com instituições especializadas em educação profissional, através de estágio, onde 10% das vagas deverão ser cedidas às pessoas com deficiência (Lei 11.788, art. 17º. §5º.) É com esse intuito que a Unidade Escolar (UE) tem buscado a integração dos conhecimentos e das aprendizagens (planejamento – abordagem integradora do currículo). Nesse sentido, a Unidade Escolar está aberta a propostas de integração escola versus mercado de trabalho, com indicações para estágios, seja como menor aprendiz, seja na modalidade profissional convencional, sempre levando em consideração as diretrizes da lei de estágio, sem que haja prejuízo para o rendimento do corpo discente. Visando atender às necessidades dos alunos, dentro das possibilidades e limitações de espaço físico e infraestrutura da Escola, as atividades didáticas estão organizadas em Ensino Fundamental, que oferece Ensino de 6º a 8º ano, nos turnos matutino, utilizando sete salas de aulas e onze salas vespertino,

em regime anual e seriado, com trabalho docente efetivo.

O Ensino Fundamental conta com professores atuando dentro de suas habilitações e o acompanhamento pedagógico, em nível de supervisão, o qual é feito pela vice-direção, nos turnos matutino, vespertino e noturno, uma vez que a unidade ainda não dispõe de profissional com essa função. O Ensino Médio, oferece Ensino de 1º ao 3º ano, em regime seriado e anual, com sete salas de aula em uso, no matutino, quatro salas de aulas no vespertino, e dez salas de aulas no turno noturno. Conta atualmente com quadro de professores habilitados, e apoio de três professores articuladores, sendo um para cada área de ensino de acordo com a proposta da Secretaria. É proposta da Escola a aplicação de um trabalho pedagógico direto, democrático e participativo, através do qual se possa promover ação interdisciplinar, troca de idéias e elaboração de projetos que despertem o interesse e o gosto dos discentes pelas atividades escolares, bem como a melhoria das inter-relações inerentes ao processo educativo.

São realizadas reuniões com os professores dos três turnos, para planejamento, discussão, estudo de temas e assuntos de interesse da comunidade escolar, incluindo também os servidores de apoio, para que as decisões emanem das propostas coletivas, ouvidas todas as partes envolvidas e responsáveis pelo bom funcionamento pedagógico da escola. Através das atividades de Coordenação, e articulação, individuais ou em grupo, é mantido um contato mais direto com o professor para acompanhamento e supervisão do seu trabalho no que diz respeito ao planejamento bimestral, avaliações, recuperação paralela e utilização de metodologias que melhor se adaptem à realidade da clientela. Nos três turnos, matutino, vespertino e noturno, há atuação direta da direção e vice-direção, no sentido de trabalhar com orientação e aconselhamento do corpo discente, bem como o contato com a família para que, de forma harmônica, família e escola possam resolver ou minimizar problemas de aprendizagem ou de adaptação que, normalmente ocorrem no cotidiano escolar. Tem sido solicitada à Secretaria de Educação do Estado da Bahia, a presença de um orientador pedagógico para compor o quadro administrativo da escola e para cumprir com as funções inerentes ao cargo. Na ausência desse profissional, as lacunas são preenchidas pelo articulador de área, que acompanha os processos pedagógicos das disciplinas afins.

A concepção de educação como instrumento básico do conhecimento

possibilitará ao indivíduo o domínio rápido dos conhecimentos científicos, tecnológicos e culturais. As organizações didáticas das disciplinas do currículo obrigatório seguem as orientações propostas pela LDB 9394/96, em seus artigos, bem como nos decretos, pareceres, portarias e determinações do Conselho Estadual de Educação, utilizando as orientações contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. As matrizes de referências curriculares foram articuladas de forma a atender às determinações da legislação vigente, abrindo-se espaço para a inclusão de disciplinas da parte diversificada, condizentes com a realidade da comunidade onde a Escola está situada, de forma mais restrita e, de modo mais amplo, às necessidades sociais que ora se impõem.

De acordo o currículo da Escola optou-se no Ensino Fundamental, pela disciplina Cultura Baiana, como forma de assegurar o resgate da história e o fortalecimento da cultura, contribuindo para o conhecimento e o desenvolvimento de atitudes e valores de respeito às raízes do povo baiano e reconhecimento de sua importância no contexto do país e do mundo. Com relação ao Ensino Médio, optou-se por oferecer as disciplinas de Redação, Leitura e Pesquisa, Educação Ambiental, Tratamento da Informação e Produção Textual, sendo que as duas primeiras estão melhor articuladas com as áreas de atuação profissional dos alunos, contribuindo com a preparação para o trabalho. A disciplina Educação Ambiental visa a atender ao processo de conscientização e transformação do meio, frente ao processo de industrialização, que no decorrer da história causou danos ao patrimônio natural da humanidade, partindo-se dos problemas mais próximos à realidade do bairro, até a discussão de questões mais amplas, sobre a situação mundial de degradação da natureza. As demais concentram-se no objetivo de ampliar as possibilidades de uso da língua, quanto à escrita e à fala. É preocupação da equipe pedagógica da Escola o trabalho anual com os temas transversais definidos nos PCNS, bem como outros do interesse da comunidade escolar, incluindo-se a execução de atividades extraclases, inclusive em parceria com a comunidade local. Em 2009, a Escola realizou uma gincana, cujo tema – “Respeito e Diversidade” – procurou despertar nos alunos o sentido de conviver com a diversidade, tendo como eixos temáticos Ética, Infância, Valores, Terceira Idade, Qualidade de Vida, Preconceito, dentre outros. Nesse mesmo ano, os alunos desenvolveram um projeto direcionado à Semana da Consciência Negra, tempo em que explanaram sobre a realidade em que vivem os afrodescendentes na Bahia, com a exposição de painéis,

mostra cultural e palestras. Dessa forma, foi possível contemplar acerca de um tema de interesse local, no sentido de valorizar a etnia, a identidade histórica que integra a formação do povo brasileiro, notadamente a população da Bahia.

A concepção de avaliação perpassa pela lógica de um processo de organização de ensino, relacionado com a aprendizagem do aluno e com a sociedade. A avaliação serve para orientar a prática pedagógica. O processo de avaliação permite diferentes concepções, dependendo da ênfase que se faz necessária. Quando se necessita avaliar instituições ou ações, caracterizadas por programas, planos, projetos ou políticas, há necessidade de lançar mão da avaliação formal ou sistemática, para entender todas as extensões e consequências do que é avaliado de maneira global, contextualizada, com perspectivas a estimular seu aprimoramento.

A avaliação educacional é feita através de situações de aprendizagem, buscando a aquisição de novo conhecimento, atitudes ou habilidades. A avaliação emancipatória tem como compromisso fazer com que as pessoas envolvidas em uma ação, realizem e executem a sua própria história e escolham as suas ações de maneira libertadora. Há três momentos no processo avaliativo: descrição da realidade, crítica da realidade e criação coletiva. A avaliação pode ser diagnóstica, quando se realiza antes da tomada de decisão, processual, quando é desenvolvida durante a implementação da ação que está sendo avaliada, global, quando se realiza no final da prática, no sentido da formulação, assim como no dos resultados e consequências da atividade avaliada.

Quanto à operacionalização do processo avaliativo, as avaliações são realizadas pelos docentes de modo processual, ou seja, são contempladas as habilidades dos alunos, via observação indireta e diretamente, por meio de testes e provas. Além disso, são consideradas as atividades extraclasse, nas quais os alunos revelam os seus conhecimentos, a partir da experiência. Há uma preponderância do aspecto de verificação dos resultados, com vistas à valorização das tomadas de decisões a partir dos dados pesquisados. A eficiência de uma avaliação em política pública está integrada à relação entre o esforço para implementá-la e os resultados alcançados. Uma avaliação é considerada eficiente quando é útil e oportuna, sendo realizada em tempo hábil; é ética, sendo realizada com critérios justos e apropriados e é precisa, quando se emprega método adequado. Entendendo-se a avaliação como processo contínuo e cumulativo e parte integrante de todo o trabalho educativo, a escola acredita estar encaminhando o

fazer pedagógico para análise constante dos resultados obtidos no decorrer de sua aplicação.

Dessa forma, através do planejamento diagnóstico e participativo, vários instrumentos de avaliação são definidos para contemplar os objetivos propostos, respeitando-se as individualidades e características peculiares a cada turma e a autonomia do docente na escolha das ações que contemplem o desenvolvimento das habilidades e competências do educando dentro dos conteúdos de suas disciplinas. Com essa variação de mecanismos, a Escola Estadual Professora Maria de Lourdes Parada Franch pretende atingir de maneira geral, conforme previsto na legislação educacional vigente, o desenvolvimento das competências e habilidades do aluno, quer sejam afetivas, cognitivas ou atitudinais. Bimestralmente, através de reuniões do Conselho de Classe, composto pela direção ou representante, docentes, professores, professores-articuladores, coordenação, secretaria e representantes de turma, são observados os fatores que dificultam a aprendizagem, na tentativa de minimizá-los, provocando, conseqüentemente o replanejamento e a flexibilização metodológica e estrutural das ações.

A recuperação paralela também é uma atividade em que o docente, ao verificar as dificuldades dos alunos, procurará utilizar-se de outras maneiras para que esses consigam acompanhar o desenvolvimento das atividades curriculares. É preocupação desta Unidade de Ensino, investir em práticas que dêem possibilidade de se observar o desempenho do aluno de forma integral, sobrepondo-se sempre o aspecto qualitativo ao quantitativo. É importante observar que, o diálogo entre todas as partes envolvidas no processo ensino-aprendizagem, deverá permear continuamente as ações da escola.

No **anexo C**, podem ser verificados os direitos e deveres do corpo docente e discente.

### **6.1.3 Análise da Inserção no Mercado de Trabalho e no Turismo**

É fundamental registrar antes da discussão dos dados da análise empírica, alguns depoimentos na íntegra, de alguns discentes e pessoas, que responderam aos questionários, sobretudo nas questões mais relevantes, já que se trata de um estudo de caso de abordagem qualitativa na pesquisa direta.

Quanto a questão se o ensino de língua inglesa na escola pública inclui o aluno socialmente, a coordenadora de língua estrangeira na Secretaria de educação responde: “Deveria, mas com turmas de 40 alunos em sala, apenas 2 h semanais, falta do material didático e da má formação do professor desde à universidade, não se consegue nada.”

Diante do exposto, é possível perceber uma realidade tímida do processo de ensino da língua inglesa na escola pública estadual soteropolitana.

Quanto ao questionamento se o inglês ofertado na escola pública prepara o aluno para atuar no mercado de trabalho e sobretudo no turismo, uma professora de estágio da UNEB e três professores de língua inglesa se posicionaram. A professora da UNEB esclarece: “Infelizmente, a escola pública não prepara o aluno para usar a língua inglesa no mercado de trabalho. Para tanto, deveria este aluno ter um preparo de inglês para se comunicar com o outro e o que vemos por aí é apenas o ensino da gramática e o mercado de trabalho, sobretudo na área do turismo, exige fluência na comunicação”.

Professor A: “Infelizmente o inglês da escola pública não prepara o aluno para o mercado de trabalho, devido a falta de recursos para trabalhar na sala”.

Professor B: “Não prepara. Seria importantíssimo logo esta preparação, pois Salvador será uma das sedes da Copa do Mundo, e daí muitos turistas estrangeiros, que podem trazer renda para a cidade, quando recepcionados por pessoas que falam o idioma inglês.”

Professor C: “Não prepara. Mas se começasse a preparar seria um bom começo.”

De fato, o aluno da escola pública estadual soteropolitana tem tido o acesso negado na maioria dos setores do mercado de trabalho e no turismo, por não ter acesso à aquisição da competência comunicativa da língua inglesa.

Quanto se é possível promover a aquisição da competência comunicativa na escola pública, mediante uma política pública, a coordenadora da escola pesquisada esclarece que: “a aquisição da competência comunicativa da língua inglesa, é tão importante quanto um curso de informática, principalmente quando se fala em educação pública.”

A diretora quanto à esse mesmo questionamento registra: “Óbvio que é

possível, mas de imediato, é necessário um livro didático que promova essa aquisição, já que o ensino aqui se baseia apenas em algumas apostilas e na lousa.”

Naturalmente, que o computador e o livro didático, são ferramentas indispensáveis neste processo, contudo, é sabido, que a política pública pode ser a raiz solucionadora do problema, quando se pensa na união dos setores Estadual, Federal e o Ministério da Educação.

Quanto se há uma política pública da SETUR, para patrocinar continuamente cursos de inglês para pessoas ligadas ao turismo, o assessor técnico da SETUR ressalta: “ Nós não somos a Secretaria de Educação”.

Diante do depoimento, está claro que a responsabilidade é lançada a Secretaria de Educação.

Dentre os vários alunos respondentes da escola pesquisada, quando questionados sobre se a escola deles prepara na competência comunicativa da língua inglesa e se eles gostariam de ter acesso à essa aquisição, alguns deles merecem registrar por conter respostas enriquecedoras à pesquisa.

Aluno (A) “ Não, a escola não prepara. Gostaria sim de aprender esta língua, porque seria um orgulho eu poder ajudar pessoas de outros lugares que estão no meu país.”

Aluno (B): “ Sim, saber falar outras línguas é sempre importante, principalmente no mercado de trabalho.”

Aluno (C): “ Não prepara. Tenho vontade de estudar inglês, mesmo porque o turismo está em expansão.”

Aluno (D): “ Não prepara, porque não há muitos materiais que possam nos ensinar mais sobre a língua.”

Aluno (E): “ Não prepara. Eu gostaria de aprender a falar inglês após o 3º ano, porque a copa de 2014 tá chegando”.

Aluno (F): “ Não prepara, porque o colégio não tem muita estrutura, nem local adequado para ter tudo isso aqui.”

Aluno (G): “ Não prepara. A nossa aprendizagem não depende só do professor”.

Aluno (H): “ Não prepara, porque eu acho que não tem professor capacitado.”

Aluno (I): “ Não prepara, porque a aula de inglês dessa escola é uma aula básica”.

Aluno (J): “ Não prepara, mas eu gostaria de aprender para ter um melhor futuro.”

Diante destes depoimentos, os discentes reconhecem que sua escola não os prepara para a competência comunicativa do idioma, contudo a grande maioria tem o forte desejo para esta aquisição, para os diversos fins, de acordo relatados acima.

No **gráfico 1**, diz respeito à relevância do inglês a partir do índice de reprovação; dos 05 respondentes, 04 disseram que não reprova ou seja 83,4 % contra os 16,6% que disseram que reprova.

A grande maioria dos pesquisados na escola (diretores, coordenadores e professores), afirmaram que se o aluno for reprovado em algumas disciplinas, inclusive na língua inglesa e passar na recuperação destas e perder apenas na língua estrangeira o Conselho aprova, portanto, a disciplina não reprova nestas circunstâncias.



Gráfico 1 – Relevância do inglês a partir do índice de reprovação

Fonte: Cássio Jânio (2010)

O **gráfico 2**, apresenta dados apenas dos 3 docentes de língua inglesa da Escola Professora Maria de Lurdes Parada Franch, com relação a sua formação, em que dos 03 respondentes, apenas 01, ou seja, 33,3 % deles, já é formado e efetivo, apenas em nível de graduação e os outros ainda estão cursando a universidade e são contratados. Os dados demonstram que, a carência de professores efetivos na rede estadual de ensino, ainda é muito grande.

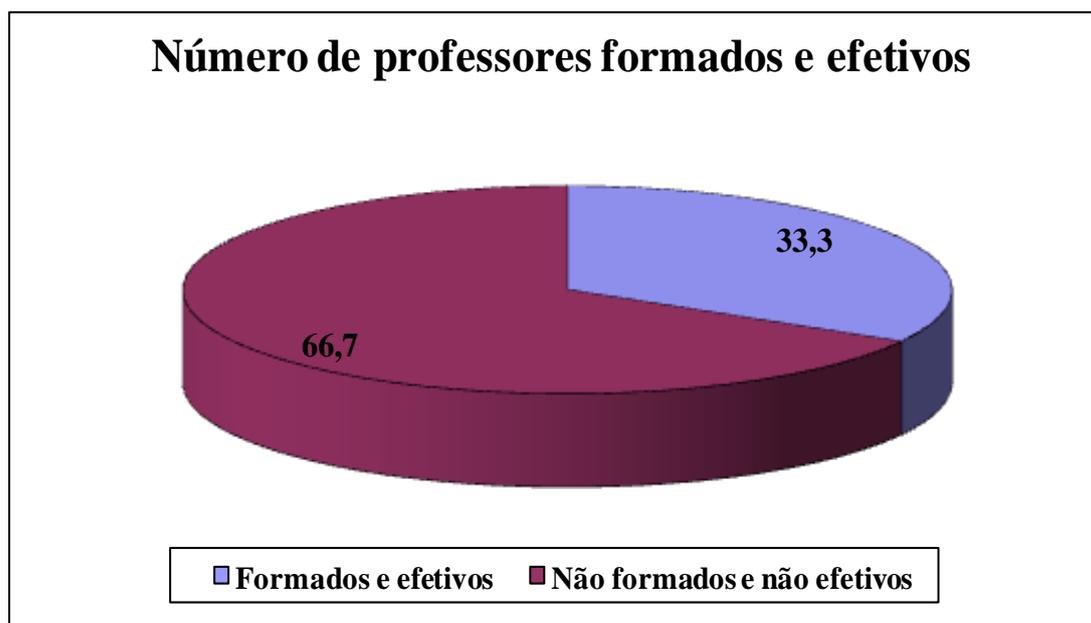


Gráfico 2 – Número de professores formados e efetivos

Nota: Elaboração própria.

A **tabela 3**, possui referência apenas dos docentes, com uma população total de 3 destes. Foi investigado se motivação, auto-estima e diminuição da ansiedade são fatores importantes para proporcionar nas aulas, sendo que dos 3 respondentes, 3, ou seja 100% afirmaram que sim. Sobre se já ouviram ou leram sobre os teóricos da língua inglesa, dos 03 respondentes, os 03 mencionam que sim, contudo citaram poucos e diferentes um do outro, mas é percebido a carência de mais e os mais utilizados atualmente, como suporte para o professor compreender melhor o que fazer para melhorar sua aula cada vez mais e conseguir o “output”, isto é, a resposta do aluno como já mencionado neste trabalho por Brown (2001) que é considerado o teórico mais completo da língua inglesa, para se entender o processo da aquisição da competência comunicativa desse idioma, o qual não foi mencionado por nenhum dos docentes.

Quanto ao uso das quatro habilidades da língua (escrita, leitura, audição e fala),

dos 03 investigados, apenas 01 deles usa, ou seja, 33,3% apenas usam as quatro. Os outros dois afirmam que é muito difícil usar as quatro, visto que a escola não se disponibiliza de recursos suficientes para isto, que até, às vezes, não se tem nem tomada disponível para usar um aparelho de som. A respeito se já ouviram ou leram sobre a LDB e PCNS e se sabiam mencionar algum de seus fundamentos, dos 03 questionados, 02 deles, isto é, 66,6% mencionaram, sendo que apenas 1, então, já tinha lido, mas não lembrava mais de seus princípios. Tais dados, portanto, corroboram para afirmar que com recursos insuficientes, pouca preparação teórica/ prática do professor bem como a enorme falta de professores na rede Estadual (esse último, pode ser visualizado no ANEXO B), são mais fatores que contribuem para a não a aquisição da competência comunicativa da língua inglesa em sua plenitude.

Tabela 3 - Conhecimento teórico e prática metodológica do professor

<b>QUESTIONÁRIO</b>	<b>RESPOSTAS</b>
Motivação, auto-estima e diminuição da ansiedade.	100%
Teóricos da língua inglesa	100%
As quatro habilidades da língua	33.3%
LDB e PCNS	66.6%

Nota: Elaboração própria.

Na tabela 4, mostra a população dos alunos, que correspondeu ao maior número de entrevistados, no total de 218, considerados válidos, onde apenas as questões mais relevantes para esta pesquisa foram consideradas, como pode ser visto na tabela 5 e apêndice B, se as aulas de inglês têm mais atividades dos alunos com jogos, CDs, vídeos ou mais a participação do professor no quadro com exercícios escritos e algumas leituras, verificou-se, então que 210 alunos, isto é 96,3% responderam que é mais do professor e somente 3,6% mais dos alunos, se gostam ou não do inglês, dos quais 186 disseram que sim, totalizando 85,3% e 32 que não, então somente 14,6% , se eles acham que o inglês da escola deles, os prepara na aquisição do inglês comunicativo, 8 deles declararam que prepara, 3,6% apenas e 210 que não prepara, portanto, 96,3%. Tais dados corroboram para afirmar que a grande maioria dos alunos têm ardentemente o desejo na aquisição da competência comunicativa do idioma, contudo, com a maior participação do professor apenas no quadro e exercícios escritos, ao invés dos alunos na

interatividade um com o outro mediante a comunicação e a declaração da maior parte dos discentes que o inglês dessa escola não os prepara de forma suficiente, é muito difícil conseguir o objetivo da tão almejada aquisição da língua pelos mesmos.

Tabela 4 - Da metodologia do professor em sala de aula

<b>METODOLOGIA</b>	<b>NÚMERO DE RESPOSTAS</b>	
Gosta de inglês	186	83,5%
Não gosta de inglês	32	14,7 %
Participação maior do professor	210	96,3 %
Participação maior do aluno	8	3,7 %
Metodologia prepara na aquisição	8	3,7 %
Metodologia não prepara na aquisição	210	96,3 %

Nota: Elaboração própria.

**O gráfico 3**, para confirmar o que foi dito na introdução desta dissertação, que a escola pública se concentra em sua maioria por alunos negros, que na maioria dos casos são excluídos do acesso da competência comunicativa da língua inglesa e assim não têm condições de concorrer no mercado de trabalho e no turismo, a escola pesquisada, é de fato, um bom exemplo desta questão. Este panorama revela que 120 dos respondentes, se consideram negro, ou seja, 55%, 79 se consideram pardo, isto é, 36% e 19 destes, ou seja 8,7% , se consideram branco.

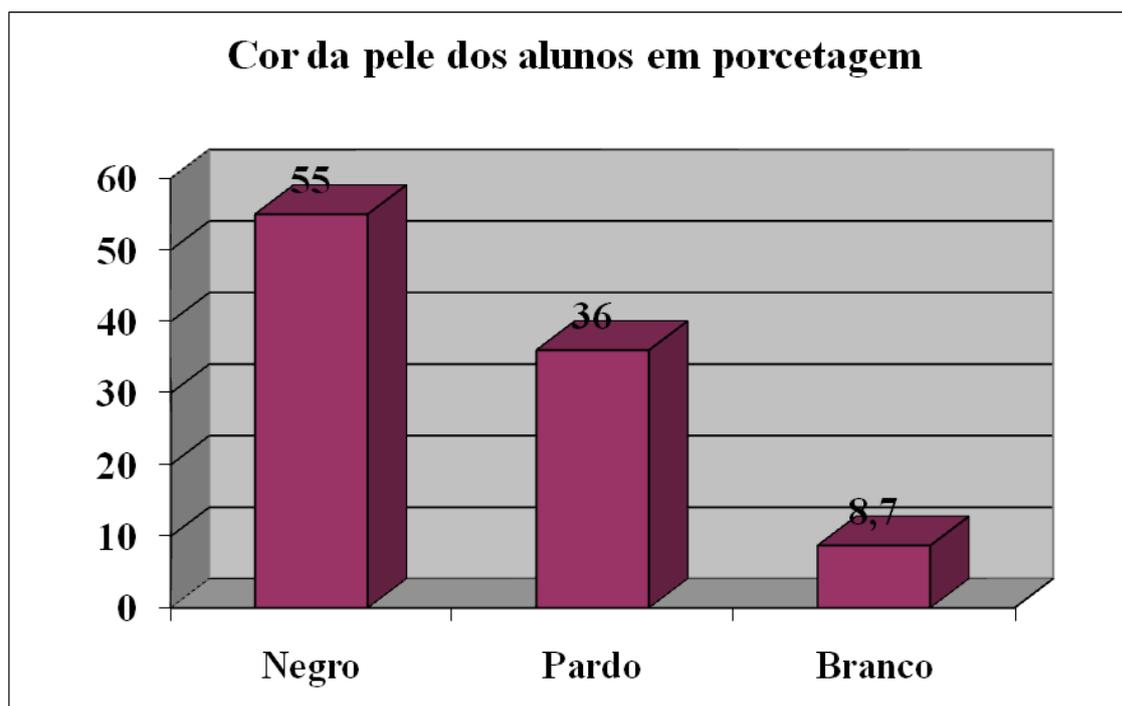


Gráfico 3 - Cor da pele dos alunos em porcentagem

Nota: Elaboração própria.

O gráfico 4, do questionamento 3, apresenta o panorama das idades dos alunos da Escola Professora Maria de Lurdes Parada Franch. Dentre estes alunos 214 têm idade até 20 anos, isto é, 98,1%, 2 têm idade de 21 a 30 anos, ou seja, 0,9 % e 2 têm idade com mais de 40 anos, isto é, também 0,9%. Como esta pesquisa foi feita nos turnos matutino e vespertino, tais dados vêm confirmar que o turno diurno desta escola estadual, concentra pessoas mais jovens., os quais esperam da escola uma preparação adequada na capacitação da competência comunicativa do inglês, para também terem o acesso ao mundo do trabalho, já que como dito inicialmente, a educação é um direito de todos.

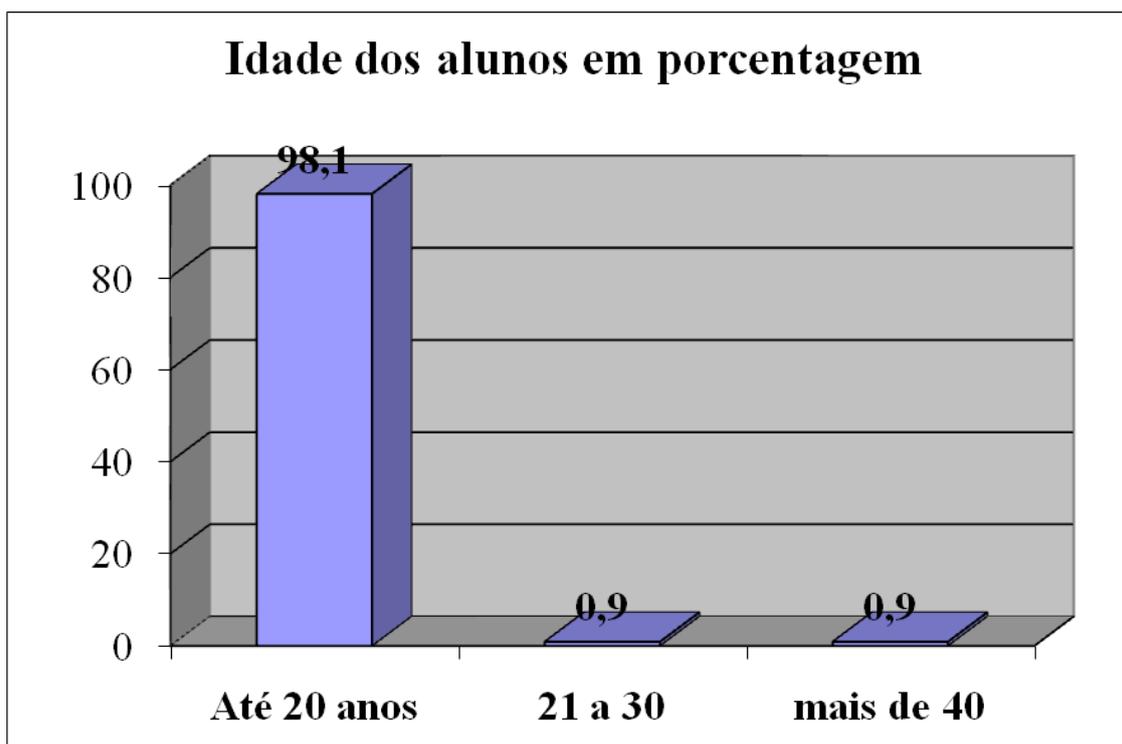


Gráfico 4 - Idade dos alunos em porcentagem

Nota: Elaboração própria.

Tabela 5 - Perfil e opinião dos Professores

PERFIL	NÚMERO DE RESPOSTAS	
	SIM	NÃO
1. Certificado Internacional	0	4
2. Especialização na área <i>Lato Sensu</i>	1	3
3. Mestrado e Doutorado	0	0

Nota: Elaboração própria.

Três professores da escola pesquisada e 1 professora de estágio da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), foram ainda questionados com relação ao itens da tabela acima. Com relação ao primeiro item, se possuem certificado internacional, nenhum deles possui, ou seja, 0% deles. À respeito de especialização na área de língua inglesa em nível *lato sensu*, apenas 1 deles possui, isto é, 25%, que é a professora de estágio da UNEB. Quanto se possuem mestrado e doutorado, também nenhum deles possui, então 0%. Diante disso, nota-se que o perfil curricular dos professores, tanto os que preparam os professores na universidade para lançá-los futuramente nas escolas públicas e destes

que já estão ministrando aulas nesta rede pública, carece de mais cursos contínuos para uma maior preparação docente. Antigamente, a língua inglesa era usada apenas para a aprendizagem da gramática, como foi mencionado no capítulo 4 desta dissertação, contudo, é sabido que hoje para ser inserido no mercado de trabalho em geral e no turismo, é necessário ter a aquisição da língua não somente escrita, mas também falada, isto é, na comunicação.

Também foi aplicado um questionário com 2 coordenadores, 1 diretora, 3 professores e 1 assessor de turismo, para confirmar se a língua inglesa ofertada na escola pública prepara os alunos para atuar no mercado de trabalho e no turismo bem como se esta aquisição é um vetor para a inserção nesse mercado e se acreditam que é possível essa entrada. Na análise dos dados colhidos, destes 7 indivíduos investigados durante as entrevistas, observa-se que todos, ou seja, 100% deles declararam que não prepara. A coordenadora de língua estrangeira da Secretaria de Educação, afirma que o objetivo da educação básica é preparar para a formação geral e não especificamente para o trabalho, mas recentemente tem havido uma mobilização para este aspecto, mas ainda está no começo e o assessor de turismo acrescenta que se os alunos da escola pública adquirissem o idioma escrito e principalmente falado e trabalhasse diretamente no turismo, a renda deles aumentaria, pois o turista iria se agradar do fato, onde estaria em alta, o grau de satisfação do estrangeiro, que é a coisa mais importante para o setor turístico. Foram realizadas também entrevistas com 162 alunos e 97,5 % declaram que não prepara, onde 87.5 % afirmam que gostariam que preparasse, para de fato dominar o idioma, para se preparar para o futuro, na possibilidade de conseguir um bom emprego, divulgar seu país para os turistas bem como ajudá-los a se locomover em Salvador e porque seria bom para a cidade.

Como pode ser verificado neste trabalho, percebe-se que estes indivíduos pesquisados, consideram que a aquisição da competência comunicativa da língua inglesa é um vetor de inserção no mercado de trabalho e no turismo, contudo, os alunos dessa escola pública e pessoas ligadas ao turismo, não têm acesso à essa aquisição para a devida inserção, mas acreditam que esta aquisição é possível, mediante uma série de estratégias para a melhoria, para que os discentes e pessoas ligadas ao turismo tenham a aquisição da língua inglesa, com vistas à sua escrita e fala com a presença do domínio do discurso, como dito por Orlandi (2005) que “o discurso é a palavra em movimento, a linguagem sendo usada, o homem falando”. já que para Fairclough (2004) a versão

crítica para a análise do discurso deve ser baseada na crença de que a linguagem é parte irredutível da vida social, dialeticamente interconectada com outros elementos da vida social, de maneira que a análise e pesquisa sociais têm sempre que incluir a linguagem.

No que diz respeito ao perfil dos discentes desta escola, observa-se que ela tem uma predominância de jovens pertencentes a classe menos favorecida. São indivíduos que além de não terem a oportunidade da aquisição da competência comunicativa deste idioma na escola, também não têm condições para custear este estudo em cursos particulares privados, pois somente têm acesso nesta aquisição às classes média e média alta, conforme pesquisa realizada sobre o domínio de língua inglesa como fator de mobilidade social na cidade do Salvador, por Andrade (2009) e que, portanto, estão fora da concorrência do mercado de trabalho, são elementos de exclusão social e de desigualdade, não tendo, portanto o direito da cidadania executado na prática.

## 7 CONCLUSÃO

A presente dissertação de mestrado apresenta os resultados do estudo sobre a importância da competência comunicativa da língua inglesa. Não custa lembrar que esta língua é a mais usada no planeta. Sendo língua “universal” ela é importante não apenas para crescimento pessoal, mas, sobretudo, para que sujeitos contemporâneos se insiram diferencialmente no mercado de trabalho e sobretudo no turismo. Diante disso, o trabalho objetivou investigar o encadeamento dos fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, metodológicos, curriculares, legais e turísticos no ensino/aquisição desse idioma.

A abordagem teórica realizada ao longo do estudo revelou que a aquisição da competência comunicativa do inglês, como língua universal, é condição sine qua non para ser admitido no mercado de trabalho competitivo em geral e na área do turismo, especificamente. Notou-se também que, em um mundo cada vez mais globalizado, transnacional, o analfabetismo não corresponde à noção antiga de iletrado, mas foi redimensionado: o analfabetismo funcional compreendendo a pessoa que não adquire o conhecimento de uma segunda língua, principalmente da língua inglesa. É essencial, para sobreviver e ascender social e financeiramente, o domínio de, pelo menos, um idioma usado globalmente. Hoje as chamadas redes sociais como Orkut, face book, twitter já são uma realidade para os jovens, que convivem com elas desde cedo, as quais oportunizam a troca de diálogo, experiências, amizades, etc., com pessoas de outros países, e esses “navegadores virtuais” se comunicam falam/escutam/escrevem/leem em inglês, principalmente. O intercâmbio nos EUA também é uma possibilidade concreta, contudo, o custeio é feito pelos próprios alunos. A compra de Instituições de Ensino Superior baianas por conglomerados americanos, pode possibilitar aos jovens soteropolitanos, falantes de uma segunda língua, a ida aos EUA e, conseqüentemente, o aprimoramento dessa segunda língua e o encontro de uma cultura diferente da sua.

Fez-se, neste estudo, um retrospecto da difusão do inglês. Primeiro, através da revolução industrial inglesa, seguido pelo poderio militar dos EUA, a partir da segunda guerra mundial, deslocando a língua francesa de sua primazia. Teceu-se também algumas considerações com relação à presença marcante do inglês na maioria das publicações científicas, culturais e artísticas do mundo, daí o reconhecimento da

importância desse idioma e a real necessidade de jovens e trabalhadores para dominá-lo e terem acesso ao mercado de trabalho e ao turismo. Não se deixou à margem, nesse labor, as críticas empreendidas a disseminação da cultura norte americana, cultura que, muitas vezes, apaga identidades, suprime noções de nacionalidade e silencia outras vozes.

Viu-se também, de forma ilustrativa, e ancorados em diversos autores que pela visão humanística, o ser humano tem sido suprimido pelo neoliberalismo e seu capital, deixando o mundo na incerteza. Mas isso não afeta o imperativo da aquisição de uma língua estrangeira, alias direito de todo cidadão e dever do Estado. Por isso a crítica que se viu, ao longo desse texto, a escola pública. Ela não pode se eximir de seu papel, qual seja, oportunizar a todos, principalmente aos mais carentes, um ensino de qualidade, e na área das linguagens, oferecer aos alunos, cidadãos de um mundo globalizado, a oportunidade de ser proficiente em uma segunda língua, o que lhe possibilitará ascensão na carreira acadêmica, profissional e “empoderamento” pessoal. Contudo, diferente disso, a aquisição de uma língua estrangeira moderna não se verifica. O ensino brasileiro é excludente no seu nascedouro, entretanto é muito mais, para os pobres. São eles os analfabetos digitais, os silenciados em sua língua materna padrão e também, como se mostrou, os que não têm acesso a aquisição da competência comunicativa do inglês.

Embora existam pressões por parte da sociedade organizada, a escola ainda não se reestruturou, não se modernizou e o que notamos, em nossa pesquisa, é que ela não dispõe de ambientes educativos modernos, informatizados, lúdicos. Assim, o ensino da língua estrangeira ainda se pontua pelas marcas do passado: domínio mecânico da gramática em detrimento da moderna concepção interacionista da linguagem. Concepção que leva em consideração a escrita, a fala, a interação com o outro na sala de aula e fora dela, ou seja, um ensino ativo.

A pesquisa bibliográfica e documental demonstraram ainda que é essencial fugir do ensino tradicional e manipulado, já que a língua tem uma natureza social e comunicativa, em que o professor deve usar a motivação para diminuir a ansiedade e auto estima do aluno. Salientou-se a importância do uso do livro didático, embasado em uma abordagem comunicativa, por isso o processo criterioso do professor de língua estrangeira. Aliado a escolha do livro, notou-se que os docentes devem usar uma metodologia própria, criativa, lúdica mediante materiais autênticos, a fim de que os

discentes adquiram o discurso usando-o na vida real. Enfatizou-se, ao longo da elaboração dessa dissertação, a questão do currículo. Ele está implicado em relações de poder político e pessoal, beneficiando, em maior grau, a classe privilegiada. Por isso se fizeram sugestões aos setores da Constituição Federal, Parâmetros Curriculares Nacionais e vigilância do Ministério Público e sociedade civil organizada bem como uma reformulação multicultural.

Outro aspecto verificado durante o estudo teórico foi à importância de o ensino da língua inglesa está respaldado nas leis da LDB, a qual vincula a educação ao mercado de trabalho. Os PCNS de língua estrangeira e a SETUR/BA também mostram essa mesma possibilidade: aquisição de língua X trabalho. Assim, apontou-se como a SETUR/BA, ganharia muito, assim como os próprios beneficiados com a aquisição de uma segunda língua, se houver um ensino de língua inglesa eficiente. Os cidadãos beneficiados participarão do mercado de trabalho formal, contribuirão para a manutenção do turismo sustentável, ampliação da economia baiana etc. Mas é mister um esforço coletivo: SETUR/BA, escolas públicas e responsabilidade da Nação e do Estado da Bahia, através da Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

O estudo empírico, por sua vez, revelou dados a respeito de que todos os investigados consideram importante a aquisição da competência comunicativa da língua inglesa e a inclusão digital. Ainda revelou que os computadores não são utilizados nas aulas do idioma bem como os alunos recebem o livro didático de todas as disciplinas, exceto inglês. Demonstrou também que não há uma programação na escola do inglês básico ao avançado, ou seja, não há uma programação adequada. Diagnosticou-se ainda que, os maiores problemas, começam com a má formação do professor de inglês na universidade, passa pela falta de qualificação permanente e depreciação contínua do ambiente de trabalho, além da falta de material pedagógico. Ainda se mostrou como a LDB e os PCNS avançaram em suas propostas de ensino de língua estrangeira, mas as suas diretrizes não são efetivadas em sala de aula. Há um hiato entre teoria e prática. A disciplina é relegada a acessório, isto é, não reprovada, falta professor formado e concursado. Os que estão atuando, muitas vezes, têm pouca prática e utilizam uma metodologia calcada na gramática e exercícios escritos, sem qualquer uso da comunicação da língua falada. Mas há a esperança, demonstrada por alunos e professores, do cumprimento dos que regem a LDB e os PCNS para um efetivo ensino/aquisição do idioma.

A pesquisa também colaborou para que se pudesse verificar que a importância da aquisição da língua inglesa é cada vez maior no mundo que se quer pós-moderno, globalizado, inserindo homens e mulheres no mundo do trabalho e especialmente no turismo, já que estes podem ser vetores de inclusão social, cidadania e renda, bem como para o desenvolvimento urbano da cidade de Salvador, nos setores, social, econômico, político, cultural e turístico, mediante esta aquisição. A pesquisa revelou a precariedade que envolve a educação de língua inglesa dos 1.335 alunos regularmente matriculados na escola pesquisada, cujas aulas de língua inglesa se pontuam apenas em nível gramatical, escamoteando a comunicação mediante todas as suas quatro habilidades, isto é, escrita, leitura, audição e fala. Portanto, dificilmente esses alunos serão incluídos no mercado de trabalho em geral nem no turismo, mas todos os pesquisados acreditam que esta aquisição é um vetor para a inserção neste mercado bem como acreditam que ela é possível, mediante uma série de estratégias para a melhoria desta escola pública bem como de cursos contínuos ministrados pela SETUR/BA.

Diante disso, é fundamental o desenvolvimento e aplicação de políticas públicas educacionais na escola pública estadual, via Secretaria de Educação (Estado), Ministério Público e Constituição Federal (MEC), que capacite os professores em cursos contínuos, para que todos os alunos recebam o livro didático de inglês, tenha mais horas aulas desta disciplina, menos alunos em sala, uma menor carga horária do professor, com relação ao número de turmas, uso do computador, planejamento sequenciado dos assuntos, do básico ao avançado da língua, pelas escolas, do 6º ano ao final do 3º ano do ensino médio, um currículo adequado que cumpra na prática às exigências da LDB e PCNS e, por fim, metodologias inovadoras detalhadas para os professores, de como trabalhar para a melhoria de suas aulas e ter a resposta positiva dos alunos quanto à comunicação, dominância do discurso escrito e falado.

Espera-se ampliar o universo dessa pesquisa, propor alternativas em um estudo futuro, com mais pesquisas, ou seja, no doutoramento do autor deste texto, ampliando-se o objeto de investigação, mediante mais uma escola pública soteropolitana bem como escolas públicas de duas ou três cidades do Estado da Bahia como campo empírico, fazendo uma comparação com uma escola particular de Salvador. Sabe-se que nenhum texto está pronto, definido, é sempre um work in progress. Assim, este texto termina aqui, para ser recomeçado mais à frente.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, J. **Educação, Sociedade e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2002.
- ALMEIDA FILHO, J. C. P. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas**. Campinas, SP: Pontes, 1993.
- ALWRIGHT, R. L. What do we need teaching materials for? **ELT Journal**, v. 36, n.1. Oxford University Press, 1981.
- AMARANTE, M. F. S. **Ideologia neoliberal no discurso da avaliação**: a excelência e o avesso da excelência. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. São Paulo: Vozes, 1997.
- BENI, Carlos Mario. Política e estratégia de desenvolvimento regional: planejamento integrado do Turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). São Paulo: Hucitec, 1997.
- BOAVENTURA, Edivaldo Machado. Educação planetária em face da globalização. **Revista da FAEEBA**, Salvador:, n. 16, p.27-35, 2001.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: 23 dez. 1996.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental**: língua estrangeira Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRAINSTORM. Disponível em: <<http://brainstorms.com.br/portal/modules/wfsection/article.php?artideid=>>>. Acesso em: 04 jul..2010.
- BIANCHETTI, R. G. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 2001.
- BOHN, H. ; VANDERSEN, P. **Tópicos de lingüística aplicada**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1988.
- BROWN, H. D. **Principles of language learning and teaching** 4. ed. New York: Longman, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Principles of language learning and teaching**. 5. ed. New York: Longman, 2007.
- BROWN, H. Douglas. **Teaching by principles**: and interactive approach to language pedagogy. New York: Longman, 2001.
- BUFFA, E. **Educação e cidadania burguesas**. In ARROYO, M.; BUFFA, E. F. São Paulo. Cortez, 1999.

BENTES, Ana. **Gênero e ensino**: algumas reflexões sobre a produção de materiais didáticos para a educação de jovens e adultos. Paraná. Kaygangue, 2005.

BANK, James. **Cultural diversity and education**: foundations, curriculum, and teaching. 4 ed. Seattle: Barnes & Noble, 1994.

BATISTA, Maria Luíza W. **O olhar do egresso**: uma avaliação da habilitação português/inglês no período de 1995 a 2000. 2003. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFSE/SE, São Cristóvão-SE, 2003.

BRITO, Glaucia da Silva; PURIFICAÇÃO, Ivonélia da. **Educação e novas tecnologias**: um repensar. Curitiba: IBPEX, 2008.

BOISIER, S. **Política económica, organización social y desarrollo regional**. Santiago de Chile: ILPES, 1998.

DIAZ, Bordenave Juan; PEREIRA, Adair Martins. **Estratégias de ensino aprendizagem**. 29. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

CARVALHO, Vilson Sérgio. **Educação Ambiental e desenvolvimento comunitário**. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2006.

CASTRO, Reginaldo Oscar de. **Cidadania e justiça**: reflexões políticas de um advogado. São Paulo: Moderna, 1997.

CARNOY, Martim. **Estado e teoria política**. Campinas: Papyrus, 1998.

CAPRA, F. **As conexões ocultas**. São Paulo: Cultrix, 2002.

CENTENARO, Fábio. **Porque aprender uma língua estrangeira?** 2007. Disponível em: <<http://www.centenaro.org/por-que-aprender-uma-lingua-estrangeira>>. Acesso em: 24 jun. 2010.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Trad. Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Trad. Bruno Magne. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros Passos).

CHAVES, Eduardo O. C. **O uso dos computadores nas escolas**: fundamentos e críticas. 1998. Disponível em: <<http://edutec.net/textos/self/edtech/scipione.htm>>. Acesso em: 26 ago. 2010

CHOMSKY, Noam. **Aspectos de la teoria de la sintaxis**. Madri: Gredos, 1971.

COOK, Guy. **Applied linguistics**. London: Oxford, 2003.

COX, Kenia Kodel. **Informática na educação escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

CRUZ, Rita C. A. **Políticas públicas de turismo**. Brasília: Geosul, 2005.

CRYSTAL, David. **English as a global language**. Cambridge: Cambridge University

Press, 2001.

CRYSTAL, David. **Palestra**. Disponível em: <[http://www.fdc.br/língua estrangeira.htm](http://www.fdc.br/língua_estrangeira.htm)>. Acesso em: 4 jul. 2010.

CRUZ, Daniel. **A língua inglesa em situação de trabalho: inclusão ou exclusão social? Uma abordagem discursiva da disciplina inglês do projeto de educação a distância.** Telecurso 2000. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponíveis/8/8147tde05112003-09394>>. Acesso em: 4 jul .2010.

CUNNINGWORTH, A. **Choosing your Coursebook**. Oxford: Heinemann.1995.

DAMKE, Ciro. Linguagem e ideologia In: **Letras & Letras**. Cascavel: EDUNIOESTE, 1992.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas. 2008.

DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais & ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

DUPRAT, M. L. **Create your own methodology**. New Routes. New York: .DISAL, 2002.

ELLIS, Rod. Social Factors and Second Language Acquisition. In: THE STUDY of Second language Acquisition. Oxford: Oxford University Press, 1999.

FADUL, Élvia M. Cavalcanti. **Políticas Sociais: instrumentos de justiça social**. Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2002.

FEATHERSTONE, M. A globalização da complexidade: pós-modernismo e cultura de consumo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 32, 1996.

FLAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília. Universidade de Brasília. 2004.

FONSECA, Marília. **O Banco Mundial e a Educação no Brasil: 1971-1990**. 1992. Tese. (Doutorado), 1992.

FREEBAIRN, Ingrid. **The coursebook- Future continuous or past? English Teaching Professional** . London:,2000.

FREIRE. P. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FRISCHEISEN, Luíza Cristina Fonseca. **Políticas Públicas: responsabilidade do administrador e o ministério público**. São Paulo: Maxlimonad, 2000.

FRISCHEISEN, L. **Políticas públicas: a responsabilidade do administrador e o ministério público**. São Paulo: Maxlimonad, 2000.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento (o mecanismo do desenvolvimento)** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. SISTEMA FIESP. **Telecurso 2000**. Disponível em: <<http://www.telecurso2000.org.br/tele2k/scripts/home.asp>>.Acessao em: 5 jul.

2010.

GOMES, Carlos Alberto da. **A globalização da defesa do trabalho**. Salvador: Unifacs, 2008.

GOVE, Philip B. **New International Dictionary**. Springfield, MA: Merriam-Webster Inc., 1986.

GONÇALVES, Cézar. **Depoimento**. Disponível em: <[http://bewise.com.br/novo/index.php?option=com\\_content&view=article&id=184:aimportancia-do-espanhol-no-mundo&catid=24:artigos&Itemid=22](http://bewise.com.br/novo/index.php?option=com_content&view=article&id=184:aimportancia-do-espanhol-no-mundo&catid=24:artigos&Itemid=22)>. Acesso em: 20 jun. 2010.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**. São Paulo: Cortez, 2003.

GIEVE, Simon; MILLER, Inés K. **Understanding the language classroom**. London: Palgrave Mcmillan Editora, 2006.

HYMES, D.M. **Communicative competence**. New York: Oxford, 1991.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HASHMAN, Melvia A. The role of English in the 21 Century. **Forum**, v. 38, n. 1, jan. – marc. 2000.

HARMER, Jeremy. **How to teach english**. London: Longman.2005.

HUBARD, Hubard: MIKE, Levy. **Teacher education in call**. USA. Oxford, 2006.

IANNI, Octávio. **Sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

\_\_\_\_\_. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

IINTERGOUVERNAMENTALE AGENCIA. **Depoimentos, pesquisas e entrevistas**. Disponível em: <<http://www.unilat.org/dtil/cong-com-esp/po/intro.htm>>. Acesso em: 4 jul. 2010.

Flávio Costa e Valmar Hupsel Filho. **Capital estrangeiro muda o perfil do ensino superior**. Disponível em: <http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=1218758>. Acessado em: 20 ago.2010.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. Capacitação do professor de ensino religioso. **Revista Educação em Movimento**, Curitiba, v.1, n.2, p.85-98, maio/ago., 2002.

KOWARICK, L. Sobre vulnerabilidade socioeconômica e civil: Estados Unidos, França e Brasil. **RBCS**, v.18, n.51, fev. 2003.

KRASHEN, S. D. **Principles and practice in second language acquisition**. Oxford: Pergamon Press, 1982.

- KRAMSCH, Claire. **Context and culture in language teaching**. New York: Oxford, 1992.
- KRAMSCH, Claire. **Language and culture**. New York: Oxford, 1998.
- KROLL, Barbara. **Exploring the dynamics of second language writing**. New York: Cambridge, 2008.
- KUETHE, James. L. **O processo ensino aprendizagem**. São Paulo: Editora Globo, 1974.
- KYMES, D. H. **Foundations in sociolinguistics: an ethnographic approach**. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1974.
- BOHN, H. ; VANDERSEN, P. **Tópicos de lingüística aplicada**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1988.
- LITTLEWOOD, William. **Foreign and second language learning**. New York: Cambridge, 2006.
- LIMA, Jandir Ferrera de. A concepção do espaço econômico polarizado. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v. 4. n.7, p.7-14, set.2003.
- LE BRETON, Jean Marie. **Reflexões Anglófilas sobre a geopolítica do inglês**. São Paulo, editora boitempo, 2005.
- LEVINE, Arthur. **Handbook on undergraduate program**. San Francisco. Oxford editora 1979.
- LEI nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.  
[http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%2011.788-2008?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2011.788-2008?OpenDocument)
- LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos**. Curitiba: Educar, 2000.
- MACHADO, Elian de Castro. **O computador como agente transformador da educação e o papel do objeto de aprendizagem**. Disponível em: <<http://aol.universia.com.br/ead/materia.jsp?materia=5939>>. Acesso em: 26 ago. 2010.
- MAHER, T. M. **Ser professor sendo índio: questões de língua (gem) e identidade**. 1996. Tese (Doutorado em Letras)–Universidade de Campinas. Campinas, 1996.
- MANTEGA, Guido. **O pensamento da Cepal**. A economia política brasileira. São Paulo: Vozes, 1987.
- MARCILIO, Luiza Maria. História da Escola em São Paulo e no Brasil: Um clássico na literatura sobre educação. **Revista da FAEEDBA**, Salvador. 2005.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Moraes, 1984.
- MCDONOUGH, J. et al. **Research Methods for English Language Teachers**. London: Arnold. 1997.
- MEDEIROS, Marcelo. **Políticas Sociais: instrumentos de justiça social**. Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães- FLEM, 2002.

MISHAN, E. **Los Costos del Desarrollo Económico**. Barcelona: Oikos-Tau, 1975.

MOITA LOPES, L. P. **Discursos de identidades em sala de aula de leituras de LI: a construção da diferença**. São Paulo: FAPESP, 1998.

\_\_\_\_\_. **Oficina de lingüística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas**. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

MILWAUKEE, Alex Molnar. **Current on thought on curriculum**. New York. ASCD yearbook, 1985.

FREITAS, L. C. **Pedagogo, Psicólogo Escolar e Análise Experimental do Comportamento: limitações Ideológicas e Perspectiva**”. São Paulo, editora Boitempo Educação e Sociedade, 1982.

MORRIS, P. **The Hong Kong school curriculum**. Hong Kong: University Press, 1994.

MOREIRA, Carlos Eduardo. Educação profissional, uma prioridade: os desafios provocados pelas crises são o cenário ideal para o surgimento das verdadeiras inovações. **Folha de São Paulo**, p. 1. 1998.

BRASIL. **Planejamento Político-Estratégico** - nas suas versões de março e maio de 1995 e a LDB no seu texto final – Lei 9394/96 e o PL 1258/88.

NASCIMENTO, Katiane Andrade. **Domínio de língua inglesa como fator de mobilidade social na cidade do Salvador**. 2009. Dissertação (Mestrado), Salvador, 2009.

NENEVÉ, Miguel; SANTIAGO, Michela Aparecida. Rethinking foreign language teaching in state schools: contexts, perspectives and goals. **Canadart**, v. XIV, p. 143-157, jan./dez. 2007.

NEVES, Gervasio. **Discurso**. Disponível em: <<http://www.cstome.net/vitrina/Pol%Adtica/marchemos-a-passos-gigantes.htm>>. Acesso em: 4 jul. 2010.

NICHOLLS, Susan Mary. **Aspectos pedagógicos e metodológicos do ensino de inglês**. Maceió: EDUFAL, 2001.

NOSELLA, P. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** São Paulo: Cortez, 2000.

NUNES, Dárdano de Melo. **Capacitação: suporte para o turismo**. Fortaleza: Boitempo, 1988.

NUNAN, D. **Research methods in language learning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

\_\_\_\_\_. **The learner-centred curriculum**. New York: Cambridge University Press, 1988.

O'NEILL, R. Why use textbooks? **ELT Journal**, v. 36, n.2, oct. 1982..

OLIVEIRA, Francisco de; REZEK, Cibele Saliba. **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. **Linguagem, gênero e aprendizagem de língua inglesa**. linguística aplicada: múltiplos olhares. Belo Horizonte: Pontes Editores, 2007.

PELEGRINO, El. **Depoimento**. Disponível em: <mem-elperegrino.blogspot.com/.../importância-do-ensino-da-Ingua-espanhola.html>. Acesso em: 20 jun.2010.

PEDRÃO, Fernando. **Raízes do capitalismo contemporâneo**. Salvador: EDUFBA, 1996.

\_\_\_\_\_. **Economia, política e poder na periferia globalizada**. Salvador: Podium editora, 2009.

PAIVA, Vera Lúcia de Oliveira. **O uso da tecnologia no ensino de línguas estrangeiras: breve retrospectiva histórica**. Disponível em: <www.veramenezes.com/techist.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2010.

RUMMERT, Sonia Maria. Formação continuada dos educadores de jovens e adultos: desafios e perspectivas. In SOARES, Leôncio. **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica /SECAD-MEC/UNESCO, 2006.

ROCHA, Farias Denise. **A importância do inglês no mundo**. Disponível em: <http://www2.ucg.br/flash/.../A ImportânciaIngles.htm>. Acesso em: 24 jun. 2010.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **A geopolítica da língua inglesa e seus reflexos no Brasil: por uma política prudente e propositiva**. São Paulo: Boitempo, 2005.

RIBEIRO, Tania Maria. **O papel da língua inglesa como fator de ascensão social no discurso de negritude**. Disponível em: <http://www.saofrancisco.edu.br/noticias/default.asp?rec>. Acesso em: 24 jun. 2010.

RICHARDS, J. C. **The role of textbooks in a language program**. New York. New Routes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Beyond Training – Perspectives on Language Teacher Education**. London: Cambridge University Press, 1998.

\_\_\_\_\_. **Curriculum development in language teaching**. London: Cambridge University Press, 2005.

ROCHA, Claudia Hilsdorf. **Reflexões e proposições sobre o ensino de LE para crianças no contexto educacional brasileiro**. Universidade de Campinas, 2006. Dissertação (mestrado em Letras). Universidade Estadual de Campinas, 2006.

ROGERS, C. **Freedom to learn for the eighties**. London: Columbus, 1983.

ROMANELLI, Otaíza. **História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

RENALD, Legendre. **Dictionnaire actuel de L'education**. 2. ed. Paris: [s.n.], . 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência**

universal. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Análise do substitutivo ao projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** In: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: texto aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da CD/ com comentários de Dermeval Saviani ... [et al.].** - São Paulo: Cortez, DE, 1990. p. 105.

SCHÜTZ, Ricardo. **Communicative approach:** abordagem comunicativa. English Made in Brazil Disponível em: <<http://www.sk.com.br/sk-comm.html>>. Acesso em: 26 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. **O inglês como língua internacional.** Disponível em: <<http://www.sk.com.br/sk-ingl.html>> Acesso em: 26 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. **Entrevista.** Disponível em: <<http://www.busybee.com.br/news0709b.html>>. Acesso em: 26 jun. 2010.

SEIDLHOFER, Barbara. **Controversies in applied linguistics.** New York: Oxford.2003.

SILVERIO, Mendes Marise. **II seminário nacional de promoção de inclusão mediada pelas tecnologias assistivas.** Curitiba. , 2007. Disponível em :[www.utp.br/mde/iisempita.htm](http://www.utp.br/mde/iisempita.htm). Acessado em: 09 de jun. 2010.

SKLAIR, Leslie. **Sociologia do sistema global.** Petrópolis: Vozes, 1995.

SINGHAL, Meena. **Teaching culture in the foreign language classroom.** Thaitesol Bulletin, Vol. 11 No. 1.1998.

SOUZA, Regina de Almeida. Mousinho, Maria Cândida A. de M. Sà, Natália Coimbra de. **Turismo cultural: Novos desafios.** Salvador.2007.

SPOLSKY, Bernard. **Sociolinguistics.** New York: Oxford, 1998.

Site da Unifacs. **Laureate International Universities.** Disponível em: [www.unifacs.br](http://www.unifacs.br). Acessado em: 20 ago.2010.

Site da Secretaria do Turismo. **Histórico e missão da Setur.** Disponível em: [www.setur.ba.gov.br](http://www.setur.ba.gov.br). Acessado em: 20 ago.2010.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** Tradução Marcos Santarrita. 13. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências.** Afrontamento edições. Portugal. 2001.

SILVA, Tomás Tadeu da. Moreira Antônio Flávio. **Currículo, Cultura e Sociedade.** Tradução de Maria Aparecida Baptista. Cortez editora. São Paulo. 1995.

STAKE, Robert E. **A arte da Investigação com Estudos de Caso.** Tradução de Ana Maria Chaves. Fundação Calouste Gulbenkian. USA. 1995.

STEVENS, Cristina Maria T. e CUNHA, Maria Jandyra C. **História do ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil: caminhos e colheitas.** Brasília: EDUnB, 2003.

TORREÃO, Luisa. **A Tarde**, Salvador, 11 nov. 2009. Caderno Econômico, p. 15.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1 e 2 graus. São Paulo: Cortez, 1996

TORRES, Carlos. **Pedagogia da Exclusão**. Editora Vozes. Petrópolis. 1998.

VIVERET, Patrick. **Reconsiderar a riqueza**/Patrick Viveret ; tradução de Vera Ribeiro.- Brasília: Editora Universidade de Brasília, 222 p. 2006.

WALKER, Sarah. **Uma visão geral do ensino de inglês no Brasil**. Ed. Globo. São Paulo. 2005.

WARSCHAUER, Mark. The changing economy and the future of English teaching. **Tesol Quarterly**, v.34, n.3, aut. 2000.

WARSCHAUER, M. ; HEALEY, D. Computers and Language Learning: an overview **Language teaching**. v. 31, 57-71. Disponível em: <<http://www.lll.hawaii.edu/web/faculty/markw/overview.html>>. Acesso em: 26 ago. 2010.

WIDDOWSON, H. G. **Teaching language as communication**. New York: Oxford, 1978.

WIDDOWSON, H. G. **O ensino de línguas para a comunicação**. Campinas: Pontes, 1991.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**: planejamento e método. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2002.

## Apêndice A

Carta de Sensibilização à Coordenadora de língua estrangeira das Escolas Públicas Estaduais Baianas na Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC), à Professora de Estágio da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Diretora, Coordenadora e Professores da Escola Maria de Lurdes Parada Franch e ao Assessor Técnico da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (SETUR).

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO.

Salvador, 25 de agosto de 2010.

Prezado Senhor (a),

Apresento a V.Sa. o mestrando CÁSSIO JÂNIO DOS SANTOS SILVA professor de inglês na UNEB e aluno do Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador – UNIFACS, que está aplicando questionários relativos à sua dissertação.

Neste sentido, solicito de V. Senhoria que seja facilitado o seu trabalho de campo, ao tempo em que reitero os meus protestos de elevada consideração e apreço.

Cordialmente,

Prof. Dr. Alcides dos Santos Caldas.

Coordenador do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano.

## Apêndice B – Questionário de pesquisa

1. PROFESSORES, por gentileza, gostaria que o Senhor (a), respondesse esses questionamentos de forma 100% sincera e assim estará contribuindo com esse projeto de pesquisa de mestrado.

1.1 Qual a sua formação de graduação?

1.2 Tem especialização/ mestrado/ doutorado/ na área?

1.3 Fez curso de inglês? e especializações em cursos de inglês?

1.4 Tem algum certificado internacional, como Cambridge, Michigan ou Toefl?

1.5 É efetivo ou contratado?

1.6 Em sua opinião, a aquisição da competência comunicativa da língua inglesa é importante atualmente? Por quê?

1.7 Algumas faculdades de Salvador estão sendo adquiridas por universidades americanas, as quais promovem intercâmbio nos EUA diante disso, é importante preparar alunos da escola pública para adentrar nestas universidades já com um bom conhecimento do inglês, já que é sabido que as faculdades privadas são compostas em sua maioria por alunos oriundos do ensino público? Por quê?

1.8 Em sua opinião, o inglês ofertado na escola pública prepara o aluno para atuar no mercado de trabalho e no turismo? É importante preparar alunos ao mercado de trabalho e ao turismo, visualizando renda, numa cidade como Salvador que recebe turistas quase o ano todo?

1.9 Em sua concepção, o ensino da língua inglesa na escola pública inclui o aluno socialmente? É importante essa inclusão para a cidadania?

1.10 Em sua ótica, a aquisição do inglês hoje, pode ser um diferencial na vida dos indivíduos com relação ao fator rentabilidade financeira? Por quê?

1.11 É importante o uso do computador nas escolas? Por quê? Esse instrumento é utilizado em suas aulas, como ferramenta didática? Ele torna a aula dinâmica e eficaz na aquisição do idioma?

1.12 Motivação, diminuição da ansiedade do aluno, promoção da auto-estima são fatores importantes e que o docente deve promover em suas aulas? Por quê?

1.13 Já ouviu ou leu sobre algum (ns) teórico(s) que explana(m) sobre a metodologia do professor de língua inglesa em sala de aula? Qual (is)

1.14 Há métodos específicos utilizados para o ensino da língua inglesa?Quais?

1.15.É importante e possível trabalhar as quatro habilidades da língua (escrita, leitura, audição e fala) na escola pública? Qual dessas habilidades é usada em suas aulas ou todas são utilizadas?

1.15 É importante usar um livro didático que promova a abordagem comunicativa (com o uso das quatro habilidades da língua, principalmente, a fala e a audição, isto é, a comunicação) em sala? Por quê?

1.17 É utilizado um livro didático de abordagem comunicativa em suas aulas? Sua escola recebe livros desse tipo?

1.18 Em suas aulas são utilizadas diferentes dinâmicas para a aquisição eficaz da língua?

1.19 Já ouviu ou leu sobre a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e PCNS (Parâmetros Curriculares Nacionais) para o ensino da língua inglesa? Se sim, poderia mencionar algum (ns) principal (is) fundamentos dos PCNS?

1.20 Em sua escola há uma programação adequada com os conteúdos do 6º até o 3º ano, numa divisão do básico, intermediário e avançado, a fim de que ao final do 3º ano o aluno adquira a língua inglesa para comunicação? Se não, é possível haver esse planejamento?

1.20 O/A senhor (a), prepara suas aulas ?

1.22 Inglês reprova? Se não, o Senhor (a) concorda que ele não deve reprovar?

1.23 Em sua visão, é possível promover a aquisição da competência comunicativa da língua inglesa para comunicação na escola pública a fim de inserir os discentes no mercado de trabalho e no turismo, mediante uma política pública, patrocinada pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia, que: (capacitasse o professor em cursos de forma contínua, com livros didáticos de abordagem comunicativa gratuitos para os

alunos, uma menor carga horária do professor, menor quantidade de alunos em sala, uso do computador e outros recursos didáticos em sala e um currículo, adequado com os PCNS e um planejamento, com todos os professores de língua inglesa, do 6º ao 3º ano)?

1. DIRETORA, por gentileza, gostaria que a senhora, respondesse esses questionamentos de forma 100% sincera e assim estará contribuindo com esse projeto de pesquisa de mestrado.

1.1 Em sua opinião, a aquisição da competência comunicativa da língua inglesa é importante atualmente? Por quê?

1.2 Em sua opinião, o inglês ofertado na escola pública prepara o aluno para atuar no mercado de trabalho e no turismo? É importante preparar alunos ao mercado de trabalho do turismo, visualizando renda, numa cidade como Salvador que recebe tantos turistas?

1.3 Em sua concepção, o ensino da língua inglesa na escola pública inclui o aluno socialmente? É importante essa inclusão para a cidadania?

1.5 Em sua ótica, a aquisição do inglês hoje, pode ser um diferencial na vida financeira?

1.6 Qual sua visão sobre a inclusão digital? Há computadores nesta escola para as aulas de língua inglesa?

1.7 Nesta escola há uma programação adequada com os conteúdos do 6º até o 3º ano, numa divisão do básico, intermediário e avançado, a fim de que ao final do 3º ano o aluno adquira a língua inglesa para comunicação? Se não, é possível haver esse planejamento?

1. CAROS ALUNOS, por gentileza, gostaria que vocês respondessem esse questionário de forma 100% sincera e assim estarão contribuindo com esse projeto de pesquisa de mestrado.

1.1 Você se considera negro, pardo ou branco?

1.2 Qual sua idade?

(a) Até 20 anos

(b) de 21 a 30 anos

(c) de 31 a 40 anos

((d) mais de 40 anos

1.3 Você gosta de inglês? Por quê?

1.4 É importante saber inglês? Por quê ?

1.5 Suas aulas de inglês têm muitas atividades dos alunos com jogos, exercícios para se comunicar com os colegas, CDs, vídeos ou tem mais a participação do professor (a) no quadro, com exercícios escritos e algumas leituras?

1.6 Você acha que esta escola prepara o aluno para escrever, ler, ouvir e falar o inglês para se comunicar e entrar no mercado de trabalho e no turismo? Se não, você acha possível isto acontecer numa escola pública? Você gostaria de dominar esta língua e ter acesso ao mercado de trabalho e no turismo para ter seu próprio dinheiro?

1. PROFESSORA DE ESTÁGIO DA UNEB , por gentileza, gostaria que a Senhora, respondesse esses questionamentos de forma 100% sincera e assim estará contribuindo com esse projeto de pesquisa de mestrado.

1.1 Qual a sua formação de graduação?

1.2 Tem especialização/mestrado/doutorado/na área?

1.3 Fez curso de inglês? e especializações em cursos de inglês?

1.4 Tem algum certificado internacional, como Cambridge ou Michigan ?

1.5 Efetivo ou contratado?

1.6 Quanto tempo de experiência no ensino de estágio da língua inglesa na universidade?

1.7 Em sua opinião, a aquisição da competência comunicativa da língua inglesa é importante atualmente? Por quê?

1.8 Em sua opinião, o inglês ofertado na escola pública prepara o aluno para atuar no mercado de trabalho e no turismo? É importante preparar alunos para o mercado de trabalho e no turismo, visualizando renda, numa cidade como Salvador que recebe turistas quase o ano todo?

1.9 Em sua concepção, o ensino da língua inglesa na escola pública inclui o aluno socialmente ? É importante essa inclusão para a cidadania?

1.10 É importante o uso do computador nas escolas? Por quê ? Ele torna a aula

dinâmica e eficaz na aquisição do idioma?

1.11 Motivação, diminuição da ansiedade do aluno, provocação da autoestima são fatores importantes e que o estagiário deve promover em suas aulas? Por quê ?

1.12 Já ouviu ou leu sobre algum (ns) teórico(s) que explica(m) sobre a metodologia do professor de língua inglesa em sala de aula? Qual (is)?

1.13 Há um método (s) específico(s) utilizados para o ensino da língua inglesa? Qual (is)?

1.15 Em seu entendimento, há um método eficaz no ensino da língua inglesa?

1.16 É importante e possível , para seu aluno estagiário , trabalhar as quatro habilidades da língua (escrita, leitura, audição e fala) na escola pública? É importante que seu aluno estagiário use um livro didático que promova a abordagem comunicativa (com o uso das quatro habilidades da língua, principalmente, a fala e a audição, isto é, a comunicação) em sala? Por quê?

1.17 Em sua opinião, a maior participação em sala deve ser do estagiário ou dos alunos? Por quê?

1.18 Já ouviu ou leu sobre a LDB (lei de diretrizes e bases) e fins (parâmetros curriculares nacionais) para o ensino da língua inglesa? Se sim, poderia mencionar algum (ns) principal (is) fundamentos dos PCNS? Os estagiários têm esse conhecimento ?

1.19 É possível promover a aquisição da competência comunicativa da língua inglesa para comunicação na escola pública , a fim de inserir os discentes no mercado de trabalho e no turismo, mediante uma política pública, patrocinada pela Secretaria de Educação, que: (capacitasse o professor em cursos de forma contínua, com livros didáticos de abordagem comunicativa gratuitos para os alunos, uma menor carga horária do professor, menor quantidade de alunos em sala, uso do computador e outros recursos didáticos em sala e um currículo, adequado com os PCNS e um planejamento com todos os professores de língua inglesa, do 6º ao 3º ano)?

1.SENHORA COORDENADORA, responsável pela parte pedagógica de língua estrangeira das escolas estaduais na Secretaria de Educação do Estado da Bahia, por gentileza, gostaria que a Senhora, respondesse esses questionamentos de forma 100% sincera e assim estará contribuindo com esse projeto de pesquisa de mestrado.

1.1 Em sua opinião, a aquisição da competência comunicativa da língua inglesa , ou seja a comunicação, é importante atualmente? Por quê?

1.2 Em sua opinião, o inglês ofertado na escola pública prepara o aluno para atuar no mercado de trabalho e no turismo? É importante preparar alunos para o mercado de trabalho e turismo, visualizando renda, numa cidade como Salvador que recebe turistas quase o ano todo?

1.3 Em sua concepção, o ensino da língua inglesa na escola pública inclui o aluno socialmente? É importante essa inclusão para a cidadania?

1.4 Em sua ótica, a aquisição do inglês hoje, pode ser um diferencial na vida dos indivíduos com relação ao fator rentabilidade financeira? Por quê?

1.5 É importante o uso do computador nas escolas? Por quê? Esse instrumento é disponibilizado para as escolas? Ele torna a aula dinâmica e eficaz na aquisição do idioma?

1.6 Os alunos da escola pública recebem o livro didático de língua inglesa? Se não, porque não recebem?

1.7 Os PCNS da língua inglesa afirmam que a língua inglesa na escola pública tem uma função social dentro e fora da escola, em que o aluno deve adquirir este idioma de forma não apenas escrita mas primordialmente falada, para a comunicação com o outro e a preparação para o mercado de trabalho e o turismo. A senhora acredita que o ensino do inglês nessa escola capacita o aluno nessa direção?

1.8 A senhora acha possível, cada escola formatar uma programação adequada, com os conteúdos do 6º até o 3º ano, numa divisão do básico, intermediário e avançado, a fim de que ao final do 3º ano, o aluno tenha adquirido a língua inglesa para a comunicação?

1.9 Inglês reprova? Se não, a senhora concorda que ele não deve reprovar?

1.10 A senhora acha que o espanhol deve também ser oferecido nas escolas públicas como disciplina obrigatória? Por quê?

1.11 Em sua visão, é possível promover a aquisição da competência comunicativa da língua inglesa para comunicação na escola pública, a fim de inserir os discentes no mercado de trabalho e no turismo, mediante uma política pública, patrocinada pela Secretaria de Educação, que: (capacitasse o professor em cursos de forma contínua, com livros didáticos de abordagem comunicativa gratuitos para os alunos, uma menor carga horária do professor, menor quantidade de alunos em sala, uso do computador e outros recursos didáticos em sala e um currículo, adequado com os PCNS e um planejamento, com todos os professores de língua inglesa, do 6º ao 3º ano)?

1.0 SENHOR ASSESSOR TÉCNICO DA SETUR/BA, por gentileza, gostaria que o

senhor, respondesse esses questionamentos de forma 100% sincera e assim estará contribuindo com esse projeto de pesquisa de mestrado.

1.1 Em sua opinião, a aquisição da competência comunicativa da língua inglesa é importante para o turismo soteropolitano? Por quê?

1.2 Há professores com conhecimento profundo da língua inglesa na SETUR que ministram cursos contínuos de inglês para pessoas que trabalham diretamente com o turismo (como, baianas de acarajé, motoristas de táxi e de ônibus, recepcionistas de hotéis, vendedores ambulantes, seguranças de shopping, etc.), para receber os turistas internacionais? Se há, qual a formação deles?

1.3 O senhor acha que se essas pessoas ligadas ao turismo citadas no item 1.2, adquirisse a língua inglesa para comunicação, para a interação com o turista, a renda delas aumentaria? Isso traria desenvolvimento para a cidade de Salvador também? Se sim, por quê?

1.4 Há computadores e vídeos disponíveis para os cursos de língua inglesa promovidos pela SETUR/BA? Esse instrumento é importante para uma melhor eficácia do idioma?

1.5 Há uma política pública da SETUR/BA, para patrocinar continuamente cursos de inglês para essas pessoas ligadas ao turismo, principalmente, quando se pensa na próxima copa do mundo? Se não, porque não há?

1. SENHORA COORDENADORA PEDAGÓGICA, por gentileza, gostaria que a senhora, respondesse esses questionamentos de forma 100% sincera e assim estará contribuindo com esse projeto de pesquisa de mestrado.

1.1 Em sua opinião, a aquisição da competência comunicativa da língua inglesa é importante atualmente? Por quê?

1.2 Em sua opinião, o inglês ofertado na escola pública prepara o aluno para atuar no mercado de trabalho e no turismo? É importante preparar alunos para o mercado de trabalho e turismo, visualizando renda, numa cidade como Salvador que recebe turistas quase o ano todo?

1.3 Em sua concepção, o ensino da língua inglesa na escola pública inclui o aluno socialmente? É importante essa inclusão para a cidadania?

1.4 Em sua ótica, a aquisição do inglês hoje, pode ser um diferencial na vida dos indivíduos com relação ao fator rentabilidade financeira?

1.5 É importante o uso do computador nas escolas? Por quê? Esse instrumento é utilizado nesta escola, nas aulas de inglês, como ferramenta didática? Ele torna a aula dinâmica e eficaz na aquisição do idioma?

1.6 Motivação, diminuição da ansiedade do aluno, promoção da auto-estima são fatores importantes e que o docente deve promover em suas aulas? Por quê?

1.10 É importante e possível trabalhar as quatro habilidades da língua (escrita, leitura, audição e fala) na escola pública?

1.11 É importante usar livros didáticos que promovam a comunicação (com o uso das quatro habilidades da língua, principalmente, a fala e a audição) em sala?

1.12 É utilizado um livro didático de abordagem comunicativa nas aulas de inglês? Esta escola recebe livros desse tipo?

1.13 Já ouviu ou leu sobre a LDB/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e PCNS/1998 (Parâmetros Curriculares Nacionais) para o ensino da língua inglesa? Se sim, poderia mencionar algum (ns) principal (is) fundamentos dos PCNS?

1.14 Em sua escola há uma programação adequada com os conteúdos o 6º até o 3º ano, numa divisão do básico, intermediário e avançado, a fim de que ao final do terceiro ano, o aluno adquira a língua inglesa para comunicação? Se não, é possível haver esse planejamento?

1.15 Inglês reprova? Se não, a senhora concorda que ele não deve reprovar?

1.16 Em sua visão, é possível promover a aquisição da competência comunicativa da língua inglesa para comunicação na escola pública, a fim de inserir os discentes no mercado de trabalho e no turismo, mediante uma política pública, patrocinada pela Secretaria de Educação, que: (capacitasse o professor em cursos de forma contínua, com livros didáticos de abordagem comunicativa gratuitos para os alunos, uma menor carga horária do professor, menor quantidade de alunos em sala, uso do computador e outros recursos didáticos em sala e um currículo, adequado com os PCNS e um planejamento, com todos os professores de língua inglesa, do 6º ao 3º ano)?

## **ANEXOS**

**ANEXO A** – Utilização da língua inglesa no mundo como primeira ( L1) e segunda língua (L2)





## **ANEXO B – Falta de Professores na Rede Estadual e a Escola Estadual Professora Maria de Lurdes Parada Franch é um exemplo**

### **JORNAL A TARDE**

[www.atarde.com.br](http://www.atarde.com.br)

**CIDADES** 11/04/2009

## **Faltam 7,3 mil professores nas escolas baianas**

Amélia Vieira e Luisa Torreão

### **Governo investe em tecnologia de ponta nas escolas, mas falta o básico**

A proposta arrojada da Secretaria de Educação da Bahia (SEC) para promover a melhoria da **qualidade** da educação, colocando um **monitor educacional por sala**, encontra entrave na necessidade mais básica de qualquer escola: o professor. Segundo a SEC, a rede estadual de ensino possui hoje 50.371 professores, e tem uma carência de 7.310 profissionais, o que equivale a 14,5% do atual corpo docente. Das 7.310 vagas a serem preenchidas, 2.370 são de professores substitutos, ou seja, aqueles que ocupam o lugar de colegas em licença prêmio, licença maternidade ou afastados por problemas de saúde. Por meio de nota de esclarecimento, a SEC informou já ter solicitado ao Comitê **Gestor** de Política de Pessoal (Cope) autorização para contratação dos mais de 7 mil professores em falta. Enquanto isso, a carência tem sido alvo de protestos pela cidade. Na terça-feira passada, alunos da Escola Estadual Edvaldo Brandão Correia, em Cajazeiras IV, fizeram passeata reclamando da ausência de docentes. O mesmo motivo levou às ruas, na quarta-feira, alunos de escolas públicas de Paripe. Cerca de 100 estudantes de escolas da região do Cabula já haviam feito manifestação também no dia 27 do mês passado. Escolas como a Maria de Lourdes Parada Franch, no Pau da Lima, também são exemplo dessa defasagem. Lá, conta um professor indignado, que prefere não dizer o nome, todas as salas estão dotadas de TVs Pendrive. Em compensação, faltam 20 professores. No ensino fundamental matutino, só há três professores. Por causa de um aumento de demanda pelo 6º ano, segundo o educador, foram criadas oito

novas turmas. Elas deveriam ocupar um imóvel anexo a ser alugado. “Até agora, não concluíram o processo de locação. Para essas crianças, o ano letivo começou ‘de direito’, mas não de fato. Os pais vão à escola cobrar. Isso gera violência porque os meninos ficam ociosos”, desabafa.

Ociosidade, aliás, retrata bem a situação de um grupo de quatro alunas da Escola Estadual Ministro Aliomar Baleeiro, em Pernambuco, na última terça. Antes das 9 horas da manhã, colegas da oitava série conversavam do lado de fora dos muros do colégio. As aulas que deveriam terminar ao meio-dia estavam suspensas porque os professores de português, artes, matemática e física haviam faltado. “Física ainda não tem nem professor”, destaca Rebeca Santos, 16 anos. Todas as salas, contudo, afirmam, receberam a TV Pendrive. “Está lá. É de enfeite”, disparam, garantindo que o equipamento não foi usado em nenhuma das aulas que tiveram desde o início do ano. A direção foi procurada, porém, sem permitir o acesso da imprensa à escola, um vigilante informou que a **diretora** e sua vice não se encontravam. A ausência de docentes também é sentida no Colégio Mestre Paulo dos Anjos, no Bairro da Paz, onde estudam cerca de 1.500 pessoas. Segundo o professor Jayme Nobre, tem turmas em que estão faltando cinco a seis professores. E, até agora, não há previsão para regular o ensino. “O professor é insubstituível, mas em todas as escolas, praticamente, estão faltando docentes”, lamenta Nobre. Luana Reis, 17, aluna do colégio Vera Lux, em Nova Brasília, conta que tem tido nada mais do que cerca de duas aulas por dia, ficando o restante do período ocioso. “A gente só tem uns quatro professores. Estão em falta na maioria das disciplinas”, conta. Para a jovem, é incoerente ter uma TV Pendrive instalada em sala de aula, nessas condições: “Não tem professor, não tem livro, e a televisão está lá. É o mesmo que não ter nada”. **Sindicato** – Para Rui Oliveira, primeiro secretário do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB), as novas tecnologias são bem-vindas. Ele, contudo, ressalva que a falta de professores, especialmente em cidades do interior, a carência de funcionários e a violência, são problemas mais básicos que precisam de **solução**. “Muitas escolas, principalmente do subúrbio de Salvador, são invadidas nos finais de semana. Esses equipamentos ficam vulneráveis”, diz Oliveira. Ele também destaca o fato de que um contingente expressivo de professores não possui computadores e acesso à internet. “Não há uma política estadual articulada que garanta ao professor acesso subsidiado à tecnologia na sua própria casa. Os alunos também precisam desse acesso. O computador da escola fica na

sala do diretor”, observa.

Fonte : <http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id...> ttp://

## **ANEXO C - DIREITOS E DEVERES DOS DOCENTES E DISCENTES DA ESCOLA MARIA DE LURDES**

O Corpo discente é constituído por todos os alunos regularmente matriculados no estabelecimento.

As relações entre o corpo discente e as demais equipes que compõem a escola, devem ser alicerçadas numa prática cidadã que visa o compromisso, princípios de liberdade e respeito comum.

São direitos dos alunos:

- a) aqueles fixados na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e no Estatuto da Criança e do Adolescente;
- b) participar de todas as atividades escolares promovidas pelo estabelecimento;
- c) ser tratado com compreensão dentro de um critério de diálogo;
- d) receber com igualdade de condições a orientação necessária para realizar bem as suas atividades escolares;
- e) ser respeitado por todo o pessoal docente, técnico- administrativo da escola e pelos colegas;
- f) ser considerado e valorizado em sua individualidade, sem comparação nem preferência;
- g) ter informações sobre seus direitos e deveres;
- h) justificar-se quando cometer alguma falta e, se a justificativa for razoável, receber compreensão e novas oportunidades;
- i) ser eleito representante de turma e rerepresentá-la nas reuniões de Conselho de Classe;
- j) ser ouvido pelos professores, coordenação e direção, em suas queixas, sugestões e dificuldades na aprendizagem dos conteúdos;

- k) ter suas dúvidas sanadas sempre que for necessário;
- l) opinar e sugerir dinâmicas e atividades pedagógicas relacionadas aos conhecimentos das disciplinas;
- m) encontrar a sua sala de aula limpa e organizada ao chegar à Escola;
- n) utilizar o espaço da Escola no turno inverso ao que freqüentar para realizar grupos de estudos, trabalhos e participar de atividades extracurriculares.

São deveres do aluno:

- a) conhecer, cumprir e fazer cumprir as normas regimentais;
- b) acatar a autoridade do Diretor, Secretário, Professores, Coordenadores e demais funcionários do estabelecimento e tratá-los com respeito;
- c) tratar os colegas com cordialidade;
- d) apresentar-se corretamente uniformizado e com asseio;
- e) ser assíduo e pontual nos trabalhos escolares e participantes nas demais atividades;
- f) usar diariamente o material escolar exigido, conservando em perfeita ordem e realizar as tarefas de casa;
- g) comparecer às solenidades cívicas e comemorações da escola para as quais seja convidado;
- h) conservar o material escolar e todo mobiliário de uso coletivo e, no caso de dano, indenizar prejuízo ao Estabelecimento de Ensino;
- i) comunicar à escola, ausências prolongadas por motivo de doença, trazendo posteriormente, atestado médico que comprove as mesmas;
- j) apresentar justificativa escrita de seus atrasos e/ou de quaisquer necessidades familiar, saúde, material e condução;
- k) portar-se nos intervalos das aulas, no recreio ou qualquer setor do estabelecimento com moderação conveniente;
- l) requerer, através do responsável, no prazo de 72 horas, na Secretaria da Escola, a

segunda chamada das avaliações que tenha perdido por motivo justo comprovado.

m) realizar trabalhos e pesquisas passados pelo professor e/ou pertencentes ao Projeto Político Pedagógico da escola, bem como apresentá-los na data pré-estabelecida;

n) comparecer devidamente uniformizado para fazer trabalhos e/ou pesquisas nas dependências da escola em outro turno, que não seja o seu de matrícula;

o) agendar com antecedência junto ao Dirigente de Turno, trabalhos e pesquisas nas dependências da escola fora de seu turno escolar;

p) estar atento ao calendário de provas, aos dias de revisão e aos projetos pedagógicos desenvolvidos.

O Corpo discente é constituído por todos os alunos regularmente matriculados no estabelecimento.

Parágrafo Único – As relações entre o corpo discente e as demais equipes que:

Compõem a escola, devem ser alicerçadas numa prática cidadã que visa o compromisso, princípios de liberdade comum e é vedado ao aluno:

a) entrar ou sair da sala de aula sem a permissão do professor;

b) entrar ou sair do estabelecimento de ensino sem a permissão da Direção, fazendo-se necessária a justificativa, por escrito, do responsável;

c) ocupar-se durante as aulas e demais atividades escolares de qualquer trabalho estranho às mesmas;

d) formar grupos e promover algazarras ou distúrbios nas dependências da escola, no interior do ônibus escolar, bem como nas imediações da mesma durante o período de aula;

e) tomar parte, dentro ou fora do estabelecimento, em aglomerações ou manifestação quando uniformizado;

f) permanecer nos intervalos e recreios, fora dos lugares determinados pela direção;

g) trazer impressos, gravuras ou escritos considerados imorais, como quaisquer objetos que possam trazer perigo;

- h) fumar, jogar ou usar bebida alcoólica ou qualquer outro tipo de entorpecentes no interior da escola;
- i) conversar na área da escola, com pessoas estranhas, sem a devida autorização da direção;
- j) organizar excursões e/ou atividades extraclasse ou esportiva, fora da escola sem a presença de um professor responsável e prévia autorização da direção;
- k) Comparecer à escola acometido de doença infecto-contagiosa e ao retomar sua frequência deverá apresentar atestado médico;
- l) comparecer à Escola acompanhado de estranhos, exceto quando houver permissão;
- m) fazer uso em sala de aula de telefone celular ou outro objeto que porventura venha tirar sua atenção;
- n) não trazer objetos de valor para a escola, pois a mesma não se responsabilizará pelo extravio dos mesmos.

A transgressão disciplinar acarretará aos alunos, as seguintes penalidades:

I - advertência verbal;

II - repreensão escrita, com comunicado aos responsáveis;

III -em caso de reincidência, suspensão temporária de frequência às aulas, com comunicado aos responsáveis;

IV - suspensão de, no máximo, 03 (três) dias e em caso de reincidência, de 05 (cinco) dias com comunicado escrito aos responsáveis e presença obrigatória dos mesmos, para o retorno do aluno à escola;

V -não renovação de matrícula ou desligamento com direito a documentos de transferência, em caso de falta grave que possa resultar em dano material, moral ou físico ao estabelecimento ou participante da comunidade.

A penalidade pode ser aplicada por qualquer elemento do corpo docente, técnico ou administrativo da escola.

Para aplicação da penalidade , o Diretor deve ouvir o Conselho de Classe, devendo o

aluno frequentar as aulas normalmente durante a apuração dos fatos e a decisão do conselho Especial cabendo à família, defesa junto ao Conselho Municipal de Educação.

Os currículos do Ensino Fundamental são elaborados de forma a desenvolver processos de ensino voltados para as relações com a comunidade local, regional e planetária, visando à sua interação com a vida cidadã, de modo a levar os alunos a:

- a) compreender a cidadania como participação social e política, assim como o exercício de direitos e deveres políticos, civil e social, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- b) conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao país;
- c) conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou de outras características individuais e sociais;
- d) perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e a interação entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- e) desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
- f) conhecer o próprio corpo e dele cuidar, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;
- g) utilizar as diferentes linguagens – verbais, musical, matemática, gráfica, plástica e corporal – como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo as diferentes intenções e situações de comunicação;
- h) saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;

- i) questionar a realidade, formulando problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica;
- k) compreender a desigualdade social como um problema de todos e como uma realidade possível de mudanças; e
- l) respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos existentes e relativos à sexualidade, desde que seja garantida a dignidade do ser humano.

Os docentes, para atuarem no ensino médio, devem ter formação de nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena em universidades e institutos superiores de educação.

**ANEXO D – THE ECOLOGY OF LANGUAGE  
ACQUISITION (A ECOLOGIA DA AQUISIÇÃO DE  
LÍNGUA).**